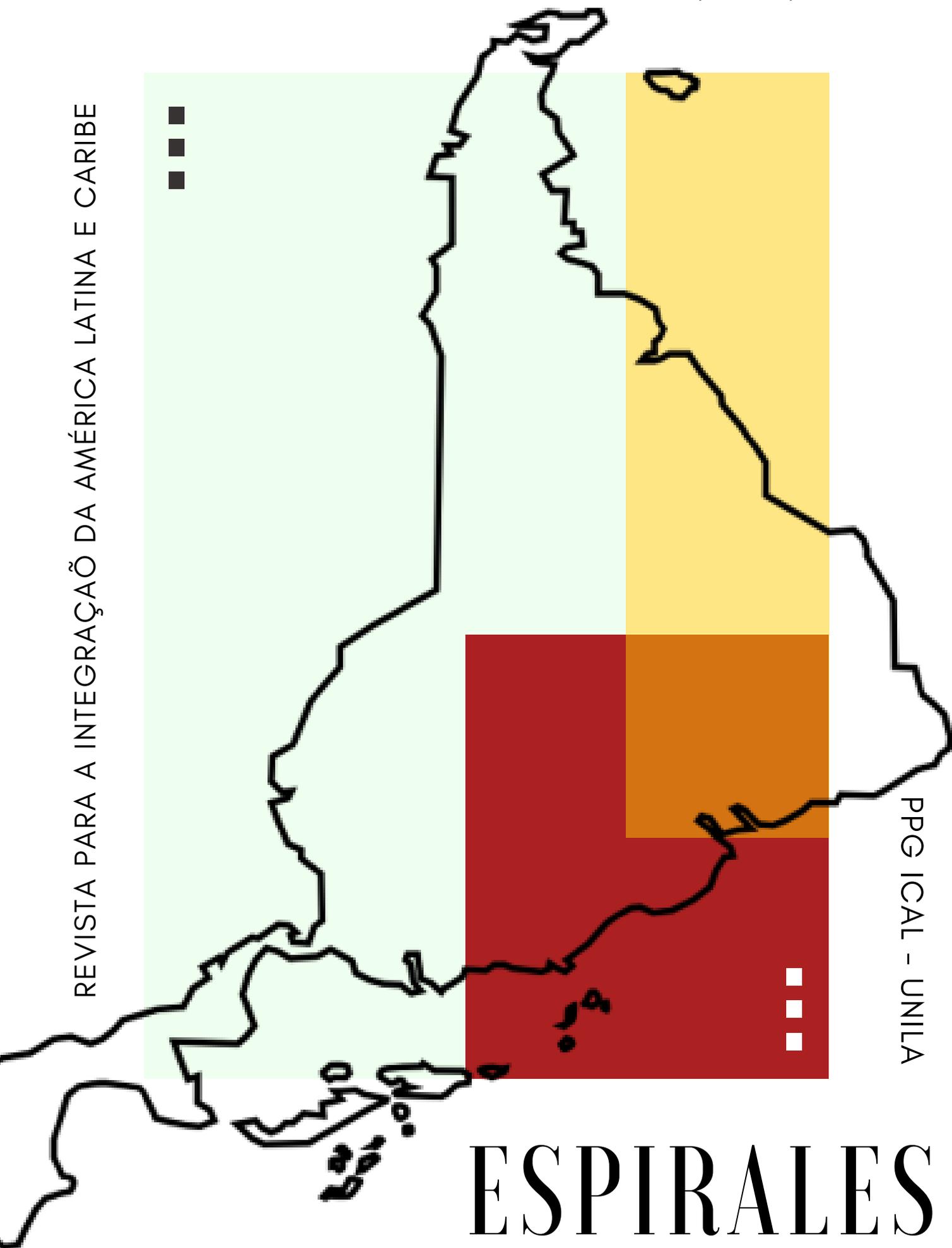


ISSN 2594-9721

V. 7, N. 1, 2023

REVISTA PARA A INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA LATINA E CARIBE



PPG ICAL - UNILA

ESPIRALES

ESPIRALES

V.7, N. 1: jan-jun 2023

Editor Chefe

João Barros

Comité/Comitê Editorial

Alice Vazarin Perez

André de Cesaro

Heloíse Reis Ventura

Júlia Montezini da Silva

Maria Eduarda Souza
Martins

Capa: Maria Eduarda Souza Martins

Revista Espirales (v. 7, n. 1, jan-jun 2023) - Foz do Iguaçu, PR.
Universidade Federal da Integração Latino-Americana: 138 páginas
Disponível em: <https://revistas.unila.edu.br/espirales/index>. ISSN
2594-9721.

DOI: <https://doi.org/10.29327/2282886.7.1>

1.Relações Internacionais. 2.Educação. 3.Ciência Política.
4.Cultura. 5.História. 6.Economia. 7.Comunicação.

Contatos

Revista Espirales - Unila - Programa de Pós-Graduação em Integração
Contemporâneo da América Latina (PPG-ICAL)
Parque Tecnológico Itaipu - PTI (Bloco 4 – Espaço 3 – Sala 12)
Av. Tancredo Neves, 6731 - Foz do Iguaçu/PR, Brasil. Cep 85867-970.

Endereço

Eletrônico: <https://revistas.unila.edu.br/espirales/index>

E-mail: revistaespirales@gmail.com

SUMÁRIO

I	APRESENTAÇÃO	3
II	UNASUL, MERCOSUL E ALIANÇA DO PACÍFICO: ORIGENS, DIFERENÇAS E TENDÊNCIAS ATUAIS	6
III	CONCEPÇÃO DE “LIBERDADE” NOS DISCURSOS DE POSSE DE BOLSONARO	33
IV	CUBA RECEBE OBAMA EM 2016: OS DESAFIOS DA REAPROXIMAÇÃO	51
V	FORMAÇÕES DISCURSIVAS NOS PRONUNCIAMENTOS DAS SENADORAS SOBRE O IMPEDIMENTO DE DILMA ROUSSEFF	69
VI	TRABAJADORES DE SALUD Y PRECARIEDAD LABORAL EN TIEMPOS DE PANDEMIA: LOS CASOS DE BRASIL Y PERÚ	94
VII	ELOS ENTRE BRASIL E HAITI POR MEIO DO FUTEBOL: UMA ANÁLISE DO FILME "O DIA EM QUE O BRASIL ESTEVE AQUI"	112

Apresentação

DOI: 10.29327/2282886.7.1-6

Caro público,

É com grande satisfação que publicamos a primeira edição do ano 2023 da Revista Espirales, uma revista para a integração da América Latina e Caribe. Por meio de nosso novo modelo de submissão, por fluxo contínuo, foi possível reunir uma gama de textos com diferentes temáticas e enfoques que, ao final, complementam uma verdadeira passagem entre os pontos da integração latino-americana.

O primeiro trabalho, escrito por Fábio Borges e Edith Venero Ferro, discute as origens, tendências e diferenças entre o Mercosul, a Unasul e a Aliança do Pacífico, analisando o contexto geral de suas formações no século XX e concluindo suas semelhanças por meio de uma história comum de dependência e vulnerabilidade externa, no qual vê na integração uma forma de crescer e se fortalecer. Os autores, assim, refletem sobre tais processos e os relacionam ao contexto mundial atual.

Já o segundo texto, “Concepção de “liberdade” nos discursos de posse de Bolsonaro”, de autoria de Stephany D. Pereira Mencato, utiliza a Análise do Discurso Crítica (ADC) para analisar pronunciamentos de Jair Bolsonaro, ex-presidente do Brasil, com ênfase no seu uso da palavra “liberdade” e ideias relacionadas a esse conceito. A produção nos convida a refletir sobre o poder dos discursos para a construção de imaginários no meio político, especialmente dentro do contexto de ascensão de líderes de extrema direita que vivenciamos nos últimos anos.

Em “Cuba recebe Obama em 2016”, escrito por Domingos Almeida e Li Chang Shuen e terceiro artigo da edição, é analisada a cobertura da empresa de televisão teleSUR sobre o processo de reaproximação dos Estados Unidos com a ilha de Cuba. Tal texto utiliza da teoria dos jogos, desenvolvida por Putnam, e conclui sobre duas estratégias jornalístico-discursivas utilizadas pela emissora.

Por sua vez, o artigo de Barros e Cavalhero propõe analisar o comportamento discursivo das mulheres que compunham o Senado Federal durante o processo de Impeachment de Dilma Rousseff. Com essa finalidade, procurou-se detectar nas

manifestações orais elementos que permitissem o entendimento das principais formações discursivas adotadas pelas senadoras favoráveis e contrárias ao Impeachment.

Dando continuidade ao número, o trabalho de autoria de Jhomelin Milagros Flores Bordais é um ensaio acerca das condições de trabalho dos profissionais de saúde no contexto da pandemia de Covid-19 tomando os casos brasileiro e peruano como objetos de estudo. A autora descreve e analisa como a pandemia aumentou a precariedade no trabalho dos referidos profissionais nos dois países devido à falta de políticas públicas capazes de suprir as necessidades dos profissionais de saúde terem suas integridades física e mental garantidas e um ambiente de trabalho seguro, expondo a necessidade do fortalecimento dos direitos trabalhistas.

Ademais, o texto “Elos entre Brasil e Haiti por meio do Futebol: Uma Análise do Filme ‘O Dia em que o Brasil Esteve Aqui’” de Rodrigo Nascimento Reis, utiliza do conceito de poder brando para observar a relação entre os países. Assim, o artigo busca mostrar como a força do futebol brasileiro conseguiu abrir caminho para a aproximação dos haitianos à missão de paz ONU, com base no documentário.

A todas as pessoas lendo, desejamos uma proveitosa leitura e um mar de reflexões a serem descobertas.

Equipe Editorial Revista Espirales,



UNASUL, MERCOSUL E ALIANÇA DO PACÍFICO: ORIGENS, DIFERENÇAS E TENDÊNCIAS ATUAIS

Fabio Borges¹Edith Venero Ferro²

DOI: 10.29327/2282886.7.1-1

Resumo: O início do século XXI foi marcado por diferentes iniciativas de integração regional na América do Sul, com diferentes propostas: a União das Nações Sul-Americanas, o MERCOSUL reformulado e a Aliança do Pacífico, entre outras. Diante da proliferação dessas organizações na região, se mostra necessário refletir se elas são eficientes, complementares ou contraditórias. Neste artigo, serão utilizados como referenciais teóricos e metodológicos as perspectivas do estruturalismo histórico proposto pela CEPAL e do regionalismo comparado. Por essa perspectiva as comparações podem nos trazer elementos de fortaleza e fragilidades em cada uma das iniciativas; porém sem se estabelecer análises lineares sobre suas evoluções em consonância com os princípios teóricos do estruturalismo histórico e do regionalismo comparado. O que poderemos observar é que cada processo de integração teve origens distintas; passaram por crises e transformações, mas ao final se mostram complementares e necessárias frente a um contexto internacional ainda mais desafiador por conta da pandemia em 2020 e guerra na Ucrânia em 2022. Para um continente marcado pela dependência e vulnerabilidade externa, a integração pode significar maior autonomia e diversificação das exportações intrabloco.

Palavras-chave: UNASUL; MERCOSUL; Aliança do Pacífico; diferenças; complementaridades.

UNASUR, MERCOSUR Y ALIANZA DEL PACÍFICO: ORÍGENES, DIFERENCIAS Y TENDENCIAS ACTUALES

Resumen: El inicio del siglo XXI fue marcado por diferentes iniciativas de Integración Regional en América del Sur con propuestas distintas: la Unión de las Naciones Sudamericanas, el MERCOSUR reformulado y la Alianza del Pacífico, entre otras. Ante la proliferación de estos organismos en la región cabe la reflexión si estos son eficientes, complementarios o contradictorios. La hipótesis central de esta investigación es que los organismos regionales presentan más complementariedades que contradicciones. En este artículo se emplearán las perspectivas del estructuralismo histórico propuesto por la CEPAL y del regionalismo comparado como referencias teóricas y metodológicas. Desde esta perspectiva, las comparaciones pueden traernos elementos de fortaleza y debilidad en cada una de las iniciativas; no obstante, sin establecer análisis lineales de su evolución en acuerdo con los principios teóricos del estructuralismo histórico y del regionalismo comparado. Lo que podemos observar es que cada proceso de integración tuvo orígenes diferentes; atravesaron crisis y transformaciones: aunque al final resultan complementarios y necesarios ante un contexto internacional aún más desafiante por la pandemia en 2020 y la guerra en Ucrania en 2022. Para un continente marcado por la dependencia y la vulnerabilidad externa, la integración puede significar una mayor autonomía y diversificación de las exportaciones intrabloque.

Palabras clave: UNASUR; MERCOSUR; Alianza del Pacífico; diferencias; complementariedades.

UNASUR, MERCOSUR AND PACIFIC ALLIANCE: ORIGINS, DIFFERENCES AND CURRENT TRENDS

Abstract: The beginning of the 21st century was marked by different regional integration initiatives in South America, with different proposals: the Union of South American Nations, the reformulated MERCOSUR and the

¹ Doutor em Sociologia pela UNESP, com período sanduíche na University of California, San Diego. Professor na Universidade Federal da Integração Latino-americana (UNILA). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7774908481398821>

² Doutoranda na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4073108749659801>

Pacific Alliance, among others. Faced with the proliferation of these organizations in the region, it is necessary to reflect on whether they are efficient, complementary, or contradictory. In this article, the perspectives of historical structuralism proposed by ECLAC and comparative regionalism will be used as theoretical and methodological references. From this perspective, comparisons can bring us elements of strength and weakness in each of the initiatives; however, without establishing linear analyzes of their evolution in line with the theoretical principles of historical structuralism and comparative regionalism. What we can observe is that each integration process had different origins; they have gone through crises and transformations, but in the end, they are complementary and necessary in the face of an international context that is even more challenging due to the pandemic in 2020 and the war in Ukraine in 2022. For a continent marked by dependence and external vulnerability, integration could mean greater autonomy and diversification of intrablock exports.

Key words: UNASUR; MERCOSUR; Pacific Alliance; differences; complementarities.

Introducción

El inicio del siglo XXI fue marcado por diferentes iniciativas de Integración Regional en América del Sur con propuestas distintas, por ejemplo, la Unión de las Naciones Sudamericanas (UNASUR), el Mercado Común del Sur (MERCOSUR) reformulado y la Alianza del Pacífico (AP), entre otras. Ante la proliferación de estos organismos en la región cabe la reflexión si estos son eficientes, complementarios o contradictorios. En este artículo se emplearán las perspectivas del estructuralismo histórico propuesto por la Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL) y del regionalismo comparado como referencias teóricas y metodológicas.

El estructuralismo histórico contribuye a comprender las condiciones históricas típicas de la periferia latinoamericana. Su principio normativo es la idea de la necesidad de participación del Estado en el ordenamiento del desarrollo económico con las condiciones de la periferia latinoamericana, conocida como el paradigma desarrollista latinoamericano. El organizador del significativo libro “Cincuenta Años de Pensamiento de CEPAL”, Ricardo Bielschowsky en 2000 puntuó cuatro rasgos analíticos que serían permanentes hasta hoy en la institución: 1- Enfoque histórico-estructuralista, basado en la idea centro-periferia; 2- Análisis de la inserción internacional: teoría del deterioro de los términos de intercambio; 3- Análisis de las restricciones estructurales internas (de crecimiento y progreso técnico, y de las relaciones entre estos, el empleo y la distribución del ingreso) y; 4- Análisis de necesidades y posibilidad de acción estatal. En resumen, adoptaban el "Método Histórico-Estructuralista", basado en el argumento de la "condición periférica" (BIELSCHOWSKY, 2000).

Consideramos que este enfoque es fructífero porque no cae en las trampas para producir teorías con ambiciones universalistas y logra comprender las características profundas de las economías y sociedades latinoamericanas en sus especificidades. También dialoga muy bien con el enfoque llamado "regionalismo comparativo" desarrollado por algunos internacionalistas en la actualidad (HETTNE, Björn; SÖDERBAUM, Fredrik; NOLTE, Detlef; entre otros). Por ejemplo, es muy interesante la aclaración de Fredrik Söderbaum que explica:

La versión preferida del regionalismo comparado es ecléctica e inclusiva. Tal perspectiva ecléctica debería permitir que los estudios de área, la política comparada y los estudios internacionales entablen un diálogo más fructífero y, a través de ese proceso, superen la fragmentación en el campo del regionalismo que aún persiste. También debería permitir una comparación frutífera continua entre diferentes debates y especializaciones regionales (formas de regionalismo africano, americano,

asiático, caribeño y europeo). Tal perspectiva ecléctica también mejorará un diálogo sobre los fundamentos del análisis comparativo, por ejemplo, qué constituyen casos comparables y las muchas formas, métodos y diseños diferentes del análisis comparativo. El enfoque ecléctico que se ofrece aquí subraya la riqueza de la comparación (SÖDERBAUM, 2015, p. 22)³.

En ese sentido concluye que las regiones pueden y deben compararse en el tiempo, así como dentro y entre diferentes espacios y formas de organización. Es posible comparar las regiones integrales y multidimensionales a varias escalas (Europa, África, Asia oriental y sudoriental), aunque también comparar tipos más distintos de regiones y regionalismos, como bloques comerciales, regiones de seguridad, regiones cognitivas, regiones fluviales, cuencas, etc. En otras palabras, “el pluralismo conceptual no es igual a la anarquía. El punto fundamental es tener claro la pregunta de investigación y la selección de casos, manteniendo al mismo tiempo la claridad conceptual” (SÖDERBAUM, 2015, p. 22).

En acuerdo a esa perspectiva, podemos observar que cada proceso de integración seleccionados por nosotros para esta investigación tuviera orígenes diferentes; atravesaron crisis y transformaciones, nos pareciendo importante entender la singularidad de los tres procesos, pero también, aprender y no repetir las fragilidades de cada iniciativa ante un contexto internacional aún más desafiante por la pandemia en 2020 y la guerra en Ucrania en 2022. En este sentido, los métodos del estructuralismo histórico junto con el regionalismo comparativo son útiles para analizar el contexto actual de la región, ya que escapa de las pretensiones generalistas para explicar casos diferentes y no siempre comparables. La hipótesis central de esta investigación es que los organismos regionales presentan más complementariedades que contradicciones. En este sentido, también haremos la siguiente pregunta sobre los impactos económicos y sociales de COVID-19 en América del Sur: ¿será posible algún aprendizaje? Así, defendemos la idea de que a pesar de los retos por los que atraviesa la integración regional, las reflexiones teóricas, las prácticas y protocolos sobre integración serán esenciales para la construcción de un espacio de unidad sudamericana.

Este artículo está dividido en cinco partes más consideraciones finales: 1- UNASUR; 2- MERCOSUR reformulado; 3- Alianza del Pacífico; 4- Posibilidades de Convergencia entre MERCOSUR y Alianza del Pacífico; 5- Los Impactos de la COVID-19 en la Integración Sudamericana y; Consideraciones finales.

³ Todas las traducciones de otros idiomas son responsabilidad de los autores.

1- UNASUR

La UNASUR fue fundada en 2008 y era una organización intergubernamental compuesta por los doce Estados de América del Sur. La entidad, así como otros procesos de regionalismo en América Latina, siguió un modelo intergubernamental de asociación, en el cual los Estados soberanos son los principales actores en la formulación e implementación de esos mismos procesos. A diferencia del modelo de integración de la Unión Europea (UE), por ejemplo, donde hay un direccionamiento a instituciones y organizaciones de carácter supranacional, en la UNASUR los Estados procuraban mantener, por encima de la visión regional, el interés nacional y la preservación de la soberanía nacional. Es decir, los conceptos de no intervención, autonomía y autodeterminación de los pueblos eran valores incuestionables dentro de la institución⁴.

Demostrando la intencionalidad de construir la integración de forma multidimensional la UNASUR estaba constituida por 12 Consejos específicos, a saber: 1- Consejo Energético Suramericano; 2- Consejo de Defensa Suramericano; 3- Consejo de Salud Suramericano; 4- Consejo Suramericano de Desarrollo Social; 5- Consejo Suramericano de Infraestructura y Planeamiento; 6- Consejo Suramericano sobre el Problema Mundial de las Drogas; 7- Consejo Suramericano de Economía y Finanzas; 8- Consejo Electoral de UNASUR; 9- Consejo Suramericano de Educación; 10- Consejo Suramericano de Cultura; 11- Consejo Suramericano de Ciencia, Tecnología e Innovación y; 12- Consejo Suramericano en materia de Seguridad Ciudadana, Justicia y Coordinación de Acciones contra la Delincuencia Organizada Transnacional⁵.

Como es conocido, UNASUR está experimentando un momento de profunda fragilidad dado que el 20 de abril de 2018, Brasil y otros cinco países suspendieron su participación en UNASUR. El ministro de Relaciones Exteriores de Brasil, Aloysio Nunes Ferreira en aquello momento, y los ministros de Relaciones Exteriores de Argentina, Paraguay, Colombia, Chile y Perú enviaron una carta a la Presidencia Pro Tempore de la UNASUR. En el documento enviado al canciller de Bolivia, Fernando Huanacumi, quien

⁴ BOTELHO, J.C.A. **La creación y la evolución de UNASUR**. Curitiba: Juruá Editora, 2013.

⁵ Ídem.

estaba a cargo de la organización, informaran sobre la decisión de suspender, por un período indefinido, la participación en las reuniones del bloque⁶.

La iniciativa, según el documento, fue motivada por el estancamiento con el gobierno venezolano con respecto a la elección del secretario general de la organización. En la carta, los cancilleres afirman que UNASUR se ha paralizado desde enero de 2017 porque Venezuela, con el apoyo de Bolivia, Surinam y Ecuador, vetaron al candidato argentino para el cargo de secretario general. En ese momento, el candidato era el embajador argentino José Octávio Bordón. A pesar del veto, Venezuela y los otros países no tenían alternativa al nombre. Así, la Secretaría General quedó vacante⁷.

El 31 de julio de 2018, la situación empeoró con la renuncia del colombiano Yuri Chillán, jefe de facto en ese momento. Según un reportaje del diario *Folha de São Paulo* el 2 de agosto de 2018, "Sin comando y sin dinero, el organismo creado para integrar América del Sur está cerca de la irrelevancia". El informe también anunció que el edificio de la sede que costó US \$ 43,5 millones y fue donado por el gobierno de Ecuador a UNASUR fue solicitado de vuelta por el presidente en aquel momento Lenín Moreno⁸. En cuanto a la posición peruana, la siguiente cita es muy ilustrativa:

Esta nueva visión de la Cancillería en temas de integración también implicó la denuncia peruana del tratado constitutivo de la UNASUL el 28 de mayo de 2019, oficializando así su decisión de retirarse de este organismo. Esta determinación la había adelantado un año antes, esto es, el 21 de abril de 2018, junto con Argentina, Brasil, Chile, Colombia y Paraguay, ante la casi parálisis de esta entidad. Son varios los factores por los cuales UNASUR se encontraba en esta situación. En primer lugar, la excesiva ideologización hizo que esta institución respondiera, muchas veces, a intereses de algunos de los países parte y no de todos sus miembros; y aquellos que no estaban de acuerdo permanecieron inmóviles, por lo que la entidad se mantuvo en una situación de paralización. Un segundo factor es que, como consecuencia de sus disímiles planteamientos, no se logró generar consensos dentro de este organismo. El ejemplo más claro fue su incapacidad de elegir a su nuevo secretario general, lo que produjo que, desde el 31 julio de 2017, no tuviera dirigencia y, por tanto, no tuviera funcionamiento. Por último, un tercer factor fue la excesiva burocracia creada en el interior de UNASUR que terminó generando una serie de problemas institucionales de superposición de funciones y sobrecostos (NOVAK; NAMIHAS, 2020, p. 197).

⁶ Disponible en:

<http://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2018-04/brasil-e-mais-cinco-paises-suspendem-participacao-na-unasul>. Acceso en junio de 2020.

⁷

Disponible

en:

<http://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2018-04/brasil-e-mais-cinco-paises-suspendem-participacao-na-unasul>. Acceso en junio de 2020.

⁸

Disponible

en:

<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/08/renuncia-de-chefe-expoe-situacao-de-penuria-da-unasul.shtml>.

Acceso en junio de 2020.

Una de las ideas centrales de este artículo es que a pesar de la fragilización de la UNASUR, las reflexiones teóricas, las prácticas y los protocolos sobre integración serán esenciales para la reconstrucción de un espacio de unidad sudamericana. Seguramente, con la victoria de Lula en 2022 en las elecciones presidenciales de Brasil y en términos de política externa, se retomará como prioridad la integración sudamericana y estos proyectos pueden ser relanzados. Por ejemplo, en el 6 de abril de 2023 los gobiernos de Brasil y Argentina formalizaron su regreso a UNASUR⁹.

A seguir analizaremos dos iniciativas de integración más relacionadas a temas económicos, pero geopolíticos también, MERCOSUR y Alianza del Pacífico para posteriormente explorar las contradicciones y complementariedades entre las dos iniciativas. Finalmente, evaluaremos los impactos de la COVID-19 en la integración sudamericana. Cronológicamente, el MERCOSUR es más antiguo que UNASUR, pero según nuestra línea de argumentación, el primer bloque estuvo influenciado de alguna manera por el segundo y esto se tradujo en lo que llamamos el MERCOSUR reformulado, es decir, un bloque con un énfasis casi exclusivo en lo comercial fue evolucionando en una institución multidimensional.

2- EL MERCOSUR reformulado

En 1991 se firma el Tratado de Asunción, con miras a la constitución de un mercado común entre Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay. El tratado definió un programa de liberalización comercial de todo el universo aduanero en un período de transición hasta el 31 de diciembre de 1994. El 17 de diciembre de 1994 se firma el "*Protocolo de Ouro Preto*", que modifica parcialmente el Tratado de Asunción y da personalidad jurídica internacional al MERCOSUR¹⁰.

Según el sitio oficial de MERCOSUR, el organismo ha promovido como pilares fundamentales de la integración los principios de Democracia y de Desarrollo Económico, impulsando una integración con rostro humano. En línea con estos principios, se han sumado

⁹ Disponible en: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cevn775q5z8o> Acceso en abril de 2023.

¹⁰ El MERCOSUR incorporó posteriormente a Venezuela* y Bolivia**, ésta última en proceso de adhesión. *Venezuela se encuentra suspendida en todos los derechos y obligaciones inherentes a su condición de Estado Parte del MERCOSUR, de conformidad con lo dispuesto en el segundo párrafo del artículo 5° del Protocolo de Ushuaia. Ese tema es bastante controvertido, pero extrapola a los objetivos de ese artículo. ** El Estado Plurinacional de Bolivia se encuentra en proceso de adhesión. Disponible en: <http://www.mercosur.int/innovaportal/v/3862/2/innova.front/en-pocas-palabras>. Acceso en junio de 2020.

Revista Espirales, Foz do Iguaçu, UNILA, ISSN 2594-9721 (eletrônico), v. 7, n. 1, 2023, p. 6-32 .

diferentes acuerdos en materia migratoria, laboral, cultural, social, entre tantos otros a destacar, los que resultan de suma importancia para sus habitantes¹¹. A ese proceso llamamos de MERCOSUR reformulado, pues el nació bajo el fuerte neoliberalismo de Collor de Melo en Brasil (presidente entre 1990-1992) y Carlos Menem (presidente entre 1989-1999) en Argentina. Nuestra hipótesis es que, con el fracaso de la aplicación del neoliberalismo en los dos países, la propia institución fue repensada para ir más allá de la integración puramente económica.

Estos acuerdos significaron la incorporación de las dimensiones Ciudadana, Social y de Integración Productiva, entre otras, para las cuales, por un lado, fue necesario adaptar y ampliar la institucionalidad del bloque en toda la región atendiendo nuevas demandas y profundizando la participación efectiva de la ciudadanía por diferentes medios; y por otro, debió dotarse de mecanismos de financiamiento solidarios propios, como es el Fondo para la Convergencia Estructural del MERCOSUR (FOCEM), entre otros fondos. El FOCEM, a través de un aporte anual de más de 100 millones de dólares, financia proyectos que buscan promover la competitividad, la cohesión social y la reducción de asimetrías entre los integrantes del proceso¹².

La información oficial del organismo también refuerza esa interpretación cuando argumenta que las potencialidades del MERCOSUR en las más diversas áreas son inconmensurables puesto que en su territorio de casi 15 millones de km², cuenta con una gran variedad de riquezas, agua, biodiversidad, recursos energéticos, tierras fértiles. Y recursos humanos: “No obstante, su mayor riqueza reside en su gente, puesto que, gracias a una población de más de 295 millones de personas, posee un patrimonio invaluable de diversidad cultural, étnica, lingüística y religiosa, la cual convive armónicamente convirtiendo al MERCOSUR en una región de paz y desarrollo”¹³.

Los principales órganos creados en ese proceso que llamamos MERCOSUR reformulado son: el Tribunal Permanente de Revisión (TPR) para solución de controversias entre las partes componentes del MERCOSUR¹⁴; el FOCEM¹⁵; el Parlamento del

¹¹ Sus idiomas oficiales de trabajo son el español y el portugués. La versión oficial de los documentos de trabajo será la del idioma del país sede de cada reunión. A partir del 2006, por medio de la Decisión CMC N° 35/06, se incorporó al guaraní como uno de los idiomas del Bloque.

¹² Disponible en: <http://www.mercosur.int/innovaportal/v/3862/2/innova.front/en-pocas-palabras>. Acceso en junio de 2020.

¹³ Disponible en: <http://www.MERCOSUR.int/innovaportal/v/3862/2/innova.front/en-pocas-palabras>. Acceso en junio de 2020.

¹⁴ “El ámbito de aplicación del Sistema de Solución de Controversias se fracciona en dos: conflictos entre Estados Parte y reclamos efectuados por particulares. Disponible en: <http://www.tprmercosur.org/es/index.htm>. Acceso en octubre de 2018.

¹⁵ “El FOCEM es un fondo destinado a financiar proyectos para promover la convergencia estructural; desarrollar la competitividad; promover la cohesión social, en particular de las economías menores y regiones menos desarrolladas y apoyar el funcionamiento de la estructura institucional y el fortalecimiento del proceso de integración. Es el primer mecanismo solidario de financiamiento propio de los países del MERCOSUR y tiene por objetivo reducir las asimetrías del bloque. Los fondos son destinados a los países y entregados en carácter de **Revista Espirales, Foz do Iguaçu, UNILA, ISSN 2594-9721 (eletrônico), v. 7, n. 1, 2023, p. 6-32.**

MERCOSUR (PARLASUR)¹⁶; el Instituto Social del MERCOSUR (ISM)¹⁷; el Instituto de Políticas Públicas en Derechos Humanos (IPPDH)¹⁸; y las Unidades de Apoyo a la Participación Social (UPS)¹⁹.

A pesar de todos estos avances, es indudable que MERCOSUR viene atravesando un período de estancamiento e incluso de retroceso; en parte por la pandemia que empezó en 2020; también por el enorme dinamismo del comercio chino en la región, que dificulta la creación de cadenas productivas de valor; guerra en Ucrania en 2022; pero también en gran medida por la política exterior aislacionista practicada por Bolsonaro entre 2018 y 2022.

Sobre la posición brasileña en el Mercosur en la época de Bolsonaro, Tullo Vigevani argumenta que la situación de Brasil debilitó el bloque. Sin embargo, entidades empresariales de diferentes países (en el caso brasileño, la Confederación Nacional de la Industria y la Fiesp) nos muestran que el mercado común no es un organismo que estaría a punto de morir; la tendencia fue de continuidad con baja intensidad (VIGEVANI, 2021). Janina Onuki, en la misma línea, señala que:

(...) está muy claro que desde 2014 el gobierno brasileño ha perdido interés en el Mercosur, pero creo que en el gobierno de Bolsonaro tuvimos no solo un estancamiento, sino un retroceso, porque el gobierno brasileño la postura del gobierno no fue sólo de desinterés y sí fue una postura de destrucción de lo que se había hecho. Especialmente en los muy importantes avances en cooperación de actores no gubernamentales, hubo un retroceso, como es el caso de la salida de Brasil del Mercosur educativo (ONUKEI, 2021).

Por otro lado, Celso Amorim considera que la fortaleza del Mercosur es:

(...) absolutamente ineludible, no hay política económica, no hay política exterior de los países de la región que no tome al Mercosur como referencia, aunque sea para hablen mal [...] no me gusta medir la importancia del bloque solo por el comercio, pero en los primeros veinte años del Mercosur, el comercio mundial se había quintuplicado, y mira, tenías a China en el medio, mientras que el comercio intra-Mercosur se había multiplicado por catorce veces. O sea, sigue siendo importante, Argentina sigue siendo el gran socio de Brasil y Brasil sigue siendo

donación no reembolsable para financiar hasta el 85% del valor elegible de los proyectos por éstos presentados”. Más informaciones disponibles en: <https://focem.mercosur.int/es/>. Acceso en octubre de 2018.

¹⁶ “El Parlamento del MERCOSUR fue constituido en 2006, como sustituto de la Comisión Parlamentaria Conjunta, y es el órgano, por excelencia, representativo de los intereses de los ciudadanos de los Estados Parte. Disponibles en: <https://www.parlamentomercosur.org/>. Acceso en octubre de 2018.

¹⁷ Informaciones de ese Instituto están disponibles en: <http://www.ismercosur.org/>. Acceso en octubre de 2018.

¹⁸ Informaciones más detalladas de ese Instituto están disponibles en: <http://www.ippdh.mercosur.int/>. Acceso en octubre de 2018.

¹⁹ “La UPS apoya la organización de la Cumbre Social del MERCOSUR, administrar el financiamiento de la participación social en eventos y actividades, mantiene registro y coordina con los movimientos sociales de los Estados
Disponibles en:
<http://www.mercosur.int/innovaportal/v/5817/2/innova.front/unidad-de-apoyo-a-la-participacion-social-ups>.
Acceso en octubre de 2018.

Revista Espirales, Foz do Iguaçu, UNILA, ISSN 2594-9721 (eletrônico), v. 7, n. 1, 2023, p. 6-32 .

importante para Argentina; en un mundo gobernado por grandes bloques, aunque Brasil es grande, solo no es tan fuerte (AMORIM, 2021).

A pesar de todos estos avances, es indudable que el MERCOSUR viene atravesando un período de estancamiento e incluso de retroceso; en parte por la pandemia que empezó en 2020; pero también por el enorme dinamismo del comercio chino en la región, que dificulta la creación de cadenas productivas de valor²⁰; guerra en Ucrania en 2022; pero también en gran medida por la política exterior aislacionista practicada por Bolsonaro entre 2018 y 2022.

La reformulación del MERCOSUR con la ampliación de sus funciones es clara, pero a pesar del aumento de su carácter multidimensional, en los últimos años ha atravesado una crisis y estancamiento. Ahora pasaremos a la Alianza del Pacífico (AP) que para muchos analistas representa un regreso al punto de partida de MERCOSUR.

3- Alianza del Pacífico

La Alianza del Pacífico (AP) es un organismo intergubernamental conformado por Chile, Colombia, México y Perú mediante la Declaración Presidencial de Lima del 28 de abril de 2011 que crea la Alianza del Pacífico²¹ para “la conformación de un área de integración profunda, que busca avanzar progresivamente hacia la libre circulación de bienes, servicios, capitales y personas”²². La AP busca “fortalecer los diferentes esquemas de integración en América Latina, como espacios de concertación y convergencia, orientados a fomentar el regionalismo abierto, que inserte a las Partes eficientemente en el mundo globalizado y las vincule a otras iniciativas de regionalización”²³ establece también que considera como base acuerdos económicos, comerciales y de integración vigentes entre las Partes a nivel bilateral, regional y multilateral, resaltando los derechos y obligaciones derivados del Acuerdo de Marrakech por el que se establece la Organización Mundial del Comercio (OMC).

La AP tiene los siguientes objetivos: a. construir, de manera participativa y consensuada, un área de integración profunda para avanzar progresivamente hacia la libre circulación de

²⁰ Sobre esa temática recientemente publicamos BORGES, F.; FERRO, E. V. “*O protagonismo da China na América Latina e seus impactos no Mercosul e na Aliança do Pacífico*” En: ____ **Nuevos mapas Crisis y desafíos en un mundo multipolar**. 1 ed. Buenos Aires: CLACSO, 2023, v.1, p. 257-365.

²¹ El proyecto inicial habría sido más ambicioso con la idea de incorporar a más Estados latinoamericanos de la cuenca del Pacífico, una propuesta que tuvo el nombre de Arco del Pacífico, finalmente cuatro Estados consiguieron llegar a un acuerdo y actualmente cuentan casi cincuenta países en calidad de observadores de la AP.

²² Acuerdo Marco de la Alianza del Pacífico, Preámbulo.

²³ Ídem.

bienes, servicios, capitales y personas; b. impulsar un mayor crecimiento, desarrollo y competitividad (...) c. convertirse en una plataforma de articulación política, de integración económica y comercial, y de proyección al mundo, con especial énfasis al Asia Pacífico. De acuerdo al mismo documento, el Consejo de Ministros, conformado por los Ministros de Relaciones Exteriores y los Ministros Comercio Exterior es el órgano decisor de la AP.

En este documento y en las prácticas de la AP se explicita la recuperación de la noción de regionalismo abierto, cuyo núcleo de integración es el libre comercio y proyección hacia el Asia Pacífico. Como Bernal Meza (2012) apunta el regionalismo abierto indica la apertura comercial al mundo, no proteccionista y que fue la respuesta neoliberal a la visión estructuralista y el modelo de integración basado en la industrialización sustitutiva de importaciones y la protección de los mercados internos y las industrias nacionales. De forma similar, Briceño (2013) y otros académicos, indican que la AP sería una respuesta en defensa del liberalismo de los ochenta y una respuesta a La Alianza Bolivariana para los Pueblos de Nuestra América (ALBA)²⁴, al MERCOSUR y al UNASUR liderado por Brasil (quizás buscando una especie de equilibrio en la región).

Igualmente, cuando mencionan que la AP es un organismo que busca la integración profunda se apela al sentido de interdependencia. De la Reza (2003) describe integración profunda como un incremento de interdependencia producto de la globalización que a su vez tendría implicancias en las políticas nacionales “deben satisfacer para calificar como elementos de profundización de la integración: menores diferencias en estándar y producción regionales; la existencia de mecanismos gubernamentales estables; la eliminación de las barreras arancelarias y para arancelarias de los mercados importantes, y la supresión de trabas al comercio de servicios” (DE LA REZA, 2003, p. 312).

Los países del AP, además de retomar las nociones del regionalismo abierto con un apelo a la integración profunda, comparten entre ellos la necesidad de negociar en bloque al tiempo de mantener su participación en foros multilaterales y otros organismos de integración y

²⁴ La Alianza Bolivariana para los Pueblos de Nuestra América - Tratado de Comercio de los Pueblos o ALBA-TCP es una organización internacional de ámbito regional, fundada en 2004, formada por países de América Latina y el Caribe que pone énfasis en la lucha contra la pobreza y la exclusión social con base en doctrinas de izquierda. Es un proyecto de colaboración y complementación política, social y económica entre ciertos países de América y el Caribe, promovida inicialmente por Cuba y Venezuela como contrapartida del ALCA (Área de Libre Comercio de las Américas), impulsada por Estados Unidos. El ALBA se fundamenta en la creación de mecanismos que aprovechen las ventajas cooperativas entre las diferentes naciones asociadas para compensar las asimetrías entre esos países. Esto se realiza mediante la cooperación de fondos compensatorios, destinados a la corrección de discapacidades intrínsecas de los países miembros, y la aplicación del TCP (Tratado de Comercio de los Pueblos). El sitio oficial de ALBA es: <http://www.portalalba.org/> Acceso en mayo de 2018.

cooperación (OMC, CELAC, APEC, CAN, APEC, TPP-11, UNASUR) de ahí el reconocimiento explícito al deseo de “fortalecer otros espacios de convergencia en América Latina (...) y vincularse con otras iniciativas de regionalización”²⁵.

No obstante, la AP tiene otra particularidad, el involucramiento de nuevos actores. Como señalan Rojas y Terán (2016, p.73), a pesar de la AP ser de “impulso gubernamental, donde la integración tiende a ser fomentada por políticas (*policydriven*) antes que por el mercado (*market-led*)” en los últimos años el sector privado está involucrándose más en los procesos de integración “el impulso gubernamental ha dado cabida también al protagonismo empresarial, tal como ocurre en la AP”.

Así lo confirma el Protocolo Adicional al Acuerdo Marco suscrito el 2014 que entre otras cosas crea el Consejo Empresarial de la Alianza del Pacífico (CEAP) que es un órgano consultivo de la AP que tendría la misión de articular el sector público con el sector privado y que está formado por empresarios de alto nivel, de los cuatro países y que busca “promover la Alianza del Pacífico tanto en los países integrantes como en la comunidad empresarial mundial; impulsar y sugerir visiones y acciones conjuntas, particularmente dirigidas a la región Asia-Pacífico y presentar recomendaciones a las asociaciones empresariales de los cuatro países, relacionadas con las áreas de cooperación. La actividad del CEAP es comprobable, por ejemplo, a través de las reuniones sostenidas por alguna de las mesas del CEAP - en la página oficial del organismo en el periodo 2017-2018, de las reuniones celebradas en la AP más del 65% son de la CEAP²⁶- o en las declaraciones de los miembros del comité de la CEAP.

²⁵ La propuesta de regionalismo abierto merece una reflexión, pues es quizás un término no preciso pudiendo generar confusiones -y en la práctica algunas contradicciones con los objetivos que eran propuestos por UNASUR y por el MERCOSUR reformulado. En la década de 1990, la CEPAL recomendó el regionalismo abierto como estrategia de desarrollo para los países latinoamericanos, para una inserción internacional más adecuada (CEPAL, 1994; Rosenthal, 1995; Fajnzylber, 2000; Ottone, 2006). Esto significa que la integración serviría para una mejor inserción de las economías latinoamericanas en el escenario internacional y no solo en la región misma. Esta estrategia sería más eficiente que la del regionalismo cerrado, que prevaleció hasta la década de 1980, cuyo objetivo era reducir el problema del deterioro de los términos de intercambio, con el mercado regional como una salida para los bienes producidos a nivel nacional que no son muy competitivos en términos mundiales. En este sentido, el modelo comenzó desde adentro y se cerró en la propia región, visto como una mera extensión del mercado interno (CEPAL, 1994; Hurrell, 1995). Sin embargo, a principios del siglo XXI, este concepto y su aplicación fueron muy cuestionados por los académicos y por los llamados gobiernos progresistas que construyeron UNASUR. Uno de los autores que planteó importantes críticas sobre las contradicciones del regionalismo abierto fue el economista chileno Fernando Ignacio Leiva, quien bosqueja como una pregunta central si este paradigma constituye una alternativa genuina al neoliberalismo o si es una forma más sofisticada de consolidar el sistema existente (Leiva, 2008).

²⁶ Seguimiento realizado em el período 2017-2018 en el calendario de actividades de la AP. Disponible en: <https://alianzapacifico.net/en/eventscalendar/>. Acceso en junio de 2020.

En cierto sentido, la AP se asemeja al movimiento realizado por el MERCOSUR que se acercó a la sociedad civil – en el MERCOSUR existe como organismo adjunto, el MERCOSUR Social con el mandato de incorporar a la sociedad civil, particularmente, los movimientos sociales-, en el caso de la AP incorporan a otra parte de la sociedad civil, el empresariado. Adicionalmente el MERCOSUR cuenta con un foro político, el PARLASUR. En lo que respecta a estructura productiva en MERCOSUR se tiene al FOCEM y en la AP se tiene el Fondo AP (2014) aunque con contribuciones marginales, pero con un objetivo similar al del FOCEM. Si MERCOSUR ya es criticado por su falta de dinamismo en coordinación en la lucha contra la COVID-19, la situación en la AP parece peor, y no es una coincidencia que después de Brasil, Perú y Chile sean los países que más sufren los impactos de la pandemia, con frágiles sistemas de salud y sanitarios probablemente en virtud de sus históricos recientes de políticas neoliberales.

Comparando AP y MERCOSUR, tenemos la interesante explicación del profesor mexicano Jaime Preciado Coronado:

Cada una de ellas tiene un origen diferente y ello, pues se manifiesta hasta la actualidad. La Alianza del Pacífico surge en el marco de lo que podríamos llamar acuerdos de libre comercio de tercera generación que no están tanto pensando en los esquemas latinoamericanos propiamente que provenían de la ALADI por ejemplo, en la que había una tendencia a la integración más de tipo comunitario, sino que es una forma relativamente multilateral de entrar en los ámbitos de libre comercio, pero desde una forma institucional, como que fue muy ágil en sus inicios, porque había toda la experiencia de la agenda gerencial de políticas públicas que le daban un sentido a la política comercial como para evitar crear estructuras burocráticas (...) Ahora, el Mercosur tiene toda la historia de las grandes posibilidades que tienen Argentina y Brasil sobre todo que son las locomotoras que se disputan la influencia sobre ese esquema en donde hay un proceso de institucionalización mediano, se crean instancias que tienen capacidad de articular iniciativas de empresarios y hay al mismo tiempo el surgimiento de una agenda social que buscaba contrapesar los efectos perversos del libre comercio. (...) (PRECIADO, 2021).

También tratamos el tema de una revisión decenal de la AP con intelectuales de otros países del bloque, además de México. Empezando por los peruanos, entrevistamos a Mónica Bruckmann; Alan Fairlie y Oscar Vidarte Arévalo. Nuestra primera entrevistada argumentó que

Yo diría que la Alianza del Pacífico se inscribe en el conjunto de estrategias que Estados Unidos adoptó para frenar el avance de China, no solamente en la región pero en el resto del mundo se desarrollaron otros espacios de integración con este objetivo de frenar el avance chino, en el caso de la Alianza del Pacífico que se lanza oficialmente creo que fue en junio de 2012 y de alguna manera en mayo de 2013 tiene un gran lanzamiento mediático que fue exactamente el mes en que se estaba realizando la primera conferencia de UNASUR para discutir una estrategia continental de aprovechamiento de los recursos naturales para el desarrollo integral

en Caracas y fue un lanzamiento mediático con gran repercusión en la prensa de la Alianza del Pacífico, inclusive uno de los aspectos que se colocaba mucho en los titulares de la prensa, recuerdo que era que se convirtió en un bloque extremadamente poderoso, que iban a reducir los aranceles prácticamente a cero entre los cuatro países que formaban parte de este bloque, que eran México, Perú, Chile y Colombia, exactamente los países cuyos gobiernos en este momento estaban muy alineados a la visión hemisférica de Estados Unidos y cuando uno iba más allá de los titulares de la prensa a ver cuál era el sistema arancelario entre estos 4 países antes de la Alianza Pacífico, ya estaban los aranceles reducidos muy próximos a cero, entonces esto era nada más que digamos una gran construcción mediática, que no es por casualidad que se lanza en el momento en que la UNASUR comienza a tomar un dinamismo mayor y comienza a plantearse cuestiones que para Estados Unidos podría ser un gran problema, por ejemplo, que la región que empieza a tener una gestión soberana de los recursos naturales de los cuales Estados Unidos dependía en el caso de América Latina de importaciones, etc.²⁷.

Alan Fairlie argumentó que:

La Alianza del Pacífico tuvo un auge, creo que tuvo mucho también de imagen, pero en términos concretos tiene el más bajo comercio interregional de la región, incluso menor que la CAN con todas sus limitaciones. Entonces, tuvo mucha aceptación, mucho observador internacional; se avanzó, yo creo, sí al comienzo aun cuando la zona de libre comercio entre Perú y Colombia viene de la Comunidad Andina, entonces es la zona de libre comercio que se acordó en la comunidad andina. Ha habido cosas importantes en el tema de bolsas, en el aspecto financiero. Creo que se dio un dinamismo importante ejecutivo, pero cuando han querido avanzar más allá de eso creo que también se ha mostrado las limitaciones institucionales, es decir, a veces se dice que la Comunidad Andina tiene demasiada institucionalidad, parece que a la Alianza del Pacífico algo de institucionalidad le falta para continuar avanzando. Pero me parece que el tema de fondo es el cambio de gobierno en México porque quien lidera por el peso que tiene la Alianza es México (FAIRLIE, 2021).

Oscar Vidarte Arévalo evaluó que:

Hay una narrativa respecto a la Alianza del Pacífico que con el pasar de los años ha ido debilitándose. Es una narrativa que hace énfasis en las ventajas o todo lo que “habría” logrado la Alianza del Pacífico en favor de nuestros países. Una narrativa que ha hecho que la Alianza del Pacífico, para algunos países, se convierta en una prioridad en materia de política exterior, como ha pasado en el Perú, e, incluso, podría decir que, dentro del contexto de crisis del multilateralismo, la Alianza del Pacífico termina siendo lo que más ilumina, de lo que más se habla, más aun considerando que tiene muchos países observadores y tiene atención del mundo. Pero yo tengo la impresión de que esta narrativa, a pesar de eso y que a pesar de que la Alianza del Pacífico termina siendo de lo más llamativo, de lo más representativo del multilateralismo en un contexto de crisis, está debilitándose paulatinamente por una serie de razones. (...) Creo que los grandes objetivos que se planteó la Alianza

²⁷ Sigue argumentando: “La Alianza del Pacífico se lanza en este momento, yo creo como un esfuerzo de contener este avance, pero ahí era muy claro que no tenía ninguna perspectiva de realmente avanzar porque uno se preguntaba bueno será que Chile, cuyas principales exportaciones de cobre, que es el principal recurso natural del cual depende el producto interno bruto chileno va hacia China, ¿va a dejar de relacionarse comercialmente con China porque es parte de la Alianza del Pacífico? ¿Será que va a dejar de exportar el zinc, el cobre, el oro a China porque es parte de la Alianza del Pacífico? Es imposible y de hecho fue imposible, entonces yo creo que la Alianza Pacífico se fue disolviendo en la medida en que la materialidad que necesitaba para que fuera realmente un bloque de integración regional económico fuera posible, no existía, porque ya todos estos países tenían una relación muy intensa con China y no dejó de ser intensa, al contrario, se fue intensificando” (BRUCKMANN, 2021).

del Pacífico no se están cumpliendo necesariamente. La Alianza del Pacífico se puede resumir en dos grandes objetivos. El primer objetivo es el tema comercial. Cuando uno ve, a una década de la Alianza del Pacífico, cuanto hemos avanzado en el comercio intrarregional, que era fundamental, la Alianza del Pacífico sigue estando por debajo del 3%; es decir, es 3% nuestro comercio en la Alianza del Pacífico, la Unión Europea es 85% creo, para los países europeos, para nosotros es 3%. Pero la verdad es que, en términos de comercios interregionales, la Alianza del Pacífico no ha avanzado mucho. Es más, algún amigo colombiano una vez me dijo que, si se eliminaba la Alianza del Pacífico, no pasaba nada porque todos los mecanismos seguían existiendo, había acuerdos bilaterales de comercio que iban a seguir existiendo al margen de la Alianza del Pacífico. Es verdad, hay cosas que se han hecho, pero son cosas secundarias. El segundo gran objetivo, donde más podría haber avanzado la Alianza del Pacífico, es el tema del relacionamiento de la Alianza del Pacífico, en el que hay intereses, conversaciones, diálogos. Pero también es un relacionamiento complejo y difícil porque la Alianza del Pacífico no camina como una unidad, hablamos de la Alianza del Pacífico como si fuera una unidad con una cabeza visible, pero, en realidad, es una ficción conformada por la sumatoria de cuatro países. (VIDARTE A, 2021).

Desde Chile tuvimos el gusto de conversar con Marcos Robledo quien nos dio la siguiente opinión:

Yo creo que la Alianza del Pacífico tiene dos tipos de debilidades, una más específica y otra más general, en este momento. La más específica es que está considerada, básicamente, como una iniciativa de integración de algunos tipos de mercados. En ese sentido, puede ser valiosa, desde cierta perspectiva, pero tiene una lógica funcional muy limitada; mucho más limitada desde el punto de vista de su funcionalidad o de su ambición o de su perspectiva que otros procesos de integración. La verdad es que, en ese sentido, la alianza, desde el punto de vista político, ha ido perdiendo ansias. (...) Primero, no sé si pueda estar conceptualizado como integración, pero el tipo de cooperación económica que desarrolla la Alianza del Pacífico corresponde a una visión respecto a un tipo de proyecto político, sobre un tipo de regionalismo que está en crisis en numerosos países que integran la Alianza del Pacífico. Evidentemente, hay una crisis en Chile, en ese sentido, hay una crisis del tipo de regionalismo que desarrolló en las décadas. Hay una crisis de legitimidad, hay una crisis política, me parece que en el Perú también hay una cierta crisis que todavía no se refleja en un cuestionamiento tan público, tan conocido al régimen que ha desarrollado Perú, pero me parece que es cuestión de tiempo del desarrollo de un debate similar al que ya se está desarrollando en Chile a partir de la crisis de legitimidad del modelo de desarrollo. Y no sé cómo va a evolucionar eso, pero veo también que hay señales, en el sentido de que hay una crisis política y crisis de legitimidad por cierto tipo de desarrollo y esto también está relacionado con la forma en que esos modelos de desarrollo entienden su inserción en el mercado internacional. (...) Por lo tanto, me parece que hay una crisis de generalizada en la región de un tipo de desarrollo neoliberal, asociado a un tipo de regionalismo. (ROBLEDO, 2021).

Finalmente, desde Colombia, entrevistamos a Germán Camilo Prieto quien evaluó:

Yo creo que la Alianza del Pacífico tiene la gran ventaja que es, al mismo tiempo, una desventaja, de que como no tienen, digamos, procesos institucionales fuertes, es un regionalismo completamente intergubernamental. Entonces, el hecho de que todos los comités están en manos de los ministerios de los países pues hace que, yo dijera, ni siquiera se tenga que acomodar. Cuando yo hablo de acomodamiento en la CAN, es acomodamiento de los países a la normativa andina o de la normativa andina a los intereses de los países. como la Alianza del Pacífico no tiene ninguna normativa pues, entonces, nadie se tiene que acomodar a nadie. Yo recuerdo, obviamente no les puedo decir el nombre de la persona, pero un amigo mío muy

cercano trabaja en el Ministerio de Economía en México con Peña Nieto, en el Ministerio de Economía y Comercio. Era uno de los tomadores de decisiones y hablábamos de vez en cuando y yo le decía: “Oye, qué y al fin México ¿qué con la Alianza del Pacífico?”. “No le interesa. O sea, vamos a las reuniones porque pues tampoco vamos a salirnos o, digamos, a cerrar de un portazo la participación de México en la Alianza del Pacífico, pero no nos interesa la Alianza del Pacífico. No significa nada para México”. Entonces, si no hay convergencia de intereses en los países en avanzar, pues no pasa nada porque la Alianza del Pacífico permite que, quienes estén interesados, traten de hacer cosas y si los que no están interesados no quieren hacer cosas, no pasa nada. Se pueden seguir reuniendo y no están rompiendo compromisos institucionales; pero, por lo mismo, la alianza tampoco avanza. Depende que los cuatro estén interesados en hacer cosas y creo que, hasta ahora, no he visto nada donde los cuatro están realmente interesados en hacer cosas. Son más unos comités de intercambio de información, que de coordinación de políticas como tal ¿verdad? Entonces me parece que en la Alianza del Pacífico no hay necesidad de acomodarse. Eso es bueno en el sentido de que los países no sienten ninguna presión institucional para participar. Es más aún en el sentido de que si los cuatro no están muy de acuerdo en algo específico que se quiera hacer, pues no hacen nada. Y eso es lo que creo que ha pasado hasta ahora. No han hecho prácticamente nada o, al menos, nada, si se compara la Alianza del Pacífico con el SICA o con la CAN o con el Mercosur; o sea, qué ha logrado la Alianza del Pacífico como bloque regional. Nada. (PRIETO C, 2021).

La AP pasa tal vez por su peor crisis en ese momento pues México se recusó pasar la presidencia a Perú como correspondía en 2022. El presidente Andrés Manuel López Obrador considera que la destitución de Castillo fue producto de un proceso fraudulento de persecución política, y no reconoce como legítimo al nuevo mandatario peruano, por lo que no entregó la presidencia pro tempore al país suramericano en diciembre, como estaba previsto²⁸.

En una entrevista reciente, Amayo Zevallos también hace interesantes reflexiones sobre la crisis actual de la AP:

Infelizmente parece que el virus que destruyó a la UNASUL, relacionado con poder, está comenzando a penetrar en la AP. Virus retratado extraordinariamente por George Orwell en su novela *ANIMAL FARM* cuando los puercos manifiestan que “son más iguales que los otros” POR LO QUE SE ARROGARON MÁS DERECHOS. Solo eso puede explicar que el presidente de México Andrés Manuel López Obrador (AMLO) y el de Colombia, Gustavo Petro, se sientan con el derecho de decirle al Perú que no sabe conducir su política interna lo que está justificando que AMLO no le pase la Presidencia de la AP a Dina Boluarte, lo que actualmente le corresponde según los términos del tratado. Entonces al mismo tiempo que, objetivamente, están comenzando a destruir la AP que es un modelo de integración Latino Americano, claman por la unidad de la región y Petro hasta propone que, colectivamente, los países amazónicos traten la problemática de esa región que comparten. Todo lo cual muestra objetivamente cinismo por parte de los dos. Fue notoria la no presencia de AMLO el día en que Lula retomó el poder. Llevando en cuenta lo anterior no sería sorprendente si el próximo futuro muestra a AMLO y a

28

Disponível em: <https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/80103/peru-acirra-conflito-com-mexico-pela-presidencia-da-alianca-do-pacifico> Acesso em abril de 2023.

Lula disputando por EL LIDERAZGO NATURAL de América Latina (AMAYO, 2023, énfasis en el original).

4- Posibilidades de Convergencia entre MERCOSUR y AP

En 2018 la CEPAL publicó el texto “La convergencia entre la Alianza del Pacífico y el MERCOSUR: enfrentando juntos un escenario mundial desafiante”. Alicia Bárcena, secretaria ejecutiva de la Institución afirmaba en el prólogo que “profundizar la integración regional no es una opción sino un imperativo” mencionando que América Latina y el Caribe es una de las regiones con menores índices de comercio intrarregional, solo el 16% de sus exportaciones se dirige a la propia región, Asia registra 50% igual que América del Norte y la UE 64%. “Asimismo, los encadenamientos productivos entre países de la región son, en general, escasos y débiles” (CEPAL, 2018, p. 5).

En seguida Bárcena argumenta que la reducida participación de la propia región en el comercio exterior latinoamericano es muy preocupante, porque el mercado regional es el más propicio para la diversificación productiva y exportadora que los países de la región requieren con urgencia. Para la mayoría de los países latinoamericanos la región es el mercado al que se exporta una mayor variedad de productos y además el principal destino para las exportaciones de manufacturas. Ese tema es importante porque la UNASUR, por ejemplo, era acusada de ser muy ideológica, pero los argumentos económicos para apoyar la integración regional son evidentes y quedarán aún más urgentes delante de la pandemia del COVID-19 como analizaremos al final de ese texto.

En ese sentido, el documento de 2018 afirmaba que la mayoría de las empresas exportadoras latinoamericanas, en especial las pequeñas y medianas empresas (pymes), dependen del comercio intrarregional para sobrevivir y crecer. Eso porque el mercado regional es también fundamental para alcanzar las economías de escala y de aprendizaje que permitan a los países de la región hacerse más competitivos internacionalmente. Por fin, también es importante del punto de vista geopolítico reconocer que el poder de negociación de la región en los distintos foros internacionales aumentaría significativamente al disponer de un espacio económico integrado. La secretaria ejecutiva concluyó diciendo que

Por las razones expuestas, la CEPAL ha apoyado el proceso de “convergencia en la diversidad” entre la Alianza del Pacífico y el MERCOSUR desde que fue propuesto

inicialmente por el Gobierno de Chile en 2014. En efecto, dado el fuerte peso económico y demográfico de ambas agrupaciones, **la convergencia entre ellas se convertiría en un poderoso catalizador de la integración de la región en su conjunto**. Se trata de una propuesta innovadora, basada en un enfoque de avances graduales que permitan generar las condiciones para plantearse objetivos más ambiciosos (CEPAL, 2018, p. 5, énfasis nuestros).

El documento también afirma que en los últimos años se han registrado importantes acercamientos entre los miembros de la Alianza del Pacífico y del MERCOSUR y que estos deberían facilitar la convergencia en el mediano plazo. Expone que, por una parte, entre 2015 y 2016 el Brasil suscribió acuerdos de promoción y facilitación de las inversiones con cada uno de los miembros de la Alianza del Pacífico y que, por otra parte, México inició negociaciones con la Argentina y el Brasil, con el objetivo de concluir acuerdos comerciales de amplio alcance. Estas son precisamente las dos relaciones comerciales bilaterales más importantes entre las economías de la región que aún no se encuentran plenamente liberalizadas (CEPAL, 2018, p. 8). Pero el estudio advierte:

El comercio de bienes entre la Alianza del Pacífico y el MERCOSUR, medido por las exportaciones, alcanzó un nivel máximo de casi 51.000 millones de dólares en 2012. Posteriormente, registró cuatro años consecutivos de caídas, con una contracción acumulada del 38% respecto de su valor en 2012. En 2017, el valor del intercambio registró una importante recuperación (17%) y llegó a 36.500 millones de dólares. Ambas agrupaciones exhiben una reducida interdependencia comercial en términos relativos. En el caso de la Alianza del Pacífico, el MERCOSUR representó en 2017 solo el 2,8% de sus exportaciones totales de bienes y el 4,0% de sus importaciones. Por su parte, en el mismo año, la Alianza del Pacífico fue el destino del 6,4% de los envíos totales de bienes del MERCOSUR, y el origen del 6,6% de sus compras externas (CEPAL, 2018, p. 9).

Por otro lado, la idea fundamental defendida en ese estudio y la cual compartimos, es que “pese a su monto relativamente reducido, el intercambio comercial entre la Alianza del Pacífico y el MERCOSUR tiene gran importancia para la diversificación exportadora y la generación de encadenamientos productivos”.

En efecto, la participación conjunta de ambas agrupaciones en los envíos de manufacturas de sus miembros al mundo fluctúa entre el 28% para el Perú y el 71% para el Paraguay. El intercambio entre la Alianza del Pacífico y el MERCOSUR se caracteriza por la presencia de flujos relevantes de comercio intraindustrial, especialmente en el sector automotor (vehículos y sus partes) y —en menor medida— en los sectores farmacéutico y de los plásticos y sus manufacturas. Por otra parte, el número de productos que los miembros de ambos grupos se exportan recíprocamente es, en muchos casos, mayor que el número de productos que destinan a sus principales mercados extrarregionales, como los Estados Unidos, la Unión Europea y China. (CEPAL, 2018, p. 9).

El rol estratégico de la integración regional podremos visualizar en el sugestivo cuadro producido por CEPAL sobre la diversificación de las exportaciones intragrupo comparativamente a otras regiones.

Cuadro 1: Número de Productos Exportados por países miembros a destinos seleccionados 2016

Alianza del Pacífico y MERCOSUR: número de productos exportados por países miembros a destinos seleccionados, 2016

	Argentina	Brasil	Chile	Colombia	México	Paraguay	Perú	Uruguay	Venezuela (República Bolivariana de)	Estados Unidos	Unión Europea (28 países)	China
Argentina	X	1 658	2 068	963	969	2 075	1 213	2 572	524	1 415	1 447	338
Brasil	2 873	X	2 539	2 324	2 175	3 094	2 284	2 698	1 356	3 074	3 136	1 462
Chile	1 394	884	X	1 056	841	2 210	2 528	965	224	1 408	1 619	396
Colombia	542	710	1 161	X	1 464	338	1 724	301	1 556	1 933	1 497	224
México	1 231	1 550	1 718	2 353	X	701	1 671	970	1 349	4 277	2 924	1 478
Paraguay	301	554	203	41	81	X	63	363	17	359	419	60
Perú	586	581	1 901	1 371	889	324	X	386	580	1 892	1 740	240
Uruguay	778	603	512	134	163	634	161	X	66	504	705	135
Venezuela (República Bolivariana de) ^a	38	81	417	441	300	62	134	23	X	371	1 271	111

Fuente: Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), sobre la Base de Datos Estadísticos de las Naciones Unidas sobre el Comercio de Productos Básicos (COMTRADE).

Nota: Los productos se definen a 6 dígitos del Sistema Armonizado de Designación y Codificación de Mercancías. Código de colores:

El número de productos exportados a este destino es mayor que el de productos exportados a los Estados Unidos, a la Unión Europea y a China.

El número de productos exportados a este destino es mayor que el de productos exportados a los Estados Unidos y a China.

El número de productos exportados a este destino es mayor que el de productos exportados a la Unión Europea y a China.

El número de productos exportados a este destino es mayor que el de productos exportados a China.

^a Calculado a partir de datos espejo.

Fuente: CEPAL, 2018, p. 31.

Para Argentina podemos ver que Brasil, Chile, Paraguay y Uruguay representan los países con los cuales la diversificación productiva es la más intensa, superior a las cantidades de productos diferentes que exportan a los Estados Unidos, la Unión Europea y China. Este factor estructural es fundamental para pensar sobre el papel estratégico de la integración

sudamericana en términos comerciales, ya que el comercio intrarregional es el que más absorbe los productos de las pequeñas y medianas empresas, es decir, los que generan más empleos en la economía nacional de cada país.

Este patrón se repite en el análisis de todos los países de la región con pequeños matices, por ejemplo, para Brasil y Chile, el país que absorbe la mayor diversificación productiva para las exportaciones es Paraguay. Para Colombia son Perú y Venezuela. Para México son Colombia, Chile y Perú. Para Paraguay, Brasil representa el mercado que recibe la mayor diversificación de sus exportaciones. Perú tiene a Chile como socio comercial que absorbe más productos diferentes que se exportan. Para Uruguay, Argentina representa el mercado más diversificado para sus exportaciones. Finalmente, Venezuela tiene a Colombia y Chile como mercados en los que exporta una amplia gama de productos.

Esta realidad es más que suficiente para darse cuenta de lo importante que es la región desde el punto de vista de la economía política internacional y no es un mero deseo ideológico apoyarla. En este sentido, tanto el MERCOSUR como AP y la convergencia entre ellos siguen siendo estratégicos desde el punto de vista comercial para cada país individualmente y frente a un escenario de crisis internacional después de COVID-19 en el que los productos perderán impulso tanto en las cantidades exportadas como en sus precios, la solución lógica es priorizar el entorno geográfico. Por otro lado, desde el punto de vista de la inversión cruzada, la CEPAL reconoce que:

En ambas agrupaciones los montos de IED intrarregional son relativamente pequeños. En el período comprendido entre 2010 y 2016, el 2,3% de la IED que ingresó al MERCOSUR lo hizo desde el propio MERCOSUR y un 3,2% desde los países de la Alianza del Pacífico. La situación en la Alianza del Pacífico es similar: el 2,8% de la IED recibida en el mismo período provino de los países de la propia Alianza, y el mismo porcentaje provino del MERCOSUR. Pese a la irrupción durante la década pasada de las empresas multilatinas, los principales inversionistas extranjeros en ambos grupos siguen siendo los Estados Unidos y algunos países europeos (CEPAL, 2018, p. 9-10).

El escenario de la pandemia COVID-19 es una tragedia común, pero para América Latina y el Caribe quizás los impactos económicos y sociales sean aún más profundos. Para la integración y la posible convergencia entre MERCOSUR y AP, representará otro desafío, sin embargo, con los datos presentados anteriormente es evidente que será difícil encontrar otra alternativa para minimizar esta tragedia que no sea trabajar en cooperación en América del Sur, un tema que abordaremos a continuación.

5- Impactos económicos y sociales de COVID-19 en América del Sur: ¿será posible algún aprendizaje?

La COVID-19 provocó en el Sistema Internacional una crisis sanitaria, humana y económica sin precedentes en el último siglo y que evoluciona continuamente. Por eso ante la pandemia, las economías se cierran y paralizan, y las sociedades entran en cuarentenas más o menos severas, medidas solo comparables a las de situaciones de guerra. Por eso un documento de CEPAL de 2020 afirmaba que:

La acción más importante para enfrentar el COVID-19 es la contención de la expansión del virus mediante el autoaislamiento, la cuarentena y el distanciamiento social. Esa medida tiene impactos positivos para la salud al aplanar la curva de contagio. Pero, también afecta a la actividad económica pues el distanciamiento generalmente implica la desaceleración de la producción o incluso su interrupción total. Esto disminuye las horas de trabajo y los salarios y da lugar a la consiguiente reducción de la demanda agregada de bienes y servicios. Dado que la mayoría de las empresas financian sus inversiones principalmente con ganancias retenidas, la formación bruta de capital fijo se verá afectada negativamente. El efecto multiplicador del consumo será significativamente negativo y se verá agravado por la falta de inversiones privadas²⁹.

En ese sentido el documento también argumenta que el Estado debería asumir actividades de planificación que generen las condiciones para sostener y después estimular la oferta y la demanda. Añadiendo:

Esto requiere capacidades y recursos públicos, e instrumentos de política que deben diseñarse en línea con las capacidades productivas de cada país, buscando preservar las capacidades instaladas. Las medidas de política para enfrentar la crisis están en permanente cambio, como se ve en el Observatorio COVID-19 en América Latina y el Caribe, de la CEPAL, que actualiza esa información frecuentemente (CEPAL, 2020, p. 1).

En este escenario, la CEPAL parece ser el organismo más apropiado para diagnosticar situaciones particulares y diseñar políticas públicas con datos de calidad para enfrentar esta crisis económica y social que la pandemia está causando en la región. Es por eso por lo que vale la pena reflexionar sobre si fuera la reactivación del papel destacado de la CEPAL en la conducción de las políticas económicas, sociales y de integración implementadas en América Latina y el Caribe. Esperamos que sí, porque como se mencionó al comienzo de este trabajo, su método estructuralista histórico es fundamental para comprender las especificidades del

²⁹ No obstante, es importante mencionar que “El desempeño económico de la economía mundial ya era débil antes de la pandemia del COVID-19. En el período 2011-2019, la tasa media de crecimiento mundial fue del 2,8%, cifra significativamente inferior al 3,4% del período 1997-2006. En 2019, la economía mundial registró su peor desempeño desde 2009, con una tasa de crecimiento de solo un 2,5%. Ya antes de la pandemia, las previsiones de crecimiento del PIB mundial para 2020 se habían revisado a la baja (CEPAL, 2020, p. 2).

contexto internacional actual y sus impactos específicos en cada microrregión de este continente.

El estudio de la CEPAL mencionado analiza los efectos específicos del COVID-19 en América Latina y el Caribe y afirma que “la región enfrenta la pandemia desde una posición más débil que la del resto del mundo”. Eso porque seguimos con problemas estructurales internos muy graves, con destaque para la vulnerabilidad externa. En ese sentido, la institución apunta las siguientes tendencias: 1- La disminución de la actividad económica de sus principales socios comerciales y sus efectos; 2- La caída de los precios de los productos primarios; 3- La interrupción de las cadenas globales de valor; 4- La menor demanda de servicios de turismo; 5- La intensificación de la aversión al riesgo y el empeoramiento de las condiciones financieras mundiales (CEPAL, 2020, p. 5-6).

Por eso, específicamente sobre los impactos del comercio internacional para América Latina y Caribe hace la siguiente previsión:

En el plano subregional, el mayor impacto lo sentirán los países de América del Sur, que se especializan en la exportación de bienes primarios y, por lo tanto, son más vulnerables a la disminución de sus precios. En cambio, el valor de las exportaciones de Centroamérica, el Caribe y México registraría una caída menor que el promedio de la región, debido a sus vínculos con los Estados Unidos y su menor exposición a la disminución de los precios de los productos primarios. Los países exportadores de petróleo experimentarían la mayor pérdida en el valor de ventas al exterior. México, la República Bolivariana de Venezuela, el Ecuador y Colombia pueden ser los países más afectados, ya que sus costos de producción son más altos que los de muchos otros productores y, por lo tanto, tienen menos capacidad para soportar un período prolongado de precios bajos. Las exportaciones regionales a China serían las que más disminuirían en 2020 (-21,7%). Esto afectaría especialmente a los productos con eslabonamientos hacia adelante en las cadenas de valor dentro de ese país (mineral de hierro, mineral de cobre, zinc, aluminio, soja, aceite de soja, entre otros). **Los países más expuestos son la Argentina, el Brasil, Chile y el Perú, los mayores proveedores de esos productos para China de la región** (CEPAL, 2020, p. 8, nuestros énfasis).

Específicamente sobre los impactos en el empleo y pobreza en la región CEPAL afirma que, “dadas las desigualdades económicas y sociales de la región, los efectos del desempleo afectarán de manera desproporcionada a los pobres y a los estratos vulnerables de ingresos medios” (CEPAL, 2020, p. 11). Ese estudio de CEPAL concluye más o menos en la misma dirección de nuestras hipótesis en ese trabajo:

La cooperación internacional y las organizaciones multilaterales deberían diseñar nuevos instrumentos técnicos y financieros para apoyar a los países que se enfrentan a la presión fiscal. Deben, asimismo, considerar la posibilidad de conceder préstamos con bajos intereses y ofrecer alivio y aplazamientos de la deuda para aumentar el espacio fiscal. Los países desarrollados y los países en desarrollo disponen de medios diferentes para hacer frente a esta crisis sin precedentes, lo que

puede acentuar las desigualdades internacionales. Algunos países muy endeudados, como algunas islas del Caribe o la Argentina, podrían tener problemas para atender el servicio de sus deudas, reestructurarlas o incrementarlas debido al posible colapso de los mercados financieros, lo que restaría impulso al tan necesario gasto público en salud, protección social y estímulo económico. **Los países deben adaptar sus respuestas a las condiciones locales, que deben ser reforzadas por la cooperación internacional**³⁰.

Estamos en acuerdo con el estudio de la CEPAL también que afirma que, en última instancia, la única solución sostenible a los problemas socioeconómicos generados por el COVID-19 será la contención coordinada del virus. Y hace una conclusión muy afinada con nuestra perspectiva en ese trabajo:

La escala, la velocidad y el alcance de su expansión requiere una mayor coordinación de las políticas multilaterales. **Esta pandemia tiene el potencial de dar nuevas formas a la geopolítica de la globalización, y es también una oportunidad para recordar los beneficios de las medidas multilaterales e iniciar acciones muy necesarias para alcanzar un modelo de desarrollo sostenible e inclusivo** (CEPAL, 2020, p.14, énfasis en el original).

Consideraciones Finales

América Latina se encuentra en una posición vulnerable ante un escenario internacional cada vez más complicado; por la pandemia; por la Guerra en Ucrania y por las crisis internas en cada uno de los países de la región. A pesar de la complicada situación que atraviesa la integración regional, las reflexiones teóricas y prácticas sobre la integración serán esenciales para la reconstrucción del espacio de una eventual unidad sudamericana.

Diferentes orígenes, historias, objetivos y transformaciones internas marcan UNASUR, MERCOSUR y AP. El primero representaba una propuesta de integración multidimensional y con ambiciones geopolíticas de autonomía; la segunda nació neoliberal, pero fue reformulando para pensar el proceso de integración en el bloque alcanzando una diversidad de temas de cooperación y la última sería un regreso a la propuesta de regionalismo abierto de los años noventa, aunque con el tiempo también se va transformando

³⁰ “Levantar sanciones a los países sujetos a ellas para permitir su acceso a alimentos, suministros médicos y acceso a pruebas de COVID-19 y asistencia médica. Es tiempo de solidaridad, no de exclusión. El COVID-19 llegó en un momento en que la economía mundial se estaba desacelerando. Los niveles de deuda eran históricamente altos, y los salarios y la productividad se habían estancado en muchos países en desarrollo y desarrollados. La crisis sanitaria ha puesto de manifiesto la fragilidad del sistema globalizado y del modelo de desarrollo subyacente. La ruptura de las cadenas de suministro, la desaceleración del crecimiento mundial y el desempeño de los mercados financieros han mostrado que las economías están expuestas a las vulnerabilidades mundiales” (CEPAL, 2020, p. 14, nuestros énfasis).

(buscando la cooperación en otras áreas, como educación). En este momento, la Alianza del Pacífico pasa por una crisis aguda especialmente porque México se rehúso a pasar la presidencia Pro-Témpore de ese mecanismo a Perú –argumentando un quiebre democrático–; ello con resultados todavía inciertos. Otro aspecto coyuntural de la Alianza del Pacífico, que nació liberal, es que en la actualidad tiene tres de sus cuatro miembros con gobiernos más alineados a la izquierda lo que se traduciría en una agenda menos liberal.

En nuestra perspectiva UNASUR, MERCOSUR y Alianza del Pacífico presentan más complementariedades que contradicciones. Hay elementos suficientes para concluir que económica y geopolíticamente MERCOSUR y Alianza del Pacífico se deben acercar. Especialmente por la diversificación productiva de las exportaciones en América Latina y Caribe que es un elemento central, ya que impacta directamente a las micro, pequeñas y medianas empresas que son responsables por la generación de la mayor parte de empleos formales en la región.

La retomada de la importancia estratégica de la UNASUR, especialmente con el regreso de Brasil al tablero sudamericano es probable, sin embargo, es necesario reflexionar sobre los errores del pasado y afianzar instituciones regionales más estables.

Bibliografía

- AMAYO Z., Enrique. Entrevista concedida a Fábio Borges el 29 de abril de 2023.
- AMORIM, C. Entrevista concedida a Fábio Borges e Edith Venero Ferro en el día 27 de agosto de 2021.
- BERNAL-MEZA, RAÚL. “El escenario sudamericano frente a la globalización: regionalismos, Estado y política exterior”. En: ____ **Asuntos de América Latina**. Universidad de Santiago de Chile-USACH, Santiago, pp. 17-51, 2012.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

- BORGES, F.; FERRO, E. V. “*O protagonismo da China na América Latina e seus impactos no Mercosul e na Aliança do Pacífico*” En: ____ **Nuevos mapas Crisis y desafíos en un mundo multipolar**. 1 ed. Buenos Aires: CLACSO, 2023, v.1, p. 257-365.
- BOTELHO, J.C.A. **La creación y la evolución de Unasur**. Curitiba: Juruá Editora 2013.
- BRICEÑO RUIZ, J. “Ejes y modelos en la etapa actual de la integración económica regional en América Latina”. En: ____ **Estudios Internacionales**, 175, 9-39. 2013.
- BRUCKMANN, M. Entrevista concedida a Fábio Borges e Edith Venero Ferro en el día 30 de agosto de 2021.
- Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), “El regionalismo abierto en América Latina y el Caribe: la integración económica al servicio de transformación productiva con equidad”. En: ____ **Libros de la CEPAL**, n. 39, 1994.
- ____ **La convergencia entre la Alianza del Pacífico y el MERCOSUR: enfrentando juntos un escenario mundial desafiante** (LC/PUB.2018/10), Santiago, 2018.
- ____ “América Latina y el Caribe ante la pandemia del COVID-19: Efectos económicos y sociales”. En: ____ **Informe Especial COVID-19**, N°1, 2020.
- DE LA REZA, G. “El regionalismo abierto en el hemisferio occidental”. En: ____ **Análisis Económico**, 18 (37), 297-316. 2003.
- IBÁÑEZ, J. “El nuevo regionalismo latinoamericano en los años noventa”. En: ____ **Revista Electrónica de Estudios Internacionales**, 1-11. 2000.
- FAJNZYLBER, Fernando. “La CEPAL y el neoliberalismo: entrevista a Fernando Fajnzylber”. En: ____ **Revista de la CEPAL**, n. 52, 1994.
- FAIRLIE, Alan. Entrevista concedida a Fábio Borges e Edith Venero Ferro en el día 10 de septiembre de 2021.
- ____ “*Integración y convergencia en UNASUR*”. In: ____ **Documento de trabajo** N° 362, 2013.
- HETTNE, Björn; SÖDERBAUM, Fredrik. “*Regional Cooperation: a tool for addressing regional and global challenges*”. En: ____ **Meeting Global Challenges: International Cooperation in the National Interest**, 2006.
- HOFFMANN, Andrea Ribeiro; BRICENO, Jose Ruiz. *Post-hegemonic regionalism, UNASUR and the reconfiguration of cooperation in South America*. En: ____ **Canadian Journal of Latin American and Caribbean Studies**, v. 40, p. 48-62, 2015.
- HURRELL, Andrew. “*O ressurgimento do regionalismo na política mundial*”. En: ____ **Contexto internacional**. V. 17, n. 1, p. 23-59, 1995.
- Revista Espirales, Foz do Iguaçu, UNILA, ISSN 2594-9721 (eletrônico), v. 7, n. 1, 2023, p. 6-32 .

- LEIVA, Fernando Ignacio. *Latin American Neostructuralism: the Contradictions of Post-Neoliberal Development*. United States of America: University of Minnesota Press, 2008.
- NOLTE, Detlef. “Latin America’s New Regional Architecture: Segmented Regionalism or Cooperative Regional Governance?” En: _____ *XXXI International Congress of the Latin American Studies Association (LASA)*, Washington D.C., 2013.
- NOVAK, Fabián & GARCÍA, Jaime. **La Política Exterior Peruana en el Siglo XXI: Agenda y Propuestas**, 2015.
- NOVAK, Fabián & NAMIHAS, Sandra. **Lineamientos y aristas de la Política Exterior peruana en el nuevo orden del siglo XXI** (a propósito del bicentenario del MRE), 2021.
- _____. **El bicentenario de la Política Exterior peruana y su proyección en un mundo de cambios**, 2020.
- _____. **La alianza del pacífico: situación, perspectivas y propuestas para su consolidación**, 2018.
- ONUKE, J. *Entrevista concedida a Fábio Borges e Edith Venero Ferro* en el día 28 de agosto de 2021.
- OTTONE, Ernesto. *Fernando Fajnzylber: a vision of Renewal for Latin American Development*. En: _____ *ECLAC Notes*, n. 49, 2006.
- PRECIADO CORONADO, J. *Entrevista concedida a Fábio Borges e Edith Venero Ferro* en el día 28 de agosto de 2021.
- ROBLEDO, M. *Entrevista concedida a Fábio Borges e Edith Venero Ferro* en el día 13 de septiembre de 2021.
- ROJAS, Daniel; TERAN, Jose. “La Alianza del Pacífico: Nueva Muestra del Regionalismo” En: _____ **América Latina**. No. 24, julio-diciembre 2016. Disponible en: <https://ssrn.com/abstract=2868014>. Acceso en junio de 2020.
- ROSENTHAL, Gert. “El regionalismo abierto en la Cepal”. En: _____ **Revista de la Cepal**. N. 26, p. 47-65, 1995.
- SÖDERBAUM, Fredrik, Early, *Old, New and Comparative Regionalism: The Scholarly Development of the Field* (November 1, 2015). Disponible en: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2687942. Acceso en junio de 2020.
- VIDARTE ARÉVALO, O. *Entrevista concedida a Fábio Borges e Edith Venero Ferro* en el día 17 de septiembre de 2021.
- Revista Espirales, Foz do Iguaçu, UNILA, ISSN 2594-9721 (eletrônico), v. 7, n. 1, 2023, p. 6-32 .

VIGEVANI, T. Entrevista concedida a Fábio Borges e Edith Venero Ferro en el día 23 de agosto de 2021.

CONCEPÇÃO DE “LIBERDADE” NOS DISCURSOS DE POSSE DE BOLSONARO

Stephany D. Pereira Mencato¹
DOI: 10.29327/2282886.7.1-2

Resumo: O presente artigo busca compreender, por meio de uma Análise do Discurso Crítica (ADC), os significados atribuídos por Jair Bolsonaro à “liberdade” em seus discursos de posse. São analisados seus discursos proferidos no ano de 2019, respectivamente, o discurso proferido na Câmara dos Deputados; o primeiro discurso ao povo feito após a posse junto à rampa do Palácio do Planalto; e o primeiro feito à comunidade internacional, no Fórum Econômico de Davos. A primeira etapa do trabalho reflete o método utilizado para análise dos pronunciamentos, que acompanha a análise de discurso crítica (ADC) nos termos propostos por Fairclough (2003). O segundo momento busca compreender quais associações são possíveis para se compreender os sentidos atribuído a “liberdade” nos discursos, seguindo os passos propostos pela teoria, considerando a centralidade do tema “liberdade” ao debate democrático atual, frente diferentes embates sobre as percepções conflitantes desta que circulam nos discursos políticos.

Palavras-chave: Liberdade; Discurso; Bolsonaro; Democracia; Política.

CONCEPTION OF “FREEDOM” IN BOLSONARO'S INCOME SPEECH

Abstract: This article seeks to understand, through a Critical Discourse Analysis (CDA), the meanings attributed by Jair Bolsonaro to “freedom” in his inaugural speeches. His speeches given in the year 2019 are analyzed, respectively, the speech given in the Chamber of Deputies; the first speech given to the people after taking office next to the Planalto Palace ramp; and the first made to the international community, at the Davos Economic Forum. The first stage of the work reflects the method used to analyze the pronouncements, which follows the critical discourse analysis (CDA) in the terms proposed by Fairclough (2003). The second moment seeks to understand which associations are possible to understand the meanings attributed to “freedom” in the speeches, following the steps proposed by the theory, considering the centrality of the theme “freedom” to the current democratic debate, facing different clashes about the conflicting perceptions of this that circulate in political discourses.

Keywords: Freedom; Speech; Bolsonaro; Democracy; Policy.

CONCEPCIÓN DE “LIBERTAD” EN EL DISCURSO DE LA RENTA DE BOLSONARO

Resumen: Este artículo busca comprender, a través de un Análisis Crítico del Discurso (ACD), los significados atribuidos por Jair Bolsonaro a la “libertad” en sus discursos inaugurales. Se analizan sus discursos pronunciados en el año 2019, respectivamente, el discurso pronunciado en la Cámara de Diputados; el primer discurso pronunciado al pueblo tras la toma de posesión junto a la rampa del Palacio del Planalto; y el primero realizado a la comunidad internacional, en el Foro Económico de Davos. La primera etapa del trabajo refleja el método utilizado para analizar los pronunciamentos, que sigue el análisis crítico del discurso (ACD) en los términos propuestos por Fairclough (2003). El segundo momento busca comprender qué asociaciones son posibles para comprender los significados atribuidos a “libertad” en los discursos, siguiendo los pasos propuestos por la teoría, considerando la centralidad del tema “libertad” para el debate democrático actual, frente a diferentes enfrentamientos sobre las percepciones contradictorias que de ello circulan en los discursos políticos.

Palabras llave: Libertad; Discurso; Bolsonaro; Democracia; Política.

¹ Doutorande em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Lattes iD: <http://lattes.cnpq.br/4877857853675754>. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0001-7956-6274>.

INTRODUÇÃO

O objetivo da presente pesquisa é compreender qual o sentido atribuído à ideia de “liberdade” nos discursos de posse de Jair Bolsonaro, ex-presidente do Brasil durante os anos de 2019 a 2022. São analisados os três primeiros discursos proferidos no ano de 2019, em ordem cronológica, o discurso de posse proferido na Câmara dos Deputados, o primeiro discurso ao povo, feito após a posse junto à rampa do Palácio do Planalto e o primeiro feito à comunidade internacional, no Fórum Econômico de Davos. Estes são centrais, pois indicam o direcionamento seguido pelo ex-presidente ao longo de seu mandato frente a diferentes públicos e espaços.

A primeira etapa do trabalho busca definir e apontar um modo possível de utilização da Análise do Discurso Crítica (ADC) enquanto método, adotado por ser percebido como aquele capaz de refletir as nuances que circundam a “liberdade” no discurso do ex-presidente, uma vez que teve origem na linguística e, segundo Meyer (2001, p. 15), se difere de outros métodos linguísticos ao focar a análise em seu aspecto crítico-político como ponto principal, bem como na mudança social produzida pelo discurso, nesse sentido, as pautas abordadas, em geral, focam em temas tidos como politicamente minoritários e marginais.

Os resultados da análise desenvolvida indicam que nos discursos analisados, para Bolsonaro, a “liberdade” é desenhada enquanto valor a ser alcançado pelo que ele define como *cidadãos de bem*, parcela da sociedade alinhada ao discurso conservador e neoliberal. A liberdade seria obtida quando o mercado e sua lógica de competição regularem todas as relações humanas, assegurando os indivíduos conforme seu mérito individual. Deste modo, segundo os discursos analisados, deve-se promover o livre mercado por meio do Estado, o incremento da segurança pública e a conservação da família tradicional, garantindo-se o exercício da democracia enquanto esta legitimar os interesses de um grupo tido como majoritário.

1. ANÁLISE DO DISCURSO CRÍTICA COMO MÉTODO PARA SE APREENDER O SENTIDO DE “LIBERDADE”

A ADC tem seu enfoque nos elementos complexos que circundam o discurso, não estando unicamente vinculada aos elementos textuais discursivos, sendo Norman Fairclough em seu livro *Language and Power* (1989) o primeiro a utilizar o termo *análise de discurso crítica* (ADC), instituindo a teoria do Discurso como Prática Social e sua análise como a das

relações dialéticas entre semiose (incluindo a linguagem) e outros elementos das práticas sociais, oscilando entre o foco na estrutura e na ação individual.

Em Fairclough (2001, p. 100) temos a concepção tridimensional do discurso enquanto texto, prática discursiva e prática social, proposta que junta a macro e a microsociologia, ressaltando que os membros das comunidades sociais produzem seus mundos ordenados ou explicáveis simultaneamente, em que suas práticas são moldadas, de forma inconsciente, por estruturas sociais, relações de poder e pela natureza da prática social em que estão envolvidos. Para Fairclough, conforme Magalhães Martins (2001), todo evento discursivo é simultaneamente texto, prática discursiva e prática social.

Ao falar do discurso como texto, Fairclough (2001, p. 103), trata da análise textual e a organiza em quatro itens, o *vocabulário*, a *gramática*, a *coesão* e a *estrutura textual*, onde o primeiro trata principalmente das palavras individuais, o segundo das palavras combinadas em orações e frases, já a coesão aborda ligações entre orações e frases e, por fim, a estrutura textual aborda as propriedades organizacionais de larga escala dos textos. Distinguem-se ainda três itens usados para a análise textual da prática discursiva, sendo a *força* dos enunciados, ou seja, os tipos dos atos de fala (promessas, pedidos, ameaças); a *coerência*, vinculando-se a capacidade de fazer compreensível a mensagem transmitida no texto; e, por fim, a questão da *intertextualidade*, ou a articulação do discurso analisado com diferentes textos.

Ao abordar o discurso como prática discursiva, Fairclough (2001, p. 106-108) aponta a necessidade de se analisar e compreender os processos de produção, distribuição e consumo textual, que possuem natureza diversa conforme fatores sociais que os envolvem. Assim, certos discursos têm distribuição simples e outros complexos, com padrões de consumo, rotinas de produção e transformação próprias, podendo antecipar as posições de receptores, para quem se dirige diretamente o texto, dos ouvintes, que terão acesso a ele mesmo não sendo receptores diretos, e dos destinatários, que não integram os leitores oficiais, mas são consumidores de fato do discurso.

Em sua terceira dimensão, o discurso como prática social, é analisado a partir de questões de ideologia e hegemonia, isso pois, ainda que nem todo discurso seja irremediavelmente ideológico, as práticas discursivas são:

[...] investidas ideologicamente à medida que incorporam significações que contribuem para manter ou reestruturar as relações de poder. (...) As ideologias surgem nas sociedades caracterizadas por relações de dominação com base na classe,

no gênero social, no grupo cultural, e assim por diante, e, à medida que os seres humanos são capazes de transcender tais sociedades, são capazes de transcender a ideologia (FAIRCLOUGH, 2001, p. 121).

A análise tridimensional exige, portanto, a compreensão dos investimentos ideológicos presentes no discurso analisado, já que a ADC tem por objetivo mostrar as imbricações entre o discurso e as estruturas sociopolíticas de poder e dominação, sendo que, segundo Magalhães Martins (2001), a emancipação só poderia ser atingida, segundo a ADC, com o aumento da consciência acerca de como a linguagem contribui para a dominação de uma pessoa sobre outra. A compreensão de ideologia nesse sentido específico é então importante:

[...] as ideologias são significações/construções da realidade (o mundo físico, as relações sociais, as identidades sociais) que são construídas em várias dimensões das formas/sentidos das práticas discursivas e que contribuem para a produção, a reprodução ou a transformação das relações de dominação. (...) determinados usos da linguagem e de outras 'formas simbólicas são ideológicos, isto é, os que servem, em circunstâncias específicas, para estabelecer ou manter relações de dominação (FAIRCLOUGH, 2001, p. 117).

A partir daqui pode-se perceber como a ADC enfatiza os processos de construção da realidade por meio dos discursos, nesse sentido a “liberdade” por si não possui um significado prévio natural, ela está sempre inserida em um contexto discursivo, no seio do qual passa a ser significada. É, portanto, alvo de disputa e em circunstâncias específicas será naturalizada, estabelecendo e mantendo uma forma e relação de dominação.

O conceito de hegemonia aqui não se trata de dominação total e absoluta, é antes apresentada enquanto “poder sobre a sociedade como um todo de uma das classes economicamente definidas como fundamentais em aliança com outras forças sociais, mas nunca atingido senão parcial e temporariamente, com um ‘equilíbrio instável’” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 122), sendo instável, por vezes será então contraditória e inconstante, marcada por articulações e rearticulações discursivas. A hegemonia aqui é obtida por alianças e integrações entre classes e blocos, por consensos, que estabelecem relações sociais desiguais e assimétricas de dominação e subordinação e tomam formas econômicas, políticas e ideológicas.

A análise tridimensional (Texto, Prática discursiva e Prática social) proposta por Fairclough (2001) acaba sendo reformulada e simplificada para um modelo bidimensional, pelo próprio autor em sua obra *Analysing Discourse. Textual Analysis for Social Research* (FAIRCLOUGH, 2003), fundem-se aqui as dimensões de texto, e prática discursiva estabelecendo-se como a segunda dimensão, denominada agora *análise textual*. Esta nova

dimensão está subdividida em três níveis de abstração: *eventos sociais (texto)*; *práticas sociais (ordens de discurso)*; *estruturas sociais (linguagem)* (VIEIRA; MACEDO, 2018, p. 66).

Ao buscarmos trabalhar com a ADC um traço que se destaca é a tomada de posição crítica frente ao *status quo* e as desigualdades sociais. A percepção central aqui é a de que mesmo não sendo o discurso poder, é ele o meio pelo qual este se operacionaliza, conforme Jr., Sato e Melo (2018, p. 11), é o discurso que sustenta o poder do Estado, derivado das leis, do poder de polícia e do aparato bélico, isso, pois é o discurso que permite posicionar pessoas em papéis específicos, estabelecendo e perpetuando assim o arranjo social.

Apesar de todo o potencial crítico da ADC e dos diversos estudos desenvolvidos no Brasil e na América Latina de modo em geral, como identificam Vieira e Macedo (2018, p. 53), ainda encontramos em Resende (2019, p. 19) a necessidade de uma crítica decolonial e apropriação local sobre o método, fortemente marcado pelo eurocentrismo universalista, pela colonialidade do saber, do poder e do ser, como explica a autora (RESENDE, 2019, p. 23) trata-se de se reconhecer que todo saber é localizado, produzido em determinado local e com validade situada, que a universalidade é antes uma instituição de conservação e manutenção social, definidora do conhecimento válido e que nos leva a preterir o saber localmente produzido, em busca de um *ponto zero* do saber, sempre europeu.

Conforme considera Resende (2019, p. 42) então reivindicar uma decolonização dos estudos críticos do discurso envolve a recusa de universalidades no campo dos discursos, a recusa ainda do papel subalterno e do privilégio acadêmico no campo dos estilos, reconhecendo as alteridades, sendo por fim necessário falar outras línguas no campo dos gêneros textuais, livrando-se dos jargões clássicos sempre que possível, criando uma linguagem analítica clara e empreendendo autorias coletivas locais.

A ADC enquanto método, ou seja, uma das ferramentas que podem promover o exame detalhado de dados coletados ao longo de uma pesquisa, caminhando neste sentido com Braun (2019, p. 404), pode ser uma forma de análise utilizada para dados auditivos, textuais ou visuais por metodologia qualitativa, contando com a utilização de métodos mistos quantitativos de análise, ainda que na visão de Fairclough a ADC seja mais que um método, estando mais para uma *perspectiva teórica sobre a língua e, de uma maneira mais geral, sobre a semiose* (FAIRCLOUGH, 2005, p. 307).

Na prática, analisar um discurso não é simples, torna-se algo complexo já na escolha acerca de qual estilo, orientação teórica, seguir frente a multiplicidade e variedade de

caminhos teóricos possíveis para a análise, “seria muito agradável se fosse possível oferecer uma receita, ao estilo de manuais de cozinha, que os leitores pudessem acompanhar, metodicamente; mas isso é impossível” (GILL, 2008, p. 250).

Focamos o debate aqui na aplicação da análise de discurso crítica e sua estrutura dialético-relacional, onde as práticas observadas se relacionam de modo circular, criando e sendo criadas por seus elementos simultaneamente, pois, como apontam Bessa e Sato (2018, p. 129) é a sociedade produtora da realidade, assim, analisá-la é compreendê-la em suas articulações e hegemonias, iniciando e terminando a análise no social. O esquema que permite a construção de uma ADC é apresentado da seguinte forma:

1. Dar ênfase em um problema social que tenha um aspecto semiótico.
2. Identificar obstáculos para que esse problema seja resolvido, pela análise:
 - a. Da rede de práticas no qual está inserido;
 - b. Das relações de semiose com outros elementos dentro das práticas particulares em questão;
 - c. Do discurso (a semiose em si):
 - i. Estrutura analítica: a ordem de discurso;
 - ii. Análise interacional;
 - iii. Análise interdiscursiva;
 - iv. Análise linguística e semiótica;
3. Considerar se a ordem social (a rede de práticas) em algum sentido é um problema ou não;
4. Identificar maneiras possíveis para superar os obstáculos;
5. Refletir criticamente sobre a análise (1-4) (FAIRCLOUGH, 2005, p. 311/312).

Quem nos auxilia a compreender este esquema são Bessa e Sato (2018, p. 130-131). Eles nos apontam que o passo 1 do esquema acima se refere à identificação do problema a ser pesquisado, correspondendo aos efeitos da ordem econômica sobre a vida dos sujeitos, seus problemas e a busca por soluções para aqueles que sofrem por conta dos desnivelamentos de poder.

O passo 2 seria a identificação das redes e práticas que sustentam e mantêm esses problemas, aqui se busca “visualizar os motivos pelos quais os problemas não foram superados. Quais forças se relacionam e de que modo o problema é ‘necessário’ para a manutenção hegemônica” (BESSA; SATO, 2018, p. 130), seguindo com o exemplo acima, buscaríamos aqui coletar materiais junto ao campo adequados à compreensão do problema proposto por meios diversos, como entrevistas/grupos focais, revisão de bibliografia e documentos, por exemplo, reunindo assim os discursos a serem analisados e seus elementos.

O passo 3 nos exige um olhar crítico sobre a realidade e o discurso, pois nos exige que voltemos “nosso olhar para o social, buscando interpretar se esse problema identificado

encontra suas raízes na ordem social” (BESSA; SATO, 2018, p. 130). Aqui encontraremos espaço para refletir questões de formação ideológica e hegemonia de certos discursos, que sustentam certas posições de poder e excluem certos grupos. Os passos 4 e 5 podem ser aproximados, pois focam nas considerações finais da análise, neste sentido busca-se aqui partir do “problema para as possíveis soluções por meio da mudança social” (BESSA; SATO, 2018, p. 131) revelando-se especialmente espaços de resistência, vulnerabilidades estruturais que podem gerar ou contribuir para a mudança rumo a solução do problema identificado.

2. “LIBERDADE” NOS DISCURSOS DE POSSE DE BOLSONARO

Nesta última etapa busca-se, através do método exposto, analisar os 3 discursos de posse de Jair Bolsonaro em 2019. Assim, como primeiro passo, indico que buscarei compreender qual o sentido atribuído à “liberdade” nos textos analisados. A centralidade dessa compreensão considera que é possível rastrear a origem dos argumentos que direcionam o país durante seu mandato. Assim, por meio do que ele definiu como “liberdade”, diversas políticas públicas foram adotadas em sua gestão e podem ser objeto de reflexões mais profundas em trabalhos futuros.

Com a soma das duas dimensões iniciais da ADC já expostas anteriormente, ou seja, a de texto e discurso como prática discursiva, refletimos o lugar do material a ser analisado, sua produção, divulgação e principais elementos: O Discurso 1 (BOLSONARO, 2019a), como poderá ser referenciado simplesmente ao longo da análise, é o realizado por Jair Bolsonaro ao tomar posse como 38.º presidente do Brasil na terça-feira (01/01/2019) às 15h, no Congresso Nacional em Brasília. Nesta ocasião, ele dirigiu-se primeiramente aos Congressistas, bem como aos Chefes de Estado e Governo presentes. Os ouvintes destacados foram o vice-presidente eleito Hamilton Mourão, seguido do presidente da Câmara dos deputados, os Ex-presidentes presentes, o presidente do Supremo Tribunal Federal, os Ministros de Estado, os Comandantes das Forças Armadas, a Procuradora-Geral da República, os Governadores, Senadores, Deputados Federais, Chefes de Missões Estrangeiras acreditados junto ao governo brasileiro, além da esposa, filhos e familiares presentes. Observamos que como ouvintes em geral estavam os(as) brasileiros(as) capazes de assistir de algum modo (a)síncrono à fala.

O Discurso 2 (BOLSONARO, 2019b) foi feito pelo presidente logo após a posse presidencial no Congresso, já em frente ao Palácio do Planalto, com a faixa presidencial e dirigindo-se diretamente aos *amigos e amigas de todo o Brasil*. Adota um tom de menor

formalidade e referencia explicitamente aos seus apoiadores presentes, estendendo-se também ao público e às mídias presentes no ato.

O Discurso 3 (BOLSONARO, 2019c) foi realizado durante a abertura da sessão plenária do Fórum Econômico Mundial, em 22/01/2019, na cidade de Davos na Suíça. Nele, Bolsonaro fez seu primeiro discurso internacional como presidente do Brasil, dirigindo-se aos representantes dos países presentes no fórum e à comunidade internacional de modo geral, estando apenas indiretamente dirigindo-se aos congressistas e à população brasileira.

A partir desse ‘corpus’, buscou-se elaborar uma análise das práticas textuais e discursivas que envolvem a retórica de Bolsonaro em torno da *liberdade*. O primeiro passo tomado foi a leitura e compreensão da dimensão textual dos discursos, bem como a percepção do lugar ocupado pela palavra *liberdade* em cada um deles.

Realizou-se então uma contagem de palavras consideradas relevantes, onde se observou que nos três discursos a palavra “liberdade” foi dita diretamente somente três vezes: uma quando Bolsonaro disse querer um *mundo de paz, liberdade e democracia* (BOLSONARO, 2019c); outra quando chamou seus opositores políticos de *inimigos da pátria, da ordem e da liberdade* (BOLSONARO, 2019a) e, por fim, quando afirmou que governaria para aqueles que *sonham com a liberdade de ir e vir sem serem vitimados pelo crime* (BOLSONARO, 2019a).

A observação dessa referência direta à palavra “liberdade” nos discursos permitiu organizar três chaves de análise, onde a *liberdade* é relacionada primeiramente com *democracia*, associação reforçada quando Bolsonaro se refere no Discurso1 à tentativa de homicídio que sofreu e teria levado milhões de brasileiros às ruas em apoio à sua eleição, e se repete em outros momentos, como quando ele usa a palavra derivada de liberdade, *livre*, para apontar um suposto desejo de libertação do povo brasileiro do que por ele é denominada *ideologia política*, mobilizada na expressão *livre de amarras ideológicas* (BOLSONARO, 2019a) e na formulação de que ele queria observar a *pátria livre do jugo da corrupção, da criminalidade, da irresponsabilidade econômica e da submissão ideológica* (BOLSONARO, 2019a).

A segunda associação que emergiu foi entre *liberdade* e *segurança pública*, ponto que ficou claro com a afirmação junto à comunidade internacional de *vamos investir pesado na segurança para que vocês nos visitem com suas famílias* (BOLSONARO, 2019c). A ligação reverberou ainda em outros momentos, quando o espectro ideológico-político de sua oposição política foi relacionado à ideia de *corrupção* para legitimar a evocação do fim de

seus *inimigos*, como se observa, no Discurso 2, quando o presidente recém-eleito afirma não serão aceites *ingerências político-partidárias* que, no passado, apenas teriam gerado *ineficiência do Estado e corrupção*.

Por fim, a última associação observada é entre *liberdade econômica e valores tradicionais*. Esta dimensão econômica da liberdade é repetida nos três discursos a partir de expressões associadas ao *livre mercado*, várias vezes relacionadas aos *valores religiosos e familiares judaico-cristãos*. Um exemplo é quando Bolsonaro promete *a libertação da inversão de valores, do gigantismo estatal e do politicamente correto* (BOLSONARO, 2019a), bem como quando é dito que *vamos resgatar nossos valores e abrir nossa economia* (BOLSONARO, 2019c).

Diante das associações feitas nos três discursos foi contado o total de ocorrência de palavras que se associavam às chaves de análise *liberdade e democracia*; *liberdade e segurança pública*; e *liberdade econômica e valores tradicionais*. Assim, listaram-se as palavras que foram contadas e como foi possível agrupá-las para constituir uma palavra-síntese que possibilitou a análise textual de sua mobilização e frequência nos discursos:

Tabela 1: Relação entre palavras e expressões recorrentes e palavra-síntese que originou

Palavra-síntese	Palavras e expressões contadas nos discursos
Crime	Crime; criminalidade; crime organizado; bandidos;
Corrupção	Corrupção; crise;
Democracia	Constituição; democracia; democraticamente; democráticas; democrático; voz;
Deus	Deus; religiões;
Economia	Economia; econômica(o);
Eficiência	Eficiência; eficiente; mérito; meritocracia;
Família	Família(s); familiares;
Ideologia	Amarras ideológicas; ideologia de gênero; ideologia que defende bandidos e criminaliza policiais; ideologias nefastas; ideologias que destroem; ideologização de nossas crianças; militância política; submissão ideológica; viés ideológico;
Inimigo	Gigantismo estatal; ingerências político-partidárias; inimigos da pátria, da ordem e da liberdade; partidários; partidarizados; politicamente correto; socialismo;
Liberdade	Liberdade; libertando-a; libertar; livre;
Meio Ambiente	Amazônia; belezas naturais; biodiversidade; florestas; minerais; pantanal; paraíso; praias; preservação;

Mercado	Desenvolvimento; mercado(s); privatizando; progresso;
Povo	Amigas(os); brasileiro(s); cidadão de bem; cidadão; nação; pessoas de bem; povo; você(s);
Restaurar	Reconstruir; recuperação; reerguer; reforma(r); renovar; resgatando; resgatar; restabeleça; restaurar;
Segurança	Defesa; segurança; vitimados pelo crime; meios para se defender; legítima defesa; forças de segurança; verdadeiros direitos humanos; policiais;
Transformar	Construção; construindo; construir; mudança; mudar; transforma; transformações; transformando; transformar; transformarão; transformou-se;

Fonte: Elaboração própria a partir da contagem e organização das palavras nos três discursos, 2023.

Como se observa pela disposição acima, as palavras listadas foram resumidas e aglutinadas em uma palavra-síntese representada na coluna da esquerda da tabela 1. A partir dessas palavras-sínteses, foi possível acompanhar a relação presente entre as três chaves de análise presentes no discurso de Bolsonaro e indicar a proporção em que estas aparecem em cada discurso, o que foi esquematizado na tabela a seguir:

Tabela 2: Contagem das palavras-síntese e ligação com as chaves de análise

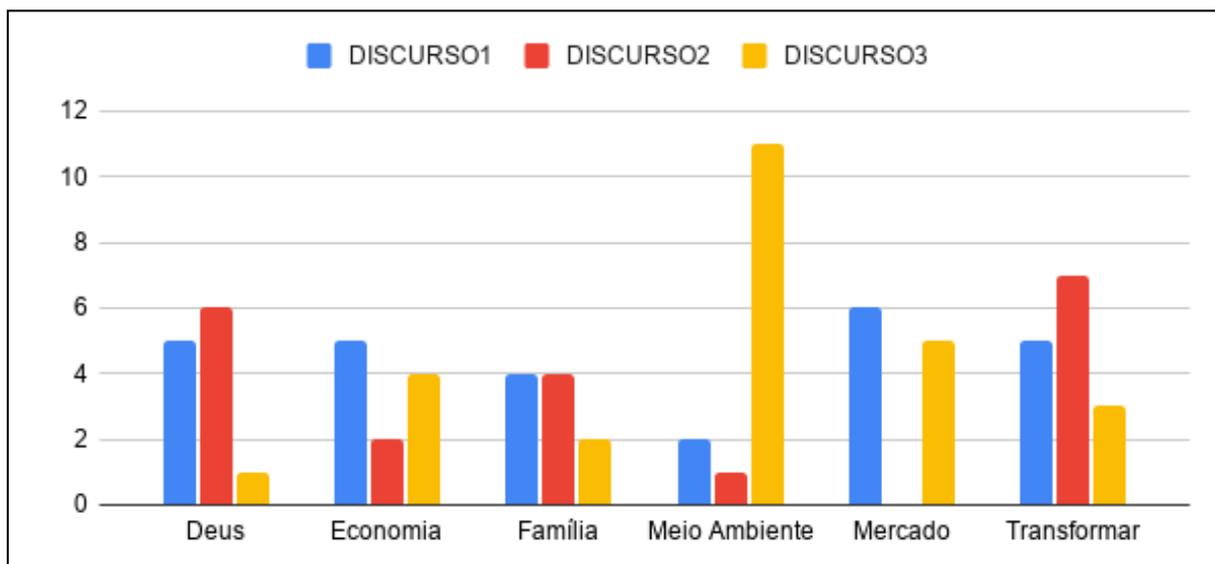
CHAVE DE ANÁLISE (C.A)	PALAVRA SÍNTESE	DISCURSO1	DISCURSO2	DISCURSO3	TOTAL	TOTAIS POR C.A
LIBERDADE E DEMOCRACIA	Democracia	7	5	1	13	63
	Eficiência	3	2	0	5	
	Ideologia	5	5	1	11	
	Inimigo	1	5	1	7	
	Povo	10	17	0	27	
LIBERDADE E SEGURANÇA PÚBLICA	Corrupção	2	2	3	7	51
	Crime	2	3	0	5	
	Liberdade	6	1	1	8	
	Restaurar	5	3	3	11	
	Segurança	8	7	5	20	
LIBERDADE ECONÔMICA E VALORES TRADICIONAIS	Deus	5	6	1	12	73
	Economia	5	2	4	11	
	Família	4	4	2	10	
	Meio Ambiente	2	1	11	14	
	Mercado	6	0	5	11	
	Transformar	5	7	3	15	

Fonte: Elaboração própria a partir da contagem das palavras dos discursos e organização em três categorias, 2023.

A estrutura da tabela 2 nos permitiu observar como o tema da liberdade econômica associada aos valores tradicionais foi o de maior relevância nos discursos, tendo sido mobilizado 73 vezes nas contagens de palavras que orbitam ao seu redor. É marcada e visualmente destacada aqui as associações criadas pelos três discursos de Bolsonaro analisados a uma retórica de liberdade neoliberal e conservadora, atribuída a um pensamento político de direita e conservador. Isso se firma na defesa da liberdade econômica e de mercado, na defesa de um estado securitário, e de uma democracia liberal, marcada pelo voto e pela caça ao opositor como inimigo político.

Buscando compreender e refletir separadamente cada uma das três chaves de análise apresentadas, começamos com a relação entre *liberdade econômica* e *valores tradicionais*, onde o conteúdo que teve maior destaque originou-se dos Discursos 1 e 2. Podemos observar essa distribuição no Gráfico 1, abaixo:

Gráfico 1: Liberdade econômica e valores tradicionais



Fonte: Elaboração própria, 2023.

O que visualizamos aqui é a intensidade com que cada ponta dessa díade formada pelas ideias de liberdade econômica e valores tradicionais foi trabalhada em cada discurso de Bolsonaro. Podemos apontar uma relação entre o público direto de cada discurso e os termos mais utilizados, isso pois questões associadas a palavras ligadas à liberdade econômica, respectivamente *economia* e *mercado*, estiveram mais presentes no Discurso 1, dirigido ao Congresso e no Discurso 3, voltado à comunidade internacional. Os enunciados que englobaram tais palavras foram feitos como promessas, em frases como *na economia*

traremos a marca da confiança, do interesse nacional, do livre mercado e da eficiência (BOLSONARO, 2019a), ou trabalharemos pela estabilidade macroeconômica, respeitando os contratos, privatizando e equilibrando as contas públicas (BOLSONARO, 2019c).

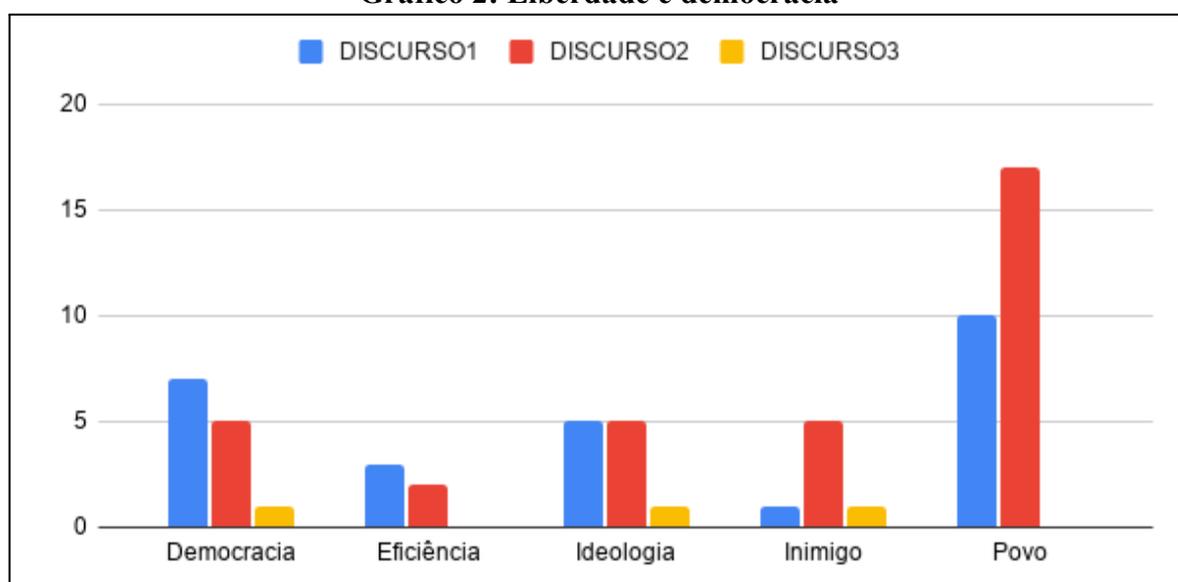
Nos discursos 1 e 2, apenas um setor da economia foi explicitamente citado, o da agropecuária, e a ele vieram acopladas menções ao meio ambiente, em especial no discurso internacional, como também demonstra o Gráfico 1. Ressaltando este ponto destaca-se a fala de Bolsonaro: *nesse processo de recuperação do crescimento, o setor agropecuário seguirá desempenhando um papel decisivo, em perfeita harmonia com a preservação do meio ambiente (BOLSONARO, 2019a)*, que já indica a ligação direta com o agronegócio, retomada de modo didático para a audiência internacional quando ele afirma: *Somos o país que mais preserva o meio ambiente. Nenhum outro país do mundo tem tantas florestas como nós. A agricultura se faz presente em apenas 9% do nosso território e cresce graças a sua tecnologia e à competência do produtor rural (BOLSONARO, 2019c).*

Outra reflexão aqui é a menor presença desta chave analítica no Discurso 2, voltado aos apoiadores do presidente em frente ao Planalto. Aqui o destaque se dá à palavra *Deus*, como pode ser observado no Gráfico 1, ela é mobilizada para pedir *sabedoria*; para rastrear de onde viriam as potencialidades econômicas brasileiras como no trecho *temos recursos minerais abundantes, terras férteis abençoadas por Deus e um povo maravilhoso (BOLSONARO, 2019b)*. É nesse discurso também que o conservadorismo relativo à noção de família é destacado, ainda que esteja presente quase em iguais proporções em todos os três discursos. O conservadorismo é destacado visto que Bolsonaro mobiliza a *família* ao reivindicar a necessidade de se garantir *bons empregos para se sustentar com dignidade suas famílias (BOLSONARO, 2019a)* e de se *enfrentar os efeitos da crise econômica e da desconstrução da família (BOLSONARO, 2019b)*.

A palavra-síntese *transformar* também teve muito espaço nos pronunciamentos presidenciais e é importante para nossa análise dado que esteve presente de forma equilibrada nos três discursos. As palavras presentes em *transformar* unificaram a associação entre valores tradicionais e liberdade econômica, assim ele fala acerca da transformação *do cenário econômico que vai abrir novas oportunidades (BOLSONARO, 2019a)* e também de como essas transformações seriam feitas a partir de *um ministério técnico (BOLSONARO, 2019b)*, formado aqui não por políticos, mas por pessoas com domínio e conhecimento das pastas ministeriais, permitindo-lhe assim reivindicar um *novo Brasil (BOLSONARO, 2019c)*.

Avançamos agora para uma compreensão acerca das palavras e ideias ligadas à *liberdade e democracia* nos três discursos. Como pode ser observado no Gráfico 2, abaixo, há uma predominância nesta chave do uso da palavra-síntese “povo” nos discursos 1 e 2, palavra essa ausente no Discurso 3. Sua mobilização está diretamente ligada à reivindicação da legitimidade eleitoral do seu mandato, com a qual viria a legitimidade para tocar as suas reformas. Dessa forma, ele fala do *mandato a mim confiado pela vontade soberana do povo brasileiro* (BOLSONARO, 2019a) e em colocar em prática o projeto que a maioria do povo brasileiro democraticamente escolheu (BOLSONARO, 2019b) relacionando diretamente a democracia ao exercício do voto e à representação política.

Gráfico 2: Liberdade e democracia



Fonte: Elaboração própria, 2023.

A *democracia* defendida aqui explicitamente por Bolsonaro é necessariamente ligada a essa legitimidade eleitoral ou, no máximo, às mobilizações populares em seu apoio antes do pleito presidencial, para ele *nada aconteceria sem o esforço e o engajamento de cada um dos brasileiros que tomaram as ruas para preservar nossa liberdade e democracia* (BOLSONARO, 2019a). Ao observar os discursos completos, nota-se que essa legitimidade democrática é reivindicada de modo a marcar uma separação entre *aqueles para quem Bolsonaro pretende governar*, seus apoiadores, e *os demais*, os outros, tidos como opositores.

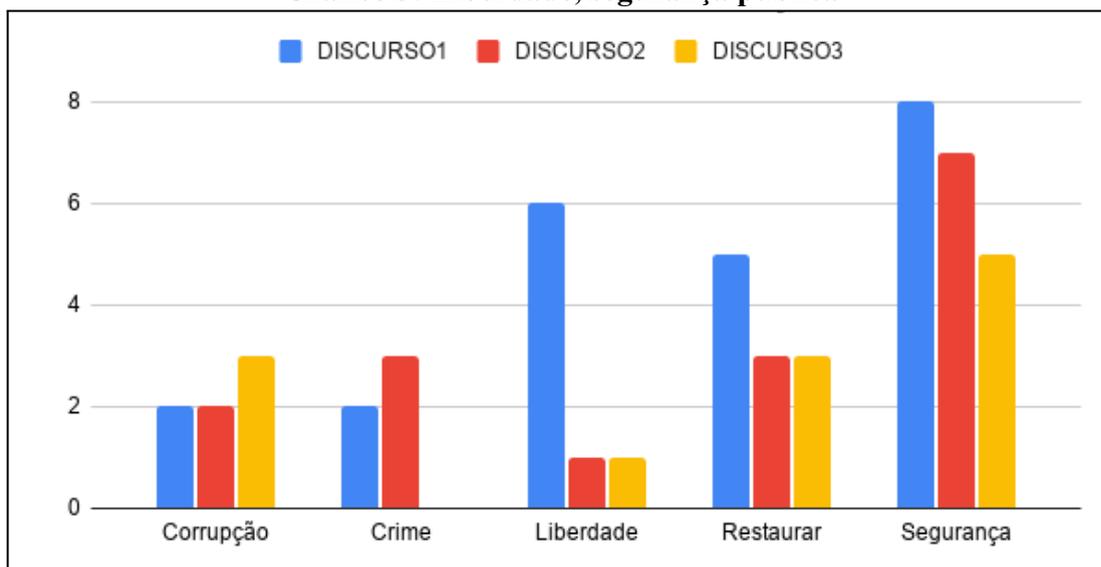
Essa separação é explícita especialmente no Discurso 2, destinado exatamente a seus apoiadores e onde a *retórica do inimigo* é ainda mais marcada. Segundo Bolsonaro a posse é o *dia em que o povo começou a se libertar do socialismo, das ideologias nefastas, e dos*

interesses partidários (BOLSONARO, 2019b). Quando este refere-se *ideologia* é somente como outra forma análoga de se referir ao *inimigo*, já que o país deverá, por conta de sua posse, ficar *livre das amarras ideológicas* (BOLSONARO, 2019a), tratando assim como ideológicos somente os posicionamentos compreendidos por ele como de esquerda, sendo a eficiência estatal conformada pelas decisões e ações pautadas pela *técnica*, já que a ideologia seria a responsável por um *Estado ineficiente* (Discursos 1 e 3). Percebemos, assim, como esta noção de ideologia se distancia da proposta por Fairclough (2001), já apresentada, para quem o discurso sempre terá contido um carácter ideológico. Assim, a definição de que um lado da disputa política seria ideológico frente a um lado neutro e representante dos interesses universais se alia à construção de um campo naturalizado do discurso e ocultação de seu aspecto ideológico.

Por fim, na chave da *liberdade e segurança pública*, resumida no Gráfico 3 abaixo, nota-se que o Discurso 1, realizado no congresso, possui algo de propositivo em suas colocações. Ali, ao referir-se os policiais, Bolsonaro diz ser necessário *dar o respaldo jurídico aos policiais para realizarem seu trabalho* (BOLSONARO, 2019a), em alusão à expansão do excludente de ilicitude de ações policiais resultando em mortes de civis, proposta que precisaria pelo aval do Congresso sendo encampada por Bolsonaro nos meses seguintes à posse.

Bolsonaro ainda convoca apoio dos parlamentares para outra pauta, a de ampliação da posse de armas, compreendida como viabilizadora de maior segurança por meio do direito ao porte de armas. Ele afirma: *o cidadão de bem merece dispor de meios para se defender, respeitando o referendo de 2005, quando optou, nas urnas, pelo direito à legítima defesa* (BOLSONARO, 2019a). A retórica utilizada por ele é a de um pedido de apoio, com o uso de expressões como *contamos com o apoio do Congresso Nacional e convoco cada um dos Congressistas para me ajudarem na missão de restaurar e de reerguer nossa Pátria* (BOLSONARO, 2019a). O que nos leva assim a formulação do gráfico a seguir:

Gráfico 3: Liberdade, segurança pública



Fonte: Elaboração própria, representa a distribuição das palavras em cada discurso analisado, 2023.

Observamos aqui que no Discurso 2, voltado a seus apoiadores no planalto, a ênfase se dá na separação dos brasileiros entre os que merecem ser protegidos e aqueles para os quais não deve haver qualquer garantia constitucional - ou, nas palavras do presidente, dos *cidadãos de bem* e dos *bandidos*. Ele marca essa distinção ao afirmar que é urgente *acabar com a ideologia que defende bandidos e criminaliza policiais e nossa preocupação será com a segurança das pessoas de bem* (BOLSONARO, 2019b).

É interessante perceber aqui a menor manipulação desta chave no Discurso 3, direcionado à comunidade internacional, sendo as poucas referências constantes nessa chave analítica feitas em tom de promessa, indicando que o país será um local *seguro* para os turistas internacionais. É comum aos três discursos e destacado nessa chave a defesa de um posicionamento radicalizado de direita, onde *direitos* não são para todos e certamente não são para aqueles que não sejam enquadrados como *cidadãos de bem*, o que destaca-se ainda com sua promessa na defesa dos *verdadeiros direitos humanos* (BOLSONARO, 2019c).

Por fim, apontamos que a defesa democrática de Bolsonaro está associada à sua vitória no pleito eleitoral, mais presente no Discurso 1, com tom de reivindicação de apoio ao Congresso Nacional e com intuito de assegurar sua governabilidade, discurso marcado também pela defesa à Constituição e autonomia dos três Poderes, amenizando assim seu tom radical onde somente existem seus apoiadores e inimigos políticos. Aponta-se ainda que neste discurso seu tom muitas vezes foi propositivo, reivindicando a união de forças políticas em direção a projetos de liberação de armas e mercado. Bolsonaro mobiliza desse modo o medo

da criminalidade para justificar uma ordem pública que pode ser, em alguma medida, associada à coerção violenta. Os resultados apontados na análise dos discursos de posse de Bolsonaro permitem uma associação à construção de uma necropolítica, termo que remete às

[...] várias maneiras pelas quais, em nosso mundo contemporâneo, armas de fogo são implantadas no interesse da destruição máxima de pessoas e da criação de “mundos de morte”, formas novas e únicas da existência social, nas quais vastas populações são submetidas a condições de vida que lhes conferem o status de “mortos-vivos” (Mbembe, 2016, p. 151).

Sua versão de liberdade individual, tão amplamente abordada discursivamente, ao ser vinculada com a defesa de valores tradicionais, economia neoliberal, uma retórica securitária e uma aliança a termos como *transformar* a sociedade, palavra central ao discurso bolsonarista, permite apontar discursivamente o reforço naquele momento da guinada à direita da política Brasileira após anos de governo da centro-esquerda.

Para além disso, é possível apontar que o fortalecimento de uma necropolítica separatista no Estado Brasileiro dificulta a realização democrática pois legitima a exclusão de indivíduos pertencentes a grupos assinados como minoritários discursivamente, como os que não serão merecedores dos direitos de cidadania ou mesmo os direitos humanos mais básicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O problema inicial levantado aqui, então, acerca de qual seria o sentido atribuído à liberdade no discurso de Jair Bolsonaro nos leva a perceber que, em seu discurso, o ex-presidente desenhou a liberdade como um valor a ser alcançado pelos cidadãos de bem quando o mercado e sua lógica de competição regular todas as relações humanas. Nessa retórica a democracia é assegurada pelo exercício do voto majoritário, promove-se o livre mercado, o incremento da segurança pública e a conservação da família tradicional como meio de assegurar o exercício da liberdade.

As questões envolvendo acusações de ideologia de esquerda e inimigos a serem combatidos estão mais acentuadas nos discursos 1 e 2, em especial no segundo, apontando uma busca de Bolsonaro por reforçar sua aliança com apoiadores, estabelecendo ligações entre valores religiosos e segurança pública. O discurso 2 é marcado por acusações a alguns indivíduos ou grupos e não possui proposições de governo como pauta. Já o discurso 3 tem diminuído seu tom de acusação e marcado a busca por inserir o país em uma narrativa econômica compatível com o capital internacional, reforçando o papel de país exportador e

potência no agronegócio, buscando estabelecer proximidade com demandas ambientais sempre em tom de exploração das riquezas de modo a produção de riquezas, marcando-se ainda a nação como cristã.

Percebe-se assim como o discurso bolsonarista está marcado por um ideal de sociedade onde o mercado molda as relações sociais e a democracia política é substituída por uma espécie de tecnocracia, ideal na essência do liberalismo clássico e acentuado nos ideais neoliberais em aliança com poderes conservadores autoritários.

BIBLIOGRAFIA

BAUER, Martin W. Análise de Conteúdo Clássica: uma revisão. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. *Pesquisa qualitativa com texto: imagem e som: um manual prático*. Rio de Janeiro: Vozes, 2008. p. 189-217.

BESSA, Déssio; SATO, Borges. Categorias de análise. In: JR, J. R. L. B. *Análise de discurso crítica para linguistas e não linguistas*. São Paulo: Parábola, 2018. Cap. 6, p. 124-157.

BOLSONARO, Jair. Leia a íntegra do discurso de Bolsonaro na cerimônia de posse no Congresso. *Folha de São Paulo*, 2019a. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/01/leia-a-integra-do-discurso-de-bolsonaro-na-cerimonia-de-posse-no-congresso.shtml>>. Acesso em: setembro 2021.

BOLSONARO, Jair. Leia a íntegra do discurso de Bolsonaro ao público no Palácio do Planalto. *GZH Política*, 2019b. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/noticia/2019/01/leia-a-integra-do-discurso-de-bolsonaro-ao-publico-no-palacio-do-planalto-cjqe8uztr0oth01rxlh712gji.html>>. Acesso em: setembro 2021.

BOLSONARO, Jair. Veja a íntegra do discurso de Bolsonaro em Davos. *Gl.Globo*, 2019c. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/01/22/veja-a-integra-do-discurso-de-bolsonaro-em-davos.ghtml>>. Acesso em: setembro 2021.

BRAUN, Virginia. *Coleta de dados qualitativos: um guia prático para técnicas textuais, midiáticas e virtuais*. Rio de Janeiro: Vozes, 2019.

FAIRCLOUGH, Norman. *Language and power*. England: Addison Wesley Longman Limited, 1989.

FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

FAIRCLOUGH, Norman. *Analysing Discours. Textual Analysis for Social Research*. Londres-Nova York: Routledge, 2003.

FAIRCLOUGH, Norman. Análise crítica do discurso como método em pesquisa social científica - Versão para o português: Iran Ferreira de Melo. *Revistas.usp*, São Paulo, 2005. Disponível em:

<<https://www.revistas.usp.br/linhadagua/article/download/47728/51460/57826>>. Acesso em: setembro 2021.

GILL, Rosalind. Análise de discurso. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. *Pesquisa qualitativa com texto: imagem e som: um manual prático*. Rio de Janeiro: Vozes, 2008. p. 244-270.

JR, Junior. *Análise de discurso crítica para linguistas e não linguistas*. São Paulo: Parábola, 2018.

JR, Júnior; SATO, D. T. B.; MELO, I. F. Introdução. In: BATISTA JR, J. R. L. *Análise de discurso crítica para linguistas e não linguistas*. São Paulo: Parábola, 2018. p. 7-19.

MARTINS, Magalhães; Célia Maria. Reflexões sobre a Análise Crítica do Discurso. **SciELO**, Belo Horizonte, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-44502005000200007>.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. *Revista Arte & Ensaios*, Rio de Janeiro, n. 32, dezembro, 2016.

MEYER, Michel. Between, Theory, Method and Politics: Positioning of the approaches to CDA. In: WODAK, R.; MEYER, M. *Methods of Critical Discourse Analysis*. London: Sage, 2001. p. 14-32.

MYERS, David. Análise da conversação e da fala. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. *Pesquisa qualitativa com texto: imagem e som: um manual prático*. Rio de Janeiro: Vozes, 2008. p. 271-292.

RESENDE, Viviane. Perspectivas Latino-Americanas para Decolonizar os Estudos Críticos do Discurso. In: RESENDE, V. D. M. *Decolonizar os Estudos Críticos do Discurso*. Campinas: Pontes Editores, 2019. p. 19-46.

SOUZA, Sérgio. *Análise de discurso: procedimentos metodológicos*. Manaus: Instituto Census, 2014.

VIEIRA, J. A.; MACEDO, D. S. Conceitos-chave em análise de discurso crítica. In: JR, J. R. L. B. *Análise de discurso crítica para linguistas e não linguistas*. São Paulo: Parábola, 2018. p. 48-77.

WODAK, Ruth; MEYER, Michel. *Métodos de análisis crítico del discurso*. Barcelona: Gedisa, 2003.

CUBA RECEBE OBAMA EM 2016: OS DESAFIOS DA REAPROXIMAÇÃO

Domingos Alves de Almeida¹

Li Chang Shuen²

DOI: 10.29327/2282886.7.1-3

Resumo: Analisamos a cobertura da teleSUR sobre a reaproximação diplomática entre Estados Unidos e Cuba, a partir da visita de Barack Obama a Cuba em 20 de março de 2016. O corpus é composto por 17 reportagens veiculadas que cobrem desde a preparação da visita até suas repercussões. A análise da cobertura foi feita de acordo com o figurino da Análise de Discurso de orientação francesa. A dinâmica de atuação entre os dois países é revista a partir da teoria dos jogos de dois níveis, de Putnam. Concluímos que a emissora estabeleceu duas estratégias jornalístico-discursivas para tratar a visita de Obama como uma vitória da revolução cubana e um fracasso das medidas restritivas do embargo norte-americano.

Palavras-Chave: Cuba; Estados Unidos; Diplomacia; teleSur.

CUBA RECIBE A OBAMA EN 2016: LOS DESAFÍOS DE LA REAPROXIMACIÓN

Resumen: Analizamos la cobertura de la teleSUR sobre el acercamiento diplomático entre Estados Unidos y Cuba a partir de la visita de Barack Obama a Cuba el 20 de marzo de 2016. El corpus está compuesto por 17 reportajes vehiculados que cubren desde la preparación de la visita hasta sus repercusiones. El análisis de la cobertura se hizo a partir del Análisis de Discurso de orientación francesa. La dinámica de actuación entre los dos países es revisada a partir de la teoría de los juegos de dos niveles, de Putnam. Concluimos que la emisora estableció dos estrategias periodístico-discursivas para tratar la visita de Obama como una victoria de la revolución cubana y un fracaso de las medidas restrictivas del embargo norteamericano.

Palabras-Clave: Cuba; Estados Unidos; Diplomacia; teleSur.

CUBA RECEIVES OBAMA IN 2016: THE CHALLENGES OF REPROXIMATION

Abstract: We analyze the coverage of teleSUR on the diplomatic rapprochement between the United States and Cuba, from the visit of Barack Obama to Cuba on March 20, 2016. The corpus is composed of 17 reports that cover the preparation of the visit to its repercussions. Coverage analysis was done according to the French Discourse Analysis. The dynamics of action between the two countries is reviewed from Putnam's theory of two-level games. We conclude that the broadcaster established two journalistic-discursive strategies to treat Obama's visit as a victory for the Cuban revolution and a failure of the US embargo.

Keywords: Cuba; United States; Diplomacy; teleSur.

¹ Doutor em Mídia e Cotidiano (UFF); Pós-Doutorando em Comunicação (PPGCOM-UFMA). Lattes iD: <http://lattes.cnpq.br/1919610825042640> Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0002-1857-8201>

² Professora da Universidade Federal do Maranhão; Doutora em Estudos Comparados Sobre As Américas (UNB). Lattes iD: <http://lattes.cnpq.br/8991104116100858> Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0001-9192-6471>

Introdução

No dia 20 de março de 2016, o então Presidente dos Estados Unidos Barack Obama desembarcou em território cubano. É o primeiro chefe de Estado norte-americano a visitar o país em 88 anos. Antes dele, Calvin Coolidge foi a Havana em 1928 participar da Conferência Pan-Americana daquele ano. Desde então, houve a Revolução Cubana de 1959, o alinhamento de Cuba com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), o embargo econômico, comercial e financeiro iniciado em 1960, a Crise dos Mísseis em 1962 e o rompimento diplomático. Mesmo com o aprofundamento das relações entre os países, com toda a sua dinâmica de integração econômica, social, cultural e política, não conseguiu amenizar as duras políticas restritivas da maior economia do mundo para o único país latino-americano a fazer uma revolução socialista.

A visita de Barack Obama representou um novo momento político para as duas nações. Foi o resultado de um processo político conduzido pelos países da América Latina, que se encontravam politicamente fortes e economicamente sólidos, e que pressionaram a diplomacia norte-americana a negociar com Havana, seja de forma direta ou via organismos internacionais, como a Organização dos Estados Americanos (OEA) e Organização das Nações Unidas (ONU).

Por mais de cinquenta anos, os cubanos enfrentam inúmeras restrições resultantes do embargo imposto pelos Estados Unidos. Os esforços diplomáticos iniciados em 2014 ganharam amplo apoio da comunidade internacional no sentido de eliminar um dos últimos vestígios da Guerra Fria na América Latina. Antes de 2016, foi aprovada por 24 vezes na Assembleia Geral da ONU a resolução apresentada por Cuba pedindo o fim do embargo econômico. Até 2015 houve variações nos votos pró e contra a reivindicação cubana, e o que prevaleceu foi o não dos EUA. O fato novo em 2016 foi a abstenção norte-americana.

Por representar um momento histórico para a América Latina, a viagem de Barack Obama a Cuba teve grande repercussão na mídia regional. Abordando os diferentes aspectos do reatamento dos laços políticos, os meios de comunicação se encarregaram de dar o tom às narrativas que construíram a memória do encontro de Obama com Raúl Castro.

Este trabalho tem como objeto de estudo a cobertura da teleSUR sobre a reaproximação diplomática entre Estados Unidos e Cuba. O corpus de análise é de 17 matérias, produzidas em março de 2016, mês da visita do presidente americano à ilha. O objetivo do texto é analisar e discutir as formações discursivas mobilizadas pelo jornalismo da **Revista Espirales, Foz do Iguaçu, UNILA, ISSN 2594-9721 (eletrônico), v. 7, n. 1, 2023, p. 51-68.**

emissora para contextualizar ao seu telespectador aquele momento ímpar na história recente entre os dois países.

Como base epistêmica, no que concerne às relações internacionais, recorreremos às contribuições de Robert Putnam (2010) à análise de política externa, por meio de suas reflexões presentes na teorização dos Jogos de dois Níveis. Essa teorização possibilita, metodologicamente, uma análise sistemática dos aspectos da política externa, uma vez que leva em consideração em sua abordagem tanto o nível nacional como o internacional de atuação dos Estados, destacando a relevância de outros diversos atores e interesses envolvidos, que exercem influência sobre a tomada de decisões dos Estados, a nível doméstico e externo. A análise do material jornalístico segue o método da Análise de Discurso (AD) de orientação francesa, na perspectiva de Eni Orlandi (2010).

Além desta introdução e das considerações finais, o artigo traz um breve histórico das relações entre Cuba e Estados Unidos, uma discussão sobre a política bilateral dos dois países, uma análise sobre a política externa dos dois atores sob a teoria dos jogos de dois níveis e análise das formações discursivas apresentadas pelo jornalismo da teleSur.

2. Cuba e EUA: do rompimento à reaproximação diplomática

As políticas adotadas por Cuba após a Revolução de 1959, como a reforma agrária e a nacionalização de indústrias, “representavam uma ameaça direta ao poder político continental e mundial dos Estados Unidos, ao modelo hegemônico norte-americano” (Bravo, 2015, p. 9). Com a intensificação dos laços entre cubanos e soviéticos a partir de 1961, houve sucessivas investidas dos Estados Unidos para desestabilizar o governo de Fidel Castro. Isso fica mais evidente após mais de 1500 exilados cubanos treinados pela *Central Intelligence Agency* (CIA) tentarem invadir a Ilha pela Baía dos Porcos. A partir de então, o líder cubano adotou medidas para proteger o país de uma iminente invasão dos EUA. Para isso, iniciou uma forte militarização de Cuba (DOMINGOS, 2013).

As agressões estadunidenses podem ter relação direta com o movimento que desencadeou a "Crise dos Mísseis" em 1962. Domingos (2013) chama atenção para os motivos que levaram à instalação dos mísseis soviéticos em Cuba. Segundo o autor, “o primeiro deles foi a necessidade da defesa de Cuba e de sua revolução socialista” (Domingos, 2013, p. 88) principalmente contra os interesses norte-americanos.

“O segundo motivo foi restabelecer o equilíbrio estratégico do poder” (DOMINGOS, 2013, p. 88) entre as duas potências, uma vez que a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) não poderia ser ameaçada pelos Estados Unidos - que possuíam mísseis instalados na Turquia, Itália e Inglaterra - sem dar uma resposta de igual calibre, ou seja, era necessário “ser tão ameaçador quanto o seu inimigo”.

Como resposta à rebeldia cubana, os Estados Unidos impuseram o embargo econômico, comercial e financeiro contra a Ilha. Entretanto, ao longo dos anos, o governo estadunidense perdeu o apoio internacional que tinha para manter o bloqueio. Washington foi derrotado por 24 vezes consecutivas em votações sobre o embargo a Cuba na Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), desde 1992.

A perda considerável de apoio para manter as medidas restritivas fez o governo norte-americano reavaliar sua política para com o país caribenho. O então Presidente Barack Obama redirecionou o relacionamento de seu país com a Ilha, fato que poderá facilitar o acesso de Cuba a bens tecnológicos. Segundo Lima (2014, p. 2),

Ao mudar a política para Cuba, Obama reconheceu o óbvio. As restrições impostas à ilha são mais prejudiciais à população do que ao regime castrista. Por isso, negócios, investimentos e transações financeiras com Cuba serão facilitados, assim como a obtenção de equipamentos eletrônicos, o que certamente ampliará o acesso à internet no país caribenho, hoje precário.

Outro avanço histórico no sentido de pôr fim ao embargo norte-americano, foi a participação de Cuba na 7ª Cúpula das Américas, realizada no Panamá em abril de 2015. Na ocasião os líderes dos dois países sentaram-se à mesma mesa pela primeira vez, desde a ruptura das relações diplomáticas. Cabe destacar que essa reaproximação contou com o engajamento efetivo do Papa Francisco, que defendeu a abertura desde que assumiu o pontificado.

3. Política bilateral de Cuba e EUA

A América Latina vem passando por importantes transformações no cenário político, econômico e social nos últimos anos e, dessa forma, posicionando-se estrategicamente na geopolítica global. Nas duas últimas décadas, a emergência de políticos progressistas à presidência de diversos países da região fortaleceu e/ou originou algumas iniciativas de integração regional que, de certa forma, acabou por reduzir a supremacia estadunidense sobre

as nações latino-americanas. Esses processos integracionistas desencadearam também, movimentos políticos, para assegurar a inserção e plena participação dos países latinos no sistema internacional.

Um dos casos mais significativos desse movimento é o apoio dispensado a Cuba, país que desde o início dos anos 1960 sofre as consequências do embargo imposto pelos Estados Unidos, principalmente, por conta do seu processo revolucionário e do alinhamento político da Ilha com a URSS. Conforme explica Guadarrama (2015, p. 64), no âmbito comercial, América Latina e Caribe *“se convirtieron, a partir de 2008, en el primer socio comercial de la Isla. En ese año representaron 52,5% del comercio total cubano, y para el 2010 se incrementó a 58,9%”*.

Desde a imposição do embargo, o país caribenho tem sido foco de debates com as mais distintas abordagens, como no âmbito político, diante de organismos internacionais como a ONU e a OEA. Recentemente, com a inserção de Cuba no sistema interamericano de forma plena, o país tem atravessado um processo significativo de mudanças internas, promovendo, por conseguinte, sua participação no mundo global e na economia internacional.

Entre as mudanças internas pelas quais a Ilha Caribenha passou está uma série de reformas feitas com o objetivo de atrair investidores externos. Segundo Honório e Mesquita (2015), essas reformas, inclusive, descaracterizam alguns aspectos do modelo de desenvolvimento do país socialista. Nesse cenário de mudanças, além do apoio dos demais países da América Latina para pôr fim ao embargo econômico norte-americano, Cuba conta com a emergência da China à condição de potência e o interesse desse país pela região, bem como a perda gradativa de hegemonia hemisférica e global dos Estados Unidos.

O poder hegemônico norte-americano vem passando por metamorfoses desde a emergência da China, invasão no Oriente Médio, crises europeias, entre outros fatores. E, por isso, está buscando meios seguros para manter e aumentar a sua rentabilidade e manutenção do poderio, considerando que o país enfrenta, também, um momento de deterioração de seu poder comercial, produtivo e militar (Guadarrama, 2015, p. 82).

Outro ponto a se destacar nessa proposta de reaproximação entre os dois países é a posição estratégica de Cuba que, de acordo com Honório e Mesquita (2015, p. 01), está posicionada em uma região (Caribe) que é *“eixo logísticoestratégico dos fluxos comerciais que envolvem as disputas inter-imperialistas entre China e Estados Unidos”*.

Por sua parte, o papel da China na economia mundial atualmente é indiscutível. E, especificamente, no que diz respeito à relação comercial e econômica desse país com a **Revista Espirales, Foz do Iguaçu, UNILA, ISSN 2594-9721 (eletrônico), v. 7, n. 1, 2023, p. 51-68.**

América Latina nas últimas décadas, os números mostram que tem sido significativa, e que o país asiático está preenchendo o vazio estratégico deixado pelos EUA, especialmente em volume de comércio exterior (GUADARRAMA, 2015).

Com as fortes investidas chinesas na região, os Estados Unidos que, nas últimas duas décadas tinha acumulado perda substancial de influência junto aos governos da América Latina, vêm buscado recuperar sua hegemonia, agora, ameaçada pelo gigante asiático. Um dos fatores que levaram a essa perda de poder, além da certa autonomia regional adquirida, é o fato desses países serem contrários à política segregacionista norte-americana em relação a Cuba. Por isso, nesse momento de realinhamento político e busca para reestabelecer sua supremacia, os EUA abrem o diálogo sobre o embargo econômico, comercial e financeiro, ponto que une os países latinos em prol de Cuba e os coloca contra a política estadunidense (FIORI, 2015).

Os avanços alcançados por Obama, no entanto, sofreram reveses consideráveis com a eleição do presidente ultra-conservador republicano Donald Trump (2017) que encerrou os diálogos com Cuba e adotou novas medidas de fortalecimento do embargo. A política externa estadunidense para o vizinho caribenho sob o comando de Trump aprofundou as problemáticas econômicas cubanas e foi alvo de críticas no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU).

4. Política externa de Cuba e EUA em dois níveis

Existem diferenças acentuadas na dinâmica da Política Externa de Cuba e Estados Unidos. São dois países com sistemas políticos diferentes. Enquanto o país norte-americano é uma potência capitalista, o Estado cubano adota o sistema socialista. Essas características fazem com que ambos os países tenham políticas distintas de inserção internacional.

Mesmo no contexto de globalização política, em que há o aumento da atuação de outros atores internacionais nas relações entre países, em Cuba, onde se mantém “um governo altamente centralizado e marcado pela necessidade de unidade, que se estende às diversas organizações sociais, o Estado foi e pode ser considerado como o ator preponderante na integração do país ao sistema internacional” (SILVA, 2013, p. 94).

Robert Putnam (2010, p. 151) justifica esta perspectiva na qual o Estado, a partir da instância executiva, assume a função protagonista na condução da Política Externa. Para ele, isso acontece porque “os poderes executivos centrais têm um papel especial na mediação das **Revista Espirales, Foz do Iguaçu, UNILA, ISSN 2594-9721 (eletrônico), v. 7, n. 1, 2023, p. 51-68.**

pressões domésticas e internacionais exatamente porque estão diretamente expostos a ambas as esferas”.

Celso Lafer (2000) explica que esse papel protagonista do Estado na Política Externa não exclui a participação de outros atores no processo e é indispensável, porque este articula sua atuação como agente intermediador nas relações internas com a sociedade civil e externas com o mundo.

Apesar da multiplicidade de novos atores na cena internacional e do seu funcionamento em redes que são um dado da governança do espaço mundial, o Estado permanece como uma indispensável instância pública de intermediação. Instância interna de intermediação das instituições do Estado com a sociedade civil e instância externa de intermediação com o mundo, em função das especificidades que caracterizam os países e que explicam as distintas visões sobre as modalidades de sua inserção no sistema internacional (LAFER, 2000, p. 7).

Nesse sentido, entende-se que a inserção internacional dos países leva em consideração os anseios dos atores internos. E esses interesses domésticos são manifestados em âmbito global através da Política Externa que, de acordo com Silva (2013), trata-se de um dos elementos de política internacional, em que o papel do Estado é preponderante. O autor complementa sua definição, afirmando que Política Externa “se refere ao conjunto de atividades políticas, mediante as quais cada Estado promove seus interesses perante os outros Estados, utilizando-se de diversos mecanismos e estratégias para alcançar os fins almejados” (SILVA, 2013, p. 95).

Lisboa (2016) reforça essa perspectiva e enfatiza que os delineamentos políticos das tomadas de decisões estatais voltadas para o âmbito internacional e considera, também, os agentes não governamentais. Além disso, Putnam chama atenção para a dinâmica de atuação dos Estados na Política Internacional, em que articulam sua estrutura para mediar os interesses políticos tanto na instância interna quanto externa, de onde recebe diferentes demandas e que precisa responder, sempre buscando defender seus objetivos. Essa luta política nas negociações internacionais é denominada por Putnam (2010, p. 151) como “Jogos de Dois Níveis”:

No nível nacional, os grupos domésticos perseguem seu interesse pressionando o governo a adotar políticas favoráveis a seus interesses e os políticos buscam o poder constituindo coalizões entre esses grupos. No nível internacional, os governos nacionais buscam maximizar suas próprias habilidades de satisfazer as pressões domésticas, enquanto minimizam as consequências adversas das evoluções externas.

Buscamos as contribuições de Putnam (2010, p. 149) por entender que essas oferecem subsídios consistentes "para entender-se como a diplomacia e a política doméstica interagem" e como os Estados, enquanto formuladores centrais dessas políticas, catalisam e respondem às pressões domésticas e internacionais.

Embora Putnam (2010) posicione a figura do negociador como central em sua teorização dos Jogos de Dois Níveis, para esta análise não colocamos a questão da negociação como o fator mais relevante, mas sim, a ligação entre as duas esferas de negociação (interna e externa) a partir da importância do poder executivo no processo.

O autor ressalta que é necessário enfatizar as lutas políticas para se entender os meandros domésticos da Política Externa e das relações internacionais. Essas lutas não advêm apenas dos funcionários do poder Executivo e dos arranjos institucionais, mas emanam, também dos partidos, das classes sociais, dos grupos de interesse, econômicos e não-econômicos, os legisladores, das eleições e até mesmo da opinião pública.

No nível nacional, os grupos domésticos perseguem seu interesse pressionando o governo a adotar políticas favoráveis a seus interesses e os políticos buscam o poder constituindo coalizões entre esses grupos. No nível internacional, os governos nacionais buscam maximizar suas próprias habilidades de satisfazer as pressões domésticas, enquanto minimizam as consequências adversas das evoluções externas. Nenhum dos dois jogos pode ser ignorado pelos tomadores de decisão, pois seus países permanecem ao mesmo tempo interdependentes e soberanos (PUTNAM, 2010, p. 151).

O trabalho do Estado, ao assumir a função de negociador-chefe e tomador de decisões, é lutar para conciliar e satisfazer as demandas domésticas no âmbito internacional e atender os imperativos externos. Portanto, não possui perspectivas políticas independentes, age simplesmente como um "honesto intermediário", representando os interesses dos grupos internos que, em certa medida, são também as suas reivindicações (Putnam, 2010).

Esse dinamismo de confluência de forças políticas no tabuleiro dos "Jogos de Dois Níveis" é visível no processo político discutido nesse trabalho e foi decisivo para elevar o nível das relações diplomáticas entre Estados Unidos e Cuba. Alguns fatores podem ser destacados como, no caso dos Estados Unidos, a eleição de Barack Obama em 2008, e de Cuba, a passagem do poder de Fidel Castro para Raúl Castro em 2009 (Gama, 2015).

Barack Obama possui um perfil internacionalista e Raúl Castro, com tendências políticas menos radicais que seu irmão e antecessor, Fidel Castro, tem um espírito político

mais moderado e se demonstrou disposto à possibilidade de abertura de Cuba para a inserção na comunidade internacional globalizada.

Nesse processo, três fatores surgiram como determinantes, tanto em suas estruturas políticas internas, quanto na conjuntura regional, para que o retorno das relações entre Cuba e Estados Unidos fosse possível. O primeiro deles refere-se às transformações de natureza doméstica com as mudanças feitas na economia cubana. O segundo, um fator externo, refere-se à diplomacia da Santa Sé, através da Igreja Católica, centrada na figura do Papa Francisco, e o terceiro fator, uma questão externa regional, foi a condição regional favorável com a chegada ao poder de políticos alinhados à esquerda.

A diplomacia latino-americana teve atuação expressiva no contexto da reaproximação entre Estados Unidos e Cuba (Gama, 2015). Sobre o papel desempenhado pelo corpo diplomático da Santa Sé, o autor destaca o engajamento da Igreja Católica Cubana, a partir, principalmente, do empenho do Papa Francisco. Segundo ele,

Com a participação decisiva do Papa Francisco I (argentino), Cuba sob Raúl Castro e os EUA de Obama (em seu segundo mandato) acordaram, no aniversário do Papa, 17 de Dezembro de 2014, normalizar suas relações diplomáticas. No ano seguinte, as embaixadas seriam reabertas e as restrições ao turismo, dramaticamente atenuadas (apenas no 1º semestre, cerca de 100 mil norte-americanos visitaram Cuba). Já modernizado, o porto de Mariel foi redefinido como uma Zona Especial de Exportação (ZEE), seguindo o modelo bem-sucedido das ZEE chinesas. Com atraso de 25 anos, a economia cubana se beneficia da ‘globalização’.

Com as mudanças nas políticas domésticas promovidas tanto por Cuba quanto por Estados Unidos que possibilitaram, no âmbito externo, o retorno dos laços diplomáticos, Barack Obama demonstrou habilidade em lidar com a situação: ele jogou para a oposição republicana que controlava a Câmara e o Senado, a responsabilidade de decidir o fim das restrições econômicas (Gama, 2015).

Nesse sentido, no âmbito doméstico, às vésperas do pleito presidencial de 2016, Obama desarmou a oposição republicana, que tem nos expatriados cubanos um eleitorado fiel, capaz de decidir eleições apertadas como a de 2000 (Gama, 2015). Embora a vitória eleitoral nos Estados Unidos, em 2016, tenha sido republicana, este foi um fator político eleitoral de considerável relevância naquele contexto. A partir do exposto, é possível visualizar a materialidade da articulação política no tabuleiro dos Jogos de Dois Níveis propostos por Putnam (2010).

5. Cobertura da teleSur sobre a viagem de Obama a Cuba

Revista Espirales, Foz do Iguaçu, UNILA, ISSN 2594-9721 (eletrônico), v. 7, n. 1, 2023, p. 51-68.

O universo da pesquisa consta de 59 matérias de gêneros variados (notícias, notas, comentários e reportagens) sobre a reaproximação diplomática entre Estados Unidos e Cuba, veiculadas pela teleSUR durante o mês de março de 2016. Optamos por esse período por considerarmos o mais significativo de todo o processo político de reaproximação entre os dois países, que culminou com a ida de Barack Obama a Cuba no dia 20 de março do ano supracitado.

Tomamos como recorte as matérias que abordam especificamente os avanços do processo diplomático, materializado na visita de Obama. Essas somam 17, as quais estão dispostas na tabela abaixo. Todas as matérias analisadas foram baixadas do repositório de vídeos, hospedado no site da emissora teleSUR.

Tabela 01: Matéria da teleSUR sobre a visita de Obama a Cuba utilizadas na análise

Emissora	Título	Data
teleSUR	Gramma: Cuba ratifica su voluntad de avanzar en relaciones con EE.UU	09/03/2016
	A 20 años de la Ley Helms-Burton, el bloqueo de EE.UU. a Cuba continúa	12/03/2016
	Obama: EE.UU. comienza un nuevo camino con Cuba	14/03/2016
	Detalles del proceso de normalización de las relaciones Cuba-EE.UU.	15/03/2016
	Historia de la ruptura diplomática entre Cuba y EE.UU.	16/03/2016
	Pérez: Obama, obligado por la historia a restablecer relación con Cuba	16/03/2016
	Cuba: ultiman detalles para la visita de Barack Obama	18/03/2016
	EE.UU.: Obama rumbo a Cuba; marca nueva etapa bilateral con La Habana	20/03/2016
	Desciende el Air Force One en el aeropuerto de La Habana	20/03/2016
	Según encuestas los estadounidenses piden cese del bloqueo a Cuba	20/03/2016
	Obama: Mi visita a Cuba es histórica y oportunidad de estrechar lazos	20/03/2016
	Stella Calloni: Doble Moral, obstáculo en relaciones entre Cuba y EEUU	21/03/2016
	Pdte. Raúl Castro reitera que se debe poner fin al bloqueo contra Cuba	21/03/2016
	Rusia saluda acercamiento entre gobiernos de Cuba y EE.UU.	21/03/2016
	EE.UU.: ciudadanos apoyan restablecimiento de relaciones con Cuba	21/03/2016
	Obama reconoce soberanía e independencia de Cuba	22/03/2016
	Canciller de Cuba realiza balance sobre la visita de Obama	29/03/2016

Elaboração dos autores. Fonte: site da teleSUR, disponível em <https://videos.telesurtv.net>

Para efetivar a análise de discurso da teleSUR sobre a reaproximação de Cuba e Estados Unidos, inicialmente identificamos a formação discursiva articulada pela emissora em torno do assunto. A formação discursiva “se define como aquilo que em uma formação

ideológica dada – ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio-histórica dada – determina o que pode e deve ser dito” (ORLANDI, 2010, p. 43).

A formação discursiva “permite compreender o processo de produção dos sentidos, a sua relação com a ideologia e também dá ao analista a possibilidade de estabelecer regularidades no funcionamento do discurso” (ORLANDI, 2010, p. 43). Nesse aspecto, os aportes da Teoria Construcionista³ contribuem para a compreensão do aparato que funciona em volta da ação noticiosa, ao nos possibilitar entender ““por que é que as notícias são como são (e não são de outra maneira)?”, “por que temos as notícias que temos (e não temos outras notícias)?”, “como circula a notícia e que efeitos gera?”” (SOUSA, 2002, p. 01).

Para seguir adiante com a análise, é necessário ressaltar que, nesse processo, a teleSUR é parte interessada, não apenas por ser um agente político latino-americano, formador de opinião, desejoso de construir uma esfera pública à esquerda, em defesa de Cuba, mas também por ser um conglomerado midiático do qual o estado cubano é sócio.

A partir da averiguação e análise prévia das notícias da teleSUR que compõem o *corpus* dessa pesquisa, verificamos que ela articula um conjunto de fatores que direciona para uma formação discursiva que a coloca na posição de entusiasta e defensora do processo diplomático, bem como questionadora e contrária ao embargo econômico, comercial e financeiro mantido pelos Estados Unidos contra a Ilha caribenha.

Assim, identificamos duas formações discursivas a partir da visualização do material telejornalístico tocante à temática, veiculado pela emissora. São elas: I) Fracasso das políticas restritivas norte-americanas e o consenso pelo fim do embargo norte-americano; II) Vitória da soberania do povo Cubano e a ilegalidade da Base Naval de Guantánamo. A seguir apresentamos as estratégias jornalísticas da teleSUR para articular esses discursos.

I) Fracasso das políticas restritivas norte-americanas e o consenso pelo fim do embargo norte-americano

Para essa formação discursiva, a teleSUR traz o contexto histórico do bloqueio, destacando os 20 anos da *Ley Helms-Burton*, assinada em 12 de março de 1996 pelo então presidente Bill Clinton. A lei internacionalizava e endurecia o bloqueio a Cuba, estabelecido

³ Para Alsina (1996, p.185), a teoria construcionista pressupõe que notícia é “uma representação social da realidade cotidiana produzida institucionalmente e que se manifesta na construção de um mundo possível”.

por Washington desde 1962. Como marca de seu posicionamento a respeito do embargo, a TV afirma que o cerco financeiro e a internacionalização do bloqueio têm como objetivo asfixiar o povo cubano, considerando que os mais de 50 anos de embargo são marcados por perdas de mais de USD 100 bilhões para Cuba.

A teleSUR procura dimensionar financeiramente as perdas de Cuba, destacando que a restrição tem impedido maiores desenvolvimentos em áreas importantes para o país, mas ressalta que, apesar disso, a ilha tem conseguido reconhecimento mundial em áreas como Saúde e Educação. Cuba foi o único país da América Latina a cumprir as metas para a educação da Organização das Nações Unidas. Além disso, a emissora destaca o discurso de Barack Obama, em que ele admite o fracasso das medidas hostis da Casa Branca.

Mesmo com todas as demonstrações de avanços da diplomacia dos dois países, a teleSUR ressalta que, embora Obama demonstre interesse em solucionar o problema, alguns de seus gestos são contraditórios. Entre 2009 e 2016, por exemplo, o país aplicou 49 multas a países ou instituições que colaboraram com Cuba, somando mais de 14 bilhões de dólares. Outro destaque na cobertura da TV é a derrota dos EUA na Assembleia Geral da ONU pela 24ª vez em 2015. Esse fato leva a emissora a afirmar que o mundo reprova o bloqueio e retorna a Cuba parte da solidariedade que esse país tem tido com diversos países, em momento de adversidade, desde o início da revolução.

É feito um retrospecto do processo de normalização das relações diplomáticas. Primeiro a teleSUR enfatiza que se deve, em partes, ao fracasso da política ingerencista norte-americana contra a Ilha, para em seguida, continuar explicando que em 2015 foram retomadas as conversações de alto nível entre Washington e Havana. A partir de então, começaram as visitas de empresários, políticos, celebridades e acadêmicos a Cuba.

Também ganha espaço na cobertura da TV a participação de Cuba na VII Cúpula das Américas a convite dos países latino-americanos. Na ocasião, houve o primeiro encontro de diálogo entre Obama e Raúl Castro. Durante o evento foi efetivada uma velha reclamação da comunidade internacional aos EUA: a retirada de Cuba da lista de países patrocinadores do terrorismo. Importa destacar que a teleSUR enfatiza o apoio dos países da América Latina dispensado a Cuba como decisivo para o fortalecimento do processo diplomático.

Para finalizar essa perspectiva discursiva trazemos os enfoques da teleSUR ao balanço feito pelo chanceler de Cuba, Bruno Rodríguez, da visita do presidente dos Estados Unidos, Barack Obama ao país. Para o diplomata “*el levantamiento del bloqueo debe ser un acto unilateral de Estados Unidos, porque así fue impuesto*”. Sobre as eleições nos Estados Unidos, **Revista Espirales, Foz do Iguaçu, UNILA, ISSN 2594-9721 (eletrônico), v. 7, n. 1, 2023, p. 51-68.**

Unidos: “*afortunadamente yo voto en Cuba, pero miraré la campaña [de EUA] con aprehensión*”. E a relação bilateral: “*es Cuba el único destino al que se prohíbe viajar a los ciudadanos estadounidenses*”.

II) *Vitória da soberania do povo Cubano e a ilegalidade da Base Naval de Guantánamo*

Durante toda a cobertura da teleSUR fica evidente sua oposição ao bloqueio norte-americano e à Base Naval de Guantánamo, área que Cuba reclama a devolução. No dia 09 de março, a emissora destacou o editorial do jornal *Granma*, órgão oficial do Comitê Central do Partido Comunista de Cuba, a visita ao país do presidente Barack Obama. Dentre os destaques está o reclame por Guantánamo.

Otros asuntos que son lesivos a la soberanía cubana también tendrán que ser resueltos para poder alcanzar relaciones normales entre los dos países. El territorio ocupado por la Base Naval de los Estados Unidos en Guantánamo, en contra de la voluntad de nuestro gobierno y pueblo, tiene que ser devuelto a Cuba, cumpliendo el deseo unánime de los cubanos desde hace más de cien años (GRANMA, 2016, p. 04).

Direto da redação da emissora em Havana, a jornalista Fabíola López informa sobre a mobilização de Cuba para receber o presidente norte-americano, e que ele encontrará um país soberano e revolucionário, de um povo heroico e resistente que dispensa boa vontade para com os Estados Unidos. Frisa também, as declarações feitas pelo mandatário estadunidense em que reconhece a legitimidade do governo cubano.

Obama viajou a Cuba acompanhado de familiares e de uma comitiva formada por políticos e empresários. A teleSUR posicionou uma equipe de reportagem no aeroporto de Washington para acompanhar o embarque e partida do mandatário a Havana. A ida de empresários na comitiva presidencial é uma sinalização positiva ao mercado de produção e consumo cubano. A chegada dos norte-americanos ao aeroporto José Martí foi acompanhada por muitos veículos de comunicação, inclusive estadunidenses, que trataram o momento com um acontecimento histórico.

E mais uma vez, a teleSUR frisa que Cuba não renuncia a sua soberania e para isso, conta com o apoio da população. Enfatiza, também, que o governo de Havana enfrenta a oposição do *lobby* de Miami, exílio de dissidentes cubanos, informando que esses vociferam contra a revolução porque são movidos por dinheiro, mas que a história os está deixando de

lado. Posteriormente, reforça que o ponto de interesse de Obama é normalizar laços comerciais e culturais com a Ilha.

Dentre as fontes buscadas pela emissora para analisar o momento político, está a jornalista, especialista em política internacional e escritora Argentina Stella Calloni, que fala sobre a postura mostrada pelo “*gobierno revolucionário*” na jornada diplomática. A especialista explica que Obama se mostra surpreso com o volume da recepção oferecida aos Estados Unidos por um povo que era considerado inimigo. E ressalta outros pontos, como a capacidade de diálogos que Cuba tem demonstrado, caracterizando como autodeterminação dos povos cubanos; a manifestação de uma soberania consolidada como resposta às restrições do embargo; as importantes conquistas dos últimos anos em Cuba. E finaliza criticando a ingerência dos EUA nos países latino-americanos.

A teleSUR realiza sua cobertura ressaltando que a visita de Obama demandou dele uma extensa jornada de trabalho em Cuba. Durante o segundo dia no país, o mandatário prestou homenagem ao herói nacional José Martí. Esse fato, juntamente com as fotografias feitas do presidente norte-americano com a imagem de Che Guevara ao fundo, foi classificado pela emissora como “*imagens impensadas*”. Não por se tratar de um erro, mas por ser algo com forte simbolismo político e ideológico.

Conclusões

Os acontecimentos políticos nos EUA, posteriores à visita de Obama a Cuba, foram acompanhados com apreensão pelos defensores do fim do embargo econômico e da reaproximação diplomática entre os países. A eleição do ultraconservador republicano Donald Trump deixou incerto o futuro das negociações e ameaça os avanços já alcançados pelas diplomacias cubana e norte-americana.

No que trata especificamente da visita de Obama a Cuba, destacamos alguns pontos importantes dessa análise. O primeiro deles é que há um claro direcionamento no discurso da teleSUR em defesa dos interesses cubanos. Essa constatação fica evidente quando se verifica as fontes buscadas e as falas que ganharam atenção na cobertura da emissora. O segundo ponto trata da função dada aos países da América Latina, como atores relevantes do processo em curso. A TV busca sustentar sua perspectiva jornalística em dados concretos como, por exemplo, ao apresentar os números financeiros que mostram o quão prejudicial é o bloqueio

para os povos cubanos. Ademais disso, destaca o apoio de 60% dos norte-americanos ao fim do bloqueio e ao reatamento diplomático.

O terceiro ponto da cobertura da teleSUR, e talvez o mais contundente deles, trata da forma soberana como Cuba conduziu todo o processo de conversação, articulação da visita e a recepção do presidente norte-americano em solo cubano. A emissora deixa transparecer a todo o momento que Cuba é o agente principal e condutor do processo.

Entendemos que a cobertura da teleSUR não reduz a atitude dos norte-americanos de irem até a Ilha, mas a coloca em condições menos prestigiada em relação ao protagonismo de Cuba, que resistiu por mais de 50 anos as mais brutais agressões praticadas pelos Estados Unidos que, através de medidas restritivas, buscaram desestabilizar o país e extinguir o projeto social representado pela Revolução de 1959.

Em nenhum momento a visita de Obama transparece no jornalismo da teleSUR como um ato de submissão de Cuba. O discurso de Obama anunciando o restabelecimento das relações entre os dois países em 2014, em que admite que a política de isolamento fracassou, é a maior demonstração concreta dessa inversão de papéis.

Cuba não representa uma ameaça real aos EUA nem à conjuntura internacional, o que sempre incomodou os vizinhos nortistas foi o fato de o país não se curvar diante dos interesses estadunidenses, tampouco aceitar o intervencionismo crônico com que a Casa Branca lida com os países latino-americanos. Essa reaproximação também pode ser vista, sem dúvidas, como um triunfo da Revolução Cubana e vitória da diplomacia da América Latina e Caribe sobre as atitudes imperialistas na região.

Ao ir ao país de Fidel, Obama fez parte da sua obrigação como chefe de Estado. Reconhecer os erros de seu país para viabilizar medidas como foco a amenizar a dívida histórica com os cubanos é apenas uma pequena porcentagem do que se deve fazer. Isolado internacionalmente e sem apoio para seguir sufocando Cuba, o mandatário cumpriu com o que lhe restava.

Há uma compreensão por parte dos cubanos, e visibilizada pela teleSUR, de que a atitude dos EUA não significa a renúncia ao seu objetivo maior de subjugar Cuba a seus caprichos. Na verdade, o que existe é uma mudança de métodos e de ferramentas para conseguir derrotar o governo cubano e mudar o sistema político do país. É uma experimentação para testar a profundidade e concretude dos pilares da revolução cubana.

Nesse processo de reaproximação diplomática, é possível notar a materialidade da perspectiva teórica dos Jogos de dois Níveis de Putnam em dois planos: nacional e **Revista Espirales, Foz do Iguaçu, UNILA, ISSN 2594-9721 (eletrônico), v. 7, n. 1, 2023, p. 51-68.**

internacional. Ambos se complementam e são interdependentes, e contam com a presença de outros diversos atores e interesses envolvidos, que exercem influência sobre a tomada de decisões dos Estados, a nível doméstico e externo.

No primeiro nível, o nacional, estão os atores internos de EUA e Cuba, catalisando forças pró ou contra o reatamento dos laços diplomáticos. Entre esses atores, conforme podemos identificar na cobertura da emissora, estão legisladores, empresários, que viajaram com Obama à Ilha, a população civil que se organiza para pressionar seus representantes no poder, e o próprio executivo.

Um caso específico que podemos mencionar e que sempre surge nas discussões acerca das relações políticas de Cuba e Estados Unidos, é a dissidência cubana de Miami. Um forte grupo político, opositor ao regime revolucionário de Cuba, com representantes no congresso norte-americano, e que possui significativo poder de influência nas tomadas de decisões quando se trata da temática aqui discutida.

No segundo plano de atuação, de nível internacional, estão os atores externos que pressionam as tomadas de decisões dos estados nacionais tanto a nível externo, quanto doméstico. Na cobertura da teleSUR os principais atores que ganham destaque por suas atuações nos avanços diplomáticos são: Barack Obama, Raúl Castro, os chefes e as chefes de estados da América Latina, a ONU e até o chefe da Santa Sé, Papa Francisco.

No entanto, na condução direta da política diplomática de reaproximação entre Cuba e Estados Unidos, há a prevalência da figura do executivo, no caso, Obama e Castro. Os demais atores que participam da articulação, como o chanceler cubano, Bruno Rodríguez, o secretário de estado estadunidense, John Kerry, entre outros, aparecem nas narrativas da TV em perspectiva secundária. Nesse sentido, é possível visualizar a consonância entre a teorização de Putnam e o processo de reabertura política entre os dois países.

Referências

ALSINA, Miquel. **La construcción de La notícia**. Barcelona: Paidós, 1996.

BRAVO, Juliano dos S. A política internacional e a Crise dos Mísseis: 13 dias sob o terror nuclear. **Novas Fronteiras: Revista Acadêmica de Relações Internacionais da ESPM-Sul**, vol. 02, n. 01, p. 7-17, 2015.

CUBA ratifica su voluntad de avanzar en relaciones con EE.UU. **Telesur**, Caracas, 9 de março de 2016. Política. Disponível em: <https://videos.telesurtv.net/video/518368/gramma-cuba-ratifica-su-voluntad-de-avanzar-en-relaciones-con-eeuu/>. Acesso em 20 out. 2016.

CUBA: uma jogada magistral de Obama. **Carta Capital** [Online], São Paulo, 18, dez. 2014. Mundo. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/mundo/cuba-uma-jogada-magistral-de-obama-8105/>. Acesso em 20 de out. 2016.

DOMINGOS, Charles S. M. 50 anos da Crise dos Mísseis: horror nuclear em tempos presentes. **Historiæ**, vol. 04, n. 02, p. 79-90, 2013.

FIORI, José. L. (2014, 24 de dezembro). Geografia e estratégia. **Carta Maior** [online] São Paulo, 24 dez. 2014. Política. Disponível em: <http://cartamaior.com.br/?%2FColuna%2FGeografia-e-estrategia%2F32513>. Acesso em 15 de out. 2016.

GAMA, Carlos Frederico Pereira da S. A abertura de Cuba e transformações da ordem internacional. **Em Debate**, Vol. 7, n. 4, p. 34-41, 2015.

GUADARRAMA, Ricardo D. Cuba y Estados Unidos: el largo proceso del reconocimiento Latinoamérica. **Revista de Estudios Latinoamericanos do Centro de Investigaciones sobre América Latina y el Caribe**, vol. 01 n. 60, p. 53-92, 2015.

HONÓRIO, Karen; MESQUITA, Lucas. A nova política externa cubana. **Carta Capital** [online], São Paulo, 22 out. 2015. Política. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/gr-ri/a-nova-politica-externa-cubana-5279/>. Acesso em 22 de out. 2016.

LAFER, Celso. A diplomacia globalizada. **Valor econômico**, São Paulo, ano 01, n. 120, 11 set. 2000.

LISBOA, Maecelino T. Atores Sociais na Política Externa Chilena: o Caso da Aliança do Pacífico. **Conjuntura Global**, vol. 5, n. 1, p. 131-151, 2016.

ORLANDI, Eni. **Análise de Discurso: Princípios & Procedimentos**. São Paulo: Pontes Editores, 2010.

PUTNAM, Robert D. Diplomacia e política doméstica: a lógica dos Jogos de Dois Níveis. **Revista Sociologia Política**, vol. 18, n. 36, p. 147-174, 2010.

Revista Espirales, Foz do Iguaçu, UNILA, ISSN 2594-9721 (eletrônico), v. 7, n. 1, 2023, p. 51-68.

SILVA, Marcos. Aantonio. Revolução e política externa: os fundamentos e tensões da Política Externa de Cuba. **Cordis: Revista Eletrônica de História Social da Cidade**, vol. 02, n. 11, p. 91-126, 2013.

FORMAÇÕES DISCURSIVAS NOS PRONUNCIAMENTOS DAS SENADORAS SOBRE O IMPEDIMENTO DE DILMA ROUSSEFF

Antonio Barros¹
Myrian Violeta Cavalheiro²
DOI: 10.29327/2282886.7.1-4

RESUMO: Este estudo analisa como se comportaram discursivamente, durante o julgamento do *impeachment* de Dilma Rousseff, as mulheres que compunham o Senado Federal, instância responsável por julgar o impedimento dos presidentes da República. Para isso, buscou-se identificar, nas manifestações orais no ambiente do plenário, naquele período, indícios que permitissem identificar as principais formações discursivas relativas aos discursos das senadoras favoráveis e contrárias ao *impeachment*.

Palavras-Chave: Poder Legislativo; Análise de Discurso; *Impeachment*; Política e gênero; Desigualdade política.

FORMACIONES DISCURSIVAS EN LAS PRONUNCIACIONES DE LOS SENADORES SOBRE EL IMPEDIMENTO DE DILMA ROUSSEFF

RESUMEN: Este estudio analiza cómo las mujeres que componían el Senado Federal, órgano encargado de juzgar el juicio político a los Presidentes de la República, se comportaron discursivamente durante el juicio político a Dilma Rousseff. Para ello, buscamos identificar, en las manifestaciones orales en el ámbito plenario, en ese período, evidencias que permitieran identificar las principales formaciones discursivas relacionadas con los discursos de los senadores a favor y en contra del juicio político.

Palabras clave: Poder Legislativo; Análisis del discurso; El proceso de destitución; Política y género; Desigualdad política.

DISCURSIVE FORMATIONS IN THE PRONOUNCEMENTS OF WOMEN'S BENCH IN THE BRAZILIAN SENATE ON THE IMPEACHMENT OF DILMA ROUSSEFF

ABSTRACT: This study analyzes how the women who made up the Federal Senate, the body responsible for judging the impeachment of presidents of the Republic, behaved discursively during the impeachment trial of Dilma Rousseff. For this, we sought to identify, in the oral manifestations in the plenary environment, in that period, evidence that allowed the identification of the main discursive formations related to the speeches of the senators in favor and against the impeachment.

Keywords: Legislative Branch; Discourse Analysis; Impeachment; Genre; Inequality.

¹ Doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília (1999), com estágio pós-doutoral pela Universidade Fernando Pessoa, Portugal (2008). Docente e pesquisador do Programa de Mestrado Profissional em Poder Legislativo do Centro de Formação da Câmara dos Deputados.

² Mestre em Poder Legislativo, pós-graduada em Direito Legislativo, pós-graduada em Orçamento Público e graduada em Comunicação Social. Servidora efetiva do Senado Federal.

INTRODUÇÃO

O ambiente do Poder Legislativo pode ser considerado um dos mais intensos locais de manifestação do discurso político, seja por pronunciamentos ou por meio das inúmeras posturas de seus personagens, incluindo votar ou não votar, em alguns casos. Os espaços e instâncias de debate parlamentar são reconhecidos na literatura como relevantes porque são inerentes ao poder de palavra, típico do mandato (MOREIRA, 2016; 2020; BARROS, 2020; BARROS; BARBOSA, 2020). Tais espaços também são permeados pelas desigualdades políticas, que se refletem especialmente nas assimetrias de gênero (BIROLI, 2018).

É possível vislumbrar, neste cenário, um desafio de análise quando se parte do pressuposto de que todo discurso político pretende persuadir a audiência. Em que pese a clareza do posicionamento ideológico do parlamentar, o discurso desse ator político deve ser congruente com o que se espera dele, uma vez que foi eleito pelo que se comprometeu em representar. Afinal, representar “significa agir no interesse dos representados, de uma forma responsiva a eles” (PHILLIPS, 2001, p. 271).

Dos políticos, espera-se que um pronunciamento, uma intervenção oral, um texto, uma postura, emprestem sentido ao que está sendo comunicado e, acima de tudo, que se aproxime do que se pretende como verdade (BARROS, 2020). E mais além, em muitos contextos, estes atos servem para contrapor outros discursos tão arraigados no imaginário coletivo, como os da mídia, por exemplo. Debruçar-se sobre o tema se torna mais instigante quando se parte da premissa de que existem verdades, no plural. Cada ser, cada grupo, cada comunidade no espaço de sua própria verdade, contrapondo-se a outras verdades, por meio da argumentação.

Uma das ferramentas mais importantes do Parlamento, desde os primórdios, é o pronunciamento. E, na medida em que a Análise do Discurso (AD) espera descrever o funcionamento dos discursos nos momentos em que estes acontecem, este gênero discursivo singular é um manual para observar a aplicação da dimensão argumentativa no momento em que a manifestação oral acontece (CHARAUDEAU, 2017). Concebendo-se argumentação tal qual Amossy (2011), “como a tentativa de modificar, de reorientar, ou mais simplesmente, de reforçar, pelos recursos da linguagem, a visão das coisas da parte do alocutário” (AMOSSY, 2011, p. 130).

O discurso construído em torno da desigualdade entre homens e mulheres já é muito estudado em termos políticos. Entretanto, poucos estudos se debruçam sobre o tema no

Revista Espirales, Foz do Iguaçu, UNILA, ISSN 2594-9721 (eletrônico), v. 7, n. 1, 2023, p. 69-93 70

discurso construído no Poder Legislativo e, mais especificamente, poucos tomaram para si a tarefa de examinar as manifestações orais das parlamentares no caso específico do *impeachment* da ex-presidente da República, Dilma Rousseff, ocorrido em 2016, para delinear a formação discursiva em torno da identidade da mulher na política.

Dentre os raros estudos brasileiros, Silva e Sampaio (2017) analisaram as páginas das 13 senadoras que participaram do processo de impedimento, na plataforma do Facebook, bem como as interações dos usuários dessa rede social, com vistas a “verificar as especificidades dos diferentes discursos do ódio e as características semânticas” (SILVA; SAMPAIO, 2017). A premissa dos estudiosos é que seria possível observar, por meio de tais interações, se havia manifestações preconceituosas de cunho misógino e sexista. Porém, a atual produção acadêmica, carece de investigações sobre as falas dessas mulheres, em relação ao processo do impedimento da presidente da República, no ambiente do plenário do Senado, em tribuna ou outros debates. Trata-se de um processo relevante, uma vez que diz respeito à primeira e única mulher eleita para a Presidência da República.

Foi exatamente uma disputa de poder materializada nos discursos o que se observou durante o processo do *impeachment* no Congresso Nacional. Nesse período, era comum nas intervenções nos plenários da Câmara dos Deputados e do Senado Federal o constante desfile de argumentos dos que estavam a favor do impedimento e dos que estavam contra. Cada parlamentar, independente se homem ou mulher, com a sua verdade, em busca de convencer a audiência, nesse contexto de lutas discursivas.

Importa investigar o posicionamento discursivo das senadoras ao longo das discussões sobre o impedimento da presidente Dilma Rousseff, no Senado Federal, para compreender se os argumentos conduziam os sentidos para reforçar a existência de uma desigualdade entre homens e mulheres, sobretudo na política.

Para alcançar o objetivo proposto, este trabalho, de modo específico, contabilizou o número de pronunciamentos proferidos pelas 13 senadoras no período de 2 de dezembro de 2015 a 31 de agosto de 2016, no Plenário do Senado Federal. Dentre o número encontrado, fez-se uma separação daqueles que trataram especificamente do tema do *impeachment*, para desse modo mapear quem (e quantas vezes) utilizou a palavra no plenário abordando o assunto e, ao final, investigar o comportamento discursivo delas, por meio dos pronunciamentos, com ênfase na identidade construída sobre as próprias mulheres.

Diante dos pressupostos apresentados, o mapeamento levado a cabo no presente estudo pretende examinar se os argumentos das senadoras foram capazes de influenciar os

legisladores no momento de votar o impedimento. Antes da análise apresenta-se um breve panorama sobre a participação das mulheres na política, além dos conceitos centrais para fundamentar a análise e a descrição dos procedimentos metodológicos.

1. PARTICIPAÇÃO FEMININA NA POLÍTICA E A SUB REPRESENTAÇÃO

Diversos estudos apontam as condicionantes da sub-representação política de certos grupos, como o de mulheres, nas democracias. Dentre essas teorias, importam para este estudo algumas considerações sobre a “política de ideias”, a “política de presença” e a “política da diferença”. Phillips (2001) alerta que “a noção de que representação justa implica representação proporcional de acordo com características sociais tais como etnicidade ou gênero é controversa” (PHILLIPS, 2001, p. 286). Entende a autora que a tendência do grupo dominante, de permitir a participação política de grupos minoritários, sempre está limitada pelo próprio desejo de manutenção do poder.

Para Phillips (2001), a “política de ideias” mantém os cidadãos atentos às diferenças políticas que os dividem e colaboram para alianças entre diferentes grupos como mulheres e homens, brancos e negros, muçulmanos e católicos. Entretanto, quanto maior a ênfase para as diferenças sociais, ocorre mais um paradoxo e as mudanças necessárias são barradas (PHILLIPS, 2001). Young (2006) alerta para as possibilidades de se criar exclusões opressivas caso se alcance a unificação pretendida pela representação de grupos, uma vez que integrantes de uma coletividade como de gênero, racial, religioso, entre outros, têm histórias de vida variadas, com interesses e posicionamentos ideológicos diferentes, que os tornam extremamente distintos entre si e que ainda assim não os impede de manter relacionamentos entrelaçados (YOUNG, 2006).

Phillips (2001) explica que “política de ideias” se refere à política como uma questão de julgamento e debate, onde as lealdades se calcam mais em torno de programas políticos e menos que em pessoas. Neste tipo de prática, entende que a escolha de representantes baseados em suas crenças, opiniões ou no partido que representam, serve somente para promover uma mera fachada de ampla discussão, por trás da qual quem tem dinheiro ou acesso à mídia garante a reeleição.

Para a estudiosa, embora os mecanismos de responsabilização e prestação de contas tendam a minimizar a importância dos indivíduos eleitos, a “política de ideias” não seria exatamente a melhor maneira de proteger os interesses minoritários, muito menos de garantir engajamento político (PHILLIPS, 2001). Em relação ao poderio econômico, Young (2006) inclusive prescreve que “igualdade política pode requerer a garantia de acesso à mídia aos

grupos de interesse com poucos recursos, ou a limitação da capacidade dos grupos mais abastados de dominar os canais de influência pública” (YOUNG, 2006, p. 178).

Já a “política de presença”, discorre Phillips (2001), se apresenta para desafiar a “política de ideias”, na medida em que a ênfase não se dá na diferença de opiniões e sim na presença mais igualitária de homens e mulheres, diferentes grupos étnicos e outros grupos que não se reconhecem como representados (PHILLIPS, 2001). Young (2006) corrobora essa tese citando que “mulheres de muitos cantos do mundo, por exemplo, apontam que legislaturas ocupadas majoritariamente por homens não podem representar devidamente as mulheres” (YOUNG, 2006, p. 140).

Explica Phillips (2001) que o movimento autônomo de mulheres custou a se desenvolver devido a, exatamente, um grupo que defendia a possibilidade de separação entre ideias e presença. A “política de presença” é aquela na qual mecanismos especificamente políticos associam representação justa com presença política e enfatizam mudanças considerando gênero, raça ou etnicidade dos representantes como condição do que os torna representativos, além de procurar alguma garantia de presença igual ou proporcional. Há a intervenção deliberada, inclusive necessária, para romper a ligação entre a desigualdade ou exclusão sociais e o reflexo político delas nos níveis de participação ou influência. Tais mecanismos seriam também condição prévia para a transformação social de longo prazo (PHILLIPS, 2001).

Young (2006) defende que a “política da diferença” para a representação especial de grupos surge como alternativa, uma vez que “práticas representativas diferenciadas são um importante instrumento de inclusão política” (YOUNG, 2006, p. 142). Afirma que a representação não se reduz a uma relação de identidade ou substituição, pois envolve um processo de mediação dos eleitores com os representantes. A representação, concebida sob a ideia da diferença, descreve um relacionamento entre atores plurais, onde o que foi produzido no passado e o que pode ser antecipado no futuro, deixa vestígios nas ações dos representados e representantes.

Young (2006) afirma concordar que partidos políticos podem ser um importante instrumento para aplicar princípios de representação inclusiva, desde que estes dediquem atenção especial aos grupos e a medidas compensatórias à sub-representação destes. A diferença então, do ponto de vista político, entre mulheres e homens (e entre outros grupos sub-representados) não é uma diferença intrínseca. Tem a ver com a estrutura social, ou seja, está ligada às posições que estes indivíduos ocupam em dada formação social (YOUNG, 2006).

2. ANÁLISE DE DISCURSOS E FORMAÇÕES DISCURSIVAS

Para Foucault (2006a), o discurso não apenas se reduz ao que manifesta ou oculta o desejo, como também é aquilo que é, em si, o objeto do desejo. Desse modo, não é somente o que decifra os conflitos nem os sistemas de dominação; é também aquilo pelo que se luta e o poder do qual se quer apoderar. Afirma que o discurso “está na ordem das leis” e que se existe algum poder no discurso é aquele dado pelos atores discursivos. O discurso é, em sua realidade material, a coisa pronunciada ou escrita; e também de “existência transitória destinada a se apagar sem dúvida, mas segundo uma duração que não nos pertence” (FOUCAULT, 2006a, p. 8). É o meio pelo qual a realidade e os seus sentidos são fixados.

No âmbito metodológico da AD Francesa, convém salientar as contribuições fundadoras de Foucault (2015), especificamente no que se refere à noção de **formação discursiva**. Nesse contexto, o filósofo propõe analisar os discursos a partir das regularidades da dispersão. Conforme apresentado anteriormente, é na regularidade da dispersão dos enunciados que se encontra a formação discursiva:

Antes de se ocupar com toda certeza, de uma ciência, ou de romances, ou de discursos políticos, ou da obra de um autor, ou mesmo de um livro, o material que temos a tratar, em sua neutralidade inicial, é uma população de acontecimentos no espaço do discurso em geral. Aparece, assim, o projeto de uma **descrição dos acontecimentos discursivos** como horizonte para a busca das unidades que aí se formam (FOUCAULT, 2015, p. 32-33, grifo do autor).

A noção de *formação discursiva* é, ao mesmo tempo, relacional e segregacional, pois tanto funciona para articular e relacionar sentidos quanto para demarcar fronteiras discursivas e ideológicas. Além disso, uma formação discursiva é diretamente condicionada pelo contexto social e histórico de produção dos discursos. Isso significa que certos discursos só emergem na sociedade em função de uma determinada conjuntura sócio-histórica que favorece a visibilidade e o debate sobre determinadas pautas políticas, econômicas e culturais. Associam-se, portanto, possíveis convergências ou oposições ideológicas que podem promover ou inibir o debate público.

A formação discursiva resulta de certas ordens discursivas que conformam sentidos, em consonância com as posições dos sujeitos, cuja efetividade ocorre com a transformação das formações discursivas em práticas discursivas, historicamente determinadas. Segundo a proposta conceitual de Foucault (2005 [1969], p.14), a formação discursiva constitui uma *epistème* de uma época, ou seja, uma espécie de teoria ou um estoque de saberes produzido em um determinado contexto. Essa *epistème* “define os limites e as formas da dizibilidade, os limites e as formas da memória tal como ela surge nas diferentes formações discursivas”.

De modo mais específico, o autor define *epistème* como

o conjunto das relações que podem unir, numa época dada, as práticas discursivas que dão lugar a figuras epistemológicas, a ciências, eventualmente a sistemas formalizados; o modo segundo o qual, em cada uma dessas formações discursivas, se situam e se operam as passagens à epistemologização, à cientificidade, à formalização (...) A *epistème* não é uma forma de conhecimento ou um tipo de racionalidade (...) é o conjunto das relações que podemos descobrir, para uma época dada, entre as ciências quando as analisamos ao nível das regularidades discursivas (FOUCAULT, 2005 [1969], p.24).

Para Orlandi (1999, p.42) a formação discursiva “se define como aquilo que numa formação ideológica dada – ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio-histórica dada – determina o que pode e deve ser dito”. Assim, “palavras iguais podem significar diferentemente porque se inscrevem em formações discursivas diferentes”, complementa a autora (p.43). Aqui está a interrelação inevitável entre formações discursivas e formações ideológicas, como lembra Foucault (2009). Para o autor, uma formação discursiva está sempre atrelada a uma formação ideológica, que lhe conforma e permite sua emergência e visibilidade social e política. É como se a formação ideológica fosse um substrato oculto, mas funciona como suporte histórico, ao permitir ou impedir a emergência de certas ideias e sentidos inseridos em um contexto discursivo.

Ao se estabelecerem social e historicamente as formações discursivas contribuição para a constituição de campos de saberes (discursos), os quais são diretamente relacionados a campos de poder (ideologia). Ao se apropriar das ideias de Foucault, Pêcheux (1988) explica que uma formação discursiva é diretamente condicionada por uma formação ideológica, no sentido de que é a ideologia que permite o que pode ser dito e como, seja na forma de um manifesto, de um panfleto, de uma exposição, de um programa político, etc. Em suma, a formação ideológica, embora imaterial, está na base das formações discursivas, que se caracterizam pela materialidade dos discursos e suas regras de funcionamento. São essas regras que disciplinam a distribuição de sentidos, as modalidades de enunciação, a formação de conceitos e as escolhas temáticas. Da mesma forma, são elas que regulam as condições de existência e coexistência de regimes de verdade, sua manutenção, legitimação, modificação e desaparecimento ou apagamento (SASSIER, 2008).

Uma formação discursiva, portanto, funciona como um sistema de nomeação e classificação dos sentidos socialmente produzidos em uma determinada época ou contexto. Trata-se de um sistema, uma ordem discursiva que serve para classificar, aproximar ou diferenciar visões sobre o mundo social e suas interpretações. É como um regulador interno

que disciplina conceitos e olhares, extrapolando as regras sintáticas e semânticas, embora sem delas prescindir. Assim, uma formação discursiva pode ser entendida como um produto culturalmente codificado, na forma de um *a priori histórico* ou *épistème*, entendida como a configuração de saberes de uma determinada época sobre um tema socialmente relevante. É com base nessa visão foucaultiana que Pêcheux (1990: 1412) afirma que “o laço que liga as significações de um texto às suas condições sócio-históricas, não é secundário, mas constitutivo das próprias significações”.

A noção de formação discursiva implica ainda considerar as complexidades das condições sociais de produção e das práticas discursivas, relacionadas com as demais formações sociais. Destacam-se nesse processo a contínua interrelação entre o espaço discursivo e ideológico, numa tensão que impulsiona o desenvolvimento das formações discursivas, envolvendo intrincadas relações de poder, dominação, contradições e interdições. Envolve em jogos e disputas discursivas, as formações discursivas se consolidam como sistemas de representação do mundo social, cujos sentidos podem ser rejeitados ou absorvidos e legitimados pelos discursos dominantes numa determinada época. Entretanto, como salienta Pêcheux (1990), uma formação discursiva não constitui necessariamente como um bloco semântico homogêneo, atrelado sempre a uma ideologia dominante.

Assim, é possível que variados discursos sejam derivados da mesma formação discursiva, porém de forma heterogênea, pois a formação discursiva não determina necessariamente os sentidos e os regimes de verdade, mas as condições sociais e históricas de produção e circulação desses discursos. Um exemplo é o estudo de Rice (1992) sobre as formações discursivas acerca da dependência química a partir de histórias de vida. A conclusão do autor é que o discurso dominante sobre drogas produz uma formação discursiva única, porém com histórias de vida diferentes, sendo algumas de superação e empoderamento pessoal e outras de sujeição e vitimização diante do poder da dependência.

A própria dinâmica das formações discursivas (re)define as regularidades e lógicas que legitimam conceitos, sentidos, objetos de discussão pública e sujeitos habilitados a se pronunciar nas arenas públicas de discussão. É a partir do conceito de formação discursiva que Foucault define discurso, como “um conjunto de enunciados, na medida em que se apoiem na mesma formação discursiva”, embora com suas variações e dispersões (FOUCAULT, 2009, p.133). O principal pressuposto inerente ao conceito de formação discursiva é o de que a organização social é fundamentalmente discursiva, pois é pelo discurso que o mundo social é criado, representado, interpretado e socialmente reproduzido (ACHARD, 1995, p.84). Logo, uma formação discursiva “é a estruturação do espaço social

por meio da diferenciação de discursos”. Tal diferenciação é baseada em princípios de regularidade e acumulação de enunciados que se organizam na forma de registros discursivos, socialmente construídos, cujos procedimentos sociais de construção de sentidos atribuem *status* semânticos positivos ou estigmatizados (ACHARD, 1986).

Em suma, uma formação discursiva constitui

um conjunto articulado, mas heterogêneo, de discursos, ou seja, de sistemas de regras de produção de sentido. Uma formação discursiva já está hegemônica por um determinado discurso dentro de uma pluralidade. Não é um todo monolítico, fechado em si, mas produz efeitos de posicionamento, autorização e restrição sobre os sujeitos que nela se constituem ou expressam (BURITY, 2008, p. 42).

É com base nesses pressupostos que a análise será estruturada, conforme será abordado na sequência no texto. Antes, contudo, é cabível discorrer sobre o perfil da mulher cujo impedimento foi objeto do debate entre as senadoras.

3. OS DISCURSOS DAS TREZE MULHERES: QUEM ELAS JULGARAM

Dilma Vana Rousseff nasceu em 14 de dezembro de 1947, na cidade de Belo Horizonte (MG). É a segunda de três filhos de um imigrante búlgaro com uma brasileira. Aos 16 anos, passou a integrar organizações de combate ao regime militar. Condenada por subversão, permaneceu presa de 1970 a 1972, no presídio Tiradentes, na capital paulista.

Já em liberdade, se mudou para Porto Alegre em 1973. Em 1979, com o marido Carlos Araújo, ajudou a fundar o Partido Democrático Trabalhista (PDT), no Rio Grande do Sul. Em 1989, ano da primeira eleição presidencial direta após a ditadura militar, participou da campanha de Leonel Brizola à presidência da República e, no segundo turno, saiu às ruas por Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT).

Dilma ocupou por duas vezes o cargo de Secretária de Estado de Minas e Energia do Rio Grande do Sul: em 1993, no governo de Alceu Collares (PDT) e em 1998, com Olívio Dutra (PT). Em 2000 filiou-se ao PT. Em 2002, foi convidada a participar da equipe de transição entre os governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Lula (2003-2010). Foi ministra de Minas e Energia do primeiro governo Lula. Em 2005, passou a ocupar a chefia da Casa Civil e assumiu o comando de programas estratégicos como o “Programa de Aceleração do Crescimento” (PAC) e o de habitação popular “Minha Casa, Minha Vida”. Coordenou ainda a Comissão Interministerial que definiu as regras para a exploração das recém-descobertas reservas de petróleo na camada pré-sal.

Em março de 2010, Dilma e Lula lançaram a segunda fase do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2), com as metas maiores que da primeira versão. Em 03 de

abril do mesmo ano, Dilma deixou a equipe do governo federal para se candidatar à presidência da República, oficializada em 13 de junho. Aos 63 anos de idade, foi eleita a 36ª presidente do Brasil, e primeira mulher nesse cargo, com 55.752.529 de votos no segundo turno das eleições (BRASIL, 2010). Seu vice era o ex-deputado Michel Temer (MDB). A presidente Dilma Rousseff e o vice-presidente Michel Temer seriam reeleitos, em 2014, com 51,64% dos votos válidos, ou 54.501.118 em números absolutos, obtidos também em segundo turno (BRASIL, 2019).

O processo do *impeachment* teria se dado em função da retirada de apoio do PT, partido da presidente, e do MDB, partido do vice, porque Dilma teria insistido na reeleição e não cumprido acordo de que o candidato do partido, em 2014, seria o ex-presidente Lula (MORENO, 2017). Miguel (2016) define o impedimento da presidente como “golpe parlamentar”, levado a cabo por setores do Estado, meios de comunicação e empresários.

4. QUEM ERAM AS 13 MULHERES QUE PARTICIPARAM DO DEBATE

Existiam no TSE, registrados, em janeiro de 2020, 33 agremiações partidárias (Brasil, 2020). Usou-se como referência, para distribuir as legendas no espectro ideológico, os estudos de Carreirão (2006), Krause e Godoi (2012) e a autodenominação feita pelos próprios partidos a um questionário aplicado pelo jornal O Globo, em março de 2016. Os critérios de Codato, Berlatto e Bolognesi (2018) foram também considerados. Legendas antigas foram atualizadas, partidos extintos retirados e os novos (fundados ou surgidos de fusão) foram incorporados nesta classificação, conforme exposto no Quadro 1.

Quadro 1 - Distribuição dos partidos políticos no espectro ideológico

Direita	Centro	Esquerda
DEM	AVANTE	PCdoB
NOVO	CIDADANIA	PCB
PL	DC	PCO
PP	MDB	PDT
PRTB	PATRIOTA	PSB
PSC	PMB	PSOL
PSD	PMN	PSTU

PSL	PODE	PT
PTB	PROS	SOLIDARIEDADE
PTC	PSDB	UP
REPUBLICANOS	PV	
	REDE	

Fonte: Elaboração própria, com base em dados do TSE (2020).

O Quadro 2 mostra a distribuição nominal das 13 senadoras, no espectro ideológico, conforme o partido que integravam no ano de 2016.

Quadro 2 - Distribuição das senadoras no espectro ideológico

ESQUERDA	PARTIDOS	CENTRO	PARTIDOS	DIREITA	PARTIDOS
Ângela Portela	PDT	Kátia Abreu	PP	Ana Amélia	PP
Fátima Bezerra	PT	Marta Suplicy	MDB	Maria do Carmo Alves	DEM
Gleisi Hoffmann	PT	Rose de Freitas	Podemos		
Lídice da Mata	PT	Simone Tebet	MDB		
Lúcia Vânia	PSB				
Regina Sousa	PT				
Vanessa Grazziotin	PCdoB				

Fonte: Elaboração própria, com base em dados do Senado Federal (2019).

O levantamento a seguir foi feito na página do Senado Federal, acessando a aba Senadores e em seguida a opção Pronunciamentos. Desse resultado, montou-se uma tabela com todos os pronunciamentos. Em seguida, procedeu-se a leitura minuciosa de cada um, para verificar se o objeto *impeachment* havia sido abordado. Os que tratavam do assunto foram separados para contabilização, cujo resultado está na Tabela 1. Fez-se uma segunda leitura, pormenorizada, para apreender as abordagens feitas. Aplicou-se, então, a metodologia escolhida, em repetidas leituras posteriores, para proceder a análise.

Juntas, as 13 mulheres que integravam a 55ª Legislatura proferiram 621 manifestações orais entre os dias 2 de dezembro de 2015 a 31 de agosto de 2016. Desse

universo, 273 manifestações abordaram o tema do *impeachment*. As três primeiras com maior número de manifestações de fala foram as senadoras da base de apoio da presidente Dilma: Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), com 69 pronunciamentos; Gleisi Hoffmann (PT-PR), com 48; e Fátima Bezerra (PT-RN), com 45. Marta Suplicy (MDB-SP) e Maria do Carmo Alves (DEM-SE) usaram a palavra apenas uma vez no período para tratar do tema.

Procedeu-se uma distribuição em termos percentuais do número total de pronunciamentos de cada parlamentar em relação ao uso deste gênero discursivo para tratar do assunto. Comparados ao número total de pronunciamentos (100%) em plenário, verificou-se que 43,96% se realizaram com o intuito de abordar o processo de *impeachment*. Sob esse critério, considerou-se que a senadora Maria do Carmo Alves, por ocupar a tribuna somente uma vez nesse lapso temporal e apenas para falar sobre o impedimento, usou 100% do tempo de fala em plenário para abordar o tópico. Licenciada, retornou ao cargo em maio de 2016 para votar no processo de afastamento da presidente Dilma Rousseff. Ainda sob o critério escolhido, a senadora Ângela Portela (PDT-RR) foi a que mais dedicou o próprio tempo de fala para tratar da questão: 92,85%.

Das quatro senadoras classificadas ao centro, apenas Kátia Abreu (PP-TO), à época no MDB, e que defendia a permanência da presidente Dilma no cargo, ultrapassou a casa dos 50%. As senadoras de centro que defendiam o impedimento, Marta Suplicy (MDB-SP) e Simone Tebet (MDB-MS), não dedicaram tanto tempo de fala ao tema; a primeira abordou a questão em apenas um dos dez pronunciamentos que proferiu no período, o equivalente a 10% do tempo total de fala. Simone Tebet (MDB-MS) foi a segunda colocada em números absolutos, entre as senadoras que defendiam o impedimento e a primeira, entre as de centro, com 15 pronunciamentos. Entretanto, em termos percentuais, dedicou ao assunto menos do próprio tempo de fala (42,85%) que Kátia Abreu. A outra senadora de centro, Rose de Freitas, que deixou o MDB em abril de 2018 e se filiou ao Podemos, foi designada líder do Governo no Congresso Nacional pelo presidente em exercício, Michel Temer, em junho de 2016, e usou 20% do próprio tempo de fala para tratar do impedimento.

Uma das duas senadoras classificadas no espectro ideológico como de direita, Ana Amélia (PP-RS), usou 30% do seu tempo de fala em plenário no período para abordar o *impeachment*. Em números absolutos foi, dentre as parlamentares de direita e centro, a que mais se pronunciou sobre a questão, o que a destaca na presente análise como contraponto aos argumentos das senadoras de esquerda. Todos os 64 pronunciamentos, resultado da soma das falas das senadoras de direita e centro, sobre o impedimento, não alcançam o total proferido por uma única parlamentar da base aliada da presidente Dilma Rousseff, e campeã de uso da

palavra para tratar o assunto, a senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), que falou em 69 momentos diferentes.

Ainda sob o parâmetro da percentualidade do tempo da própria fala, verificou-se que seis, das sete senadoras classificadas no espectro ideológico como de esquerda, dedicaram acima de 40% de suas manifestações orais em plenário para defender a presidente Dilma Rousseff. Excetuando as senadoras Marta Suplicy e Rose de Freitas (PODE-ES), ambas de centro, o tempo médio de fala das outras 11 senadoras foi acima de 30% para discorrer sobre o tema, seja para defender a permanência da presidente na função, seja para pedir a saída de Dilma. Essa ocupação está resumida na Tabela 1, a seguir:

Tabela 1 – Frequência que as senadoras usaram a palavra entre 02/12/15 e 31/08/16 e uso do tempo para tratar do *impeachment*

Senadora	Partido	Estado	Número de pronunciam	Sobre o <i>Impeachment</i>	Em %
Ana Amélia	PP	RS	109	33	30,27%
Ângela Portela	PDT	RR	14	13	92,85%
Fátima Bezerra	PT	RN	95	45	47,36%
Gleisi Hoffmann	PT	PR	85	48	56,47%
Kátia Abreu	MDB (PP)	TO	13	09	69,23%
Lídice da Mata	PSB	BA	31	10	32,25%
Lúcia Vânia	PSB	GO	23	11	47,82%
Maria do Carmo Alves	DEM	SE	01	01	100%
Marta Suplicy	MDB	SP	10	01	10%
Regina Sousa	PT	PI	31	13	41,93%
Rose de Freitas	MDB (PODE)	ES	24	05	20,83%
Simone Tebet	MDB	MS	35	15	42,85%
Vanessa Grazziotin	PCdoB	AM	150	69	46%
Total			621	273	43,96%

Fonte: Elaboração própria, com base em dados do Senado Federal (2019).

Destaca-se que quase um terço dos pronunciamentos da maioria das senadoras se concentrou na sessão final de julgamento do pedido de impedimento da presidente Dilma Rousseff, iniciado em 25/08/2016 e finalizado em 31/08/2016.

Tabela 2 - Frequência que as senadoras usaram a palavra entre 25/08/15 e 31/08/16

Senadora	Partido	Número de pronunciamentos	Sobre o Impeachment	Nos dias 25 a 31/08/16
Ana Amélia	PP	109	33	07
Ângela Portela	PDT	14	13	03
Fátima Bezerra	PT	95	45	10
Gleisi Hoffmann	PT	85	48	10
Kátia Abreu	MDB (PP)	13	09	07
Lídice da Mata	PSB	31	10	08
Lúcia Vânia	PSB	23	11	05
Maria do Carmo Alves	DEM	01	01	0
Marta Suplicy	MDB	10	01	0
Regina Sousa	PT	31	13	07
Rose de Freitas	MDB (PODE)	24	05	02
Simone Tebet	MDB	35	15	06
Vanessa Grazziotin	PCdoB	150	69	19
Total		621	273	84

Fonte: Elaboração própria, com base em dados do Senado Federal (2019).

Além da ocupação da tribuna, várias delas inquiriram testemunhas e informantes, que compareceram à sessão convocados pela defesa e acusação; apresentaram e contraditaram questões de ordem; além de orientarem suas bancadas sobre como votar. A Tabela 2 mostra a concentração de pronunciamentos entre os dias 25 e 31 de agosto de 2016. Trata-se do período crucial sobre o debate parlamentar a respeito do impedimento.

5. FORMAÇÕES DISCURSIVAS SOBRE O GOLPE E AS CRISES POLÍTICAS

Tomou-se nesta análise o conceito de **golpe** como um **objeto**, nos termos de Foucault, onde busca-se nos enunciados a referência a esse mesmo **objeto** “por mais que se

manifestem de maneiras diferentes e estejam dispersos no tempo” para encontrar o conjunto. O **golpe** foi aludido em todos os pronunciamentos das parlamentares de esquerda, a exceção também de Lúcia Vânia. Quatro delas, uma de direita e três de centro, não pronunciaram a palavra em nenhuma manifestação oral.

Das 722 vezes que a palavra foi dita, 669 vezes foram pelas senadoras situadas no espectro ideológico de esquerda. Dentre as que estavam no espectro ideológico à direita, a referência ao **objeto** foi ou para se defender da tese de estarem aplicando um golpe parlamentar contra a presidente ou refutar a tese em si. A Tabela 3, a seguir mostra o número de vezes que as senadoras pronunciaram a palavra **golpe**.

Tabela 3 – Frequência com que as senadoras pronunciaram a palavra GOLPE em seus pronunciamentos entre 02/12/15 e 31/08/16

Senadora	Partido	Pronunciamentos sobre o <i>Impeachment</i>	Abordando golpe	Vezes que golpe foi pronunciado
Ana Amélia	PP	33	12	46
Ângela Portela	PDT	13	10	29
Fátima Bezerra	PT	45	30	285
Gleisi Hoffmann	PT	48	23	117
Kátia Abreu	MDB (PP)	09	0	0
Lídice da Mata	PSB	10	03	17
Lúcia Vânia	PSB	11	01	01
Maria do Carmo Alves	DEM	01	0	0
Marta Suplicy	MDB	01	0	0
Regina Sousa	PT	13	04	19
Rose de Freitas	MDB (PODE)	05	0	0
Simone Tebet	MDB	15	02	07

Vanessa Grazziotin	PCdoB	69	31	201
Total		273	116	722

Fonte: Elaborada própria, com base em dados do Senado Federal (2019).

Também foi a senadora de esquerda Fátima Bezerra quem mais lançou mão da palavra **golpe** em seus argumentos. Num total de 45 proferimentos, 30 trataram do tema e a

palavra foi falada 285 vezes; em média 9,5 vezes por momento de manifestação. Elencou-se como exemplos os do dia 29/03/2016, véspera da oitava dos denunciadores do processo na Comissão Especial do *Impeachment* na CD para prestar depoimento; e de 11/05/2016, dia em que o Senado iniciou a sessão que durou mais de 17 horas e findou com a aprovação da instauração do processo de impedimento, com o consequente afastamento da presidente Dilma Rousseff por 180 dias:

Isso não tem outro nome a não ser **golpe**. **Golpe! Golpe!** Não é **golpe** contra a Presidenta Dilma, é **golpe** contra a democracia, é **golpe** contra o Brasil (BEZERRA, 2016, p. 78, grifo nosso).

Os **golpistas** buscam tirar do poder a Presidenta Dilma Rousseff, democraticamente eleita (BEZERRA, 2016, p. 62, grifo nosso).

Depois de Fátima Bezerra, a senadora Vanessa Grazziotin foi a que mais usou o **objeto golpe** para defender a permanência de Dilma Rousseff na presidência da República. Dos 69 pronunciamentos sobre o *impeachment*, 31 trataram de **golpe** e a palavra foi pronunciada 201 vezes; 6,4 vezes, em média, por proferimento. Para exemplificar, abaixo trechos de 18/12/2015, dois dias depois das manifestações populares em pelo menos 23 cidades contra o *impeachment* e a favor da saída do presidente da Câmara, Eduardo Cunha; e em 31/03/2016, dia em que a CE do *Impeachment* na CD ouviu os argumentos de defesa da presidente Dilma:

Então, quando eles insistem nisso, mesmo não havendo a caracterização do crime, o que querem fazer é um **golpe** (GRAZZIOTIN, 2015, p. 77, grifo nosso).

Seguido à senadora Vanessa Grazziotin, a senadora Gleisi Hoffmann foi a terceira que mais abordou o **objeto golpe** para defender a presidente Dilma. Dos 48 pronunciamentos, 23 abordaram o tema do **golpe** e a palavra foi pronunciada 117 vezes, em média cinco vezes por proferimento. Os trechos elencados para exemplificar a análise foram os falados em 25/08/2016, sessão final do julgamento da presidente Dilma; e em 01/08/2016, véspera da votação do relatório do senador Antônio Anastasia na CE do *Impeachment*.

Está nas mãos do Senado da República fortalecer a nossa democracia ou **golpeá-la**. (HOFFMANN, 2016, p. 13, grifo nosso).

Se o Senado da República votar o processo de *impeachment* vai dar um **golpe**, sim, na Constituição. É um **golpe** parlamentar. (HOFFMANN, 2016, p.5, grifo nosso).

Em relação ao número de pronunciamentos, a senadora Ângela Portela usou a palavra **golpe** em uma média de três momentos por manifestação. Dos 13 pronunciamentos tratando do *impeachment*, dez abordaram o tema do **golpe**, especificamente; e a palavra foi

pronunciada 29 vezes. Na sessão plenária de 25/08/2016, na qual iniciou-se o julgamento da presidente Dilma, a senadora pronunciou a palavra **golpe** seis vezes. Também foi destacado o trecho do pronunciamento de 28/04/2016, dia em que os denunciantes prestaram depoimento na CE do *Impeachment* no Senado:

Trata-se de um **golpe** parlamentar - não há outra palavra possível -, urdido a partir de uma trama entre os derrotados de 2014 e Parlamentares comprovadamente envolvidos em corrupção. (PORTELA, 2016, p. 46, grifo nosso).

A senadora Ana Amélia citou a palavra **golpe** 46 vezes, distribuídos em 12 dos 33 proferimentos que abordaram o *impeachment*, para refutar a formação discursiva das senadoras situadas no espectro ideológico de esquerda. Buscava constituir a sua identidade discursiva (*ethos*) por meio do antagonismo (CHARAUDEAU, 2017). Para exemplificar, foram elencados os trechos dos pronunciamentos de 09/12/15, dia seguinte à decisão do ministro Luiz Edson Fachin, do STF, de suspender todo o processo na Câmara dos Deputados a fim de elaborar um rito válido constitucionalmente; e de 29/03/2016, véspera da oitava dos denunciantes do processo na CE do *Impeachment* na CD:

Eu trago aqui essa renovação ao dizer: não, não sou **golpista** (LEMOS, 2015, p. 273, grifo nosso).

Chega dessa lenga-lenga, com essa conversa mole, com esse realejo, com esse samba de uma nota só do **golpe**. (LEMOS, 2016, p. 18, grifo nosso).

Essa formação discursiva também foi contraditada pela senadora de centro, Simone Tebet, em dois pronunciamentos em que usou a palavra **golpe** no período recortado. Semelhante à senadora Ana Amélia argumentou que o impedimento era um mecanismo democrático. Abaixo, trecho de sua manifestação na sessão plenária de 11/05/2016, na qual foi aprovado o parecer para investigar a presidente da República e, por consequência, afastá-la do cargo por 180 dias. Também, o recorte da fala na sessão plenária de 09/08/2016, que durou mais de 17 horas e aprovou o relatório que julgava procedente a denúncia, por crime de responsabilidade, contra a presidente Dilma Rousseff:

Impeachment é previsto na Constituição. E este, em especial, não é **golpe**. Ele é constitucional. Ele foi regido nos mais amplos princípios constitucionais da ampla defesa, do contraditório e do devido processo legal. (TEBET, 2016, p. 46, grifo nosso).

Somente Ana Amélia, de direita; e Simone Tebet, de centro, tomaram para si a tarefa de contestar abertamente as senadoras de esquerda. Rose de Freitas, fez a defesa apenas em um dos seus cinco pronunciamentos sobre o *impeachment* e de forma mais sutil. O tema de sua fala era seu descontentamento e as consequências advindas de nenhuma comissão estar funcionando na Câmara dos Deputados, até aquele mês de abril, devido à discussão do impedimento:

Eu já ouvi a opinião sobre a questão do impeachment, ouvi as correntes políticas e respeito aqueles que querem lutar, dizendo que **estamos atingindo a democracia**. O que atinge a democracia, o que insulta a Constituição é atitude como esta que nós estamos vendo (FREITAS, 2016, p.67, grifo nosso).

As outras parlamentares situadas no espectro ideológico à direita e centro não se prestaram a rejeitar o argumento de “golpe” em suas manifestações orais no plenário. Maria do Carmo Alves, Rose de Freitas, Kátia Abreu e Marta Suplicy sequer pronunciaram a palavra em suas exposições no período recortado. Por outro lado, dentre as senadoras de esquerda, Lúcia Vânia foi a única a refutar a tese de **golpe**. Pronunciou a palavra apenas uma vez, na última manifestação oral antes da votação derradeira do processo:

Tem-se repetido, com muita frequência, que está em curso um **golpe** parlamentar. [...] O que estamos discutindo aqui é se houve ou não um crime de responsabilidade pelo qual a Presidente deve ser definitivamente afastada de seu mandato. Isso não é golpe! (ABRÃO, 2016, p.41, grifo nosso).

A falta de assiduidade discursiva da maioria das parlamentares de direita e centro deixa tênue a possibilidade de apontar uma visão discursiva dessas senadoras. Ressalta-se que o presente estudo não se presta a emitir juízo de valor dos motivos dessa ausência. Kátia Abreu e Maria do Carmo Alves, até maio de 2016, exerciam cargos no Executivo federal e municipal, respectivamente; e Marta Suplicy e Rose de Freitas escolheram não abordar o tema, uma vez que dedicaram 10% e 20% do próprio tempo de fala, respectivamente, para tratar do assunto.

Recorrendo-se uma vez mais às ferramentas de Foucault (2015) para analisar os discursos a partir das regularidades da dispersão, em busca das unidades que se formam, se pode apontar a **crise econômica, social e política** como **objeto** dos pronunciamentos das senadoras favoráveis ao impedimento. Semelhante à formação discursiva de **golpe**, o **objeto** das parlamentares favoráveis ao impedimento também está diretamente relacionado à construção discursiva da imagem (*ethos*) da presidente Dilma, apresentada para a audiência, neste caso, como a pessoa que havia perdido o controle da governabilidade. No único pronunciamento que Maria do Carmo Alves fez, na sessão plenária de 11/05/2016, que julgou procedente investigar a presidente da República, o **objeto crise econômica** foi abordado:

A falta de governabilidade neste **momento de grave crise econômica** atingiu em cheio a classe trabalhadora brasileira, e hoje mais de 11 milhões de desempregados perambulam pelas ruas sem saber como voltar para casa sem o sustento de suas famílias (ALVES, 2016, p. 122, grifo nosso).

Também no único pronunciamento de Marta Suplicy sobre o impedimento, por coincidência na mesma sessão plenária de 11/05/2016, esta valeu-se do mesmo **objeto**,

conforme trecho abaixo. Cria o *logos* da gravidade da situação, argumentando que existe uma lógica para temer as crises provocadas pela condução irresponsável das finanças. E evoca os sentidos por meio de uma **lógica de equivalência** de esperança entre o impedimento e a superação de tais crises:

Isso é resultado de uma **gestão que comprometeu irresponsavelmente as finanças públicas**. Se, de um lado, temos uma **grave e profunda crise política e econômica**, é inegável que avança e cresce na população uma esperança: a esperança de podermos virar a página e de começarmos a recuperar o País (SUPLICY, 2016, p. 27, grifo nosso).

Além de enfatizar a crise na economia, Rose de Freitas também citou o **objeto crise política** como justificativa para apoiar o impedimento.

A **crise política** deste País, nós sabemos que ela **existe**. E ela é **responsável** também pela **paralisia da economia**. Esse é um fato concreto. Mas nós não podemos prolongar esse processo nem adiar para um futuro distante as medidas e os investimentos que permitam a retomada da nossa vida nacional (FREITAS, 2016, p. 67, grifo nosso).

Pode-se dizer que a formação discursiva das parlamentares favoráveis ao impedimento também se calcou na justificação de busca de uma saída para a crise, ao argumentarem que retirar a presidente da República do cargo poderia redundar na solução dos problemas econômicos, políticos e sociais vividos pela população. Por sua vez, as senadoras de esquerda se pronunciaram várias vezes para refutar esta formação discursiva e ratificar a delas, em uma disputa de argumentos, conforme recortado adiante.

Regina Sousa, assim como as demais senadoras da base aliada da presidente Dilma, em vários pronunciamentos, fez o contraponto à formação discursiva das senadoras de direita e centro, acusando os grupos opositores de conluio, comum em falas políticas, conforme Van Dijk (1997), para demover a presidente, como neste trecho proferido na sessão plenária na qual os advogados de acusação e defesa apresentaram as alegações finais e a matéria foi discutida.

Quero ainda desmontar o jargão que diz: "Nunca o Brasil viveu uma **crise** como esta". Em que país os senhores acusadores moravam de 1997 a 2002? Vou reavivar a memória de vocês (SOUSA, 2016, p.65, grifo nosso).

Vanessa Grazziotin buscou mostrar em suas falas que a crise econômica era mundial e que, portanto, não havia como responsabilizar a presidente. Argumentava que o impedimento se dava por questões políticas:

Além de problemas internos que tivemos em nosso País, **é uma crise que reflete a crise econômica internacional** que estourou nos Estados Unidos no ano de 2008.

Não se trata de uma crise brasileira, isoladamente (GRAZZIOTIN, 2016, p.15, grifo nosso).

Dentre as parlamentares contrárias ao impedimento, quem mais apresentou argumentos técnicos (*logos*) foi Gleisi Hoffmann. Entretanto, em várias falas buscou responsabilizar a oposição pelos problemas vividos, com ênfase no período em que o vice-presidente Michel Temer exerceu a presidência, com o afastamento de Dilma Rousseff, como no recorte a seguir.

Obviamente o Governo suspeito, ilegítimo e sem nenhuma credibilidade instalado atualmente no Brasil **só fez aprofundar a crise política nacional**, mergulhando o País na ingovernabilidade. (HOFFMANN, 2016, p. 23, grifo nosso).

Foucault (2015) diz que analisar as formações discursivas significa localizar os **objetos** de saber que surgem em seu “frescor de acontecimento”. Para o estudioso, quando se pode descrever a dispersão de enunciados e definir a regularidade de um mesmo **objeto**, se está diante de uma formação discursiva. Ensina Foucault que as regras de funcionamento de um discurso estão ligadas à sua respectiva formação discursiva. Convida a buscar entender que para além do que foi dito e daqueles que pronunciaram o que foi dito, importa compreender a que possibilidades ou impossibilidades enunciativas conduz o que foi dito (FOUCAULT, 2015, p. 158).

Convém retomar ainda algumas ideias apontadas anteriormente sobre os estudos feministas que destacam como os discursos políticos podem ser mobilizados para promover modelos mais inclusivos de representação política. Destacam-se, por exemplo as contribuições de Phillips (2001) e Young (2006). Apesar das diferenças de abordagens, ambas concordam que os sistemas representativos devem atuar para possibilitar que os grupos sub-representados sejam contemplados por meio de ações para promover a convergência entre as políticas de ideais, as políticas de presença e as políticas de diferença.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um dos objetivos da presente investigação foi identificar as principais formações discursivas no posicionamento das senadoras ao longo das discussões sobre o impedimento da presidente Dilma Rousseff. Seguindo o que Orlandi (2009) preconiza, procurou-se por trás da linearidade dos atos de fala, o modo como se organizavam os sentidos para descortinar as relações entre diferentes discursos.

Observou-se que a **formação discursiva** em torno da posição social secundária da mulher foi amplamente explorada pelas senadoras de esquerda, entretanto ignorada pela maioria das senadoras de centro e direita.

Somente duas senadoras favoráveis ao impedimento, uma de direita e outra de centro, abordaram o tema, salientando as donas-de-casa e suas responsabilidades em relação ao sustento da família, para evocar *possível empatia* nos ouvintes. As parlamentares de esquerda buscaram trazer para suas falas as mulheres que, de alguma maneira, obtiveram sucesso em seus empreendimentos, como outras políticas, atrizes, cantoras, professoras e poetas. Os aspectos de fragilidade das mulheres na sociedade foram usados pelas senadoras de esquerda para criticar a falta de medidas que pudessem solucionar os problemas sociais relacionados ao universo feminino, como estupro e violência doméstica.

Somente as senadoras de esquerda ponderaram que o impedimento era levado a cabo também porque a presidente era mulher. A **formação discursiva** exaustivamente explorada pelas senadoras de esquerda, *pari passu* à condição feminina da presidente, foi a de que o *impeachment* era um golpe parlamentar. A retórica de todas elas era de que um conluio da oposição não pretendia retirar apenas a pessoa Dilma Rousseff do poder e sim todo um projeto de governo implantado pela esquerda. E a maioria delas expressaram que se Dilma Rousseff fosse um homem, esta ou aquela medida não seria tomada pelos opositores.

A presente análise, ao delinear um panorama das formações discursivas das senadoras no processo do *impeachment*, destaca que embora as senadoras de esquerda tenham dedicado seus pronunciamentos para persuadir os senadores a votarem contra o impedimento não alcançaram seu objetivo.

REFERÊNCIAS

ABRÃO, Lúcia Vânia. [Pronunciamento de 28 abr. 2016]. **Diário do Senado Federal**: Brasília, DF, ano 71, n. 57, 29 abr. 2016a. Nome parlamentar: Lúcia Vânia. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/diarios/ver/20381>. Acesso em: 18 jul. 2020.

ACHARD, Pierre. Discours et sociologie du langage. **Langage et société** 37, no. 1 (1986): 5-60.

ACHARD, Pierre. Formation discursive, dialogisme et sociologie. **Langages**, v.29, n.117, p.82-95, 1995.

ALVES, Maria do Carmo do Nascimento. [Pronunciamento de 11 maio 2016]. **Diário do Senado Federal**: Brasília, DF, ano 71, n. 64, 12 maio 2016a. Nome parlamentar: Maria do

Carmo Alves. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/diarios/ver/20397>. Acesso em: 18 jul. 2020.

AMOSSY, Ruth. Argumentação e Análise do Discurso: perspectivas teóricas e recortes disciplinares. **Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, n. 1, p. 129-144, 2011.

BARROS, A. T.; BARBOSA, S. B. C. Respostas dos representantes políticos aos protestos de 2013: análise do discurso dos presidentes da República, do Senado e da Câmara dos Deputados. **Sociedade e Cultura**, v. 23, p. 1-48, 2020.

BARROS, A. T. O debate parlamentar sobre a Comissão Nacional da Verdade no Congresso Nacional brasileiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 35, p. 1-27, 2020.

BEZERRA, Maria de Fátima. [Pronunciamento de 25 ago. 2015]. **Diário do Senado Federal**: Brasília, DF, ano 70, n. 131, p. 477, 26 ago. 2015a. Nome parlamentar: Fátima Bezerra. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/diarios/ver/19749?sequencia=477>. Acesso em: 18 jul. 2020.

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018.

BOLOGNESI, Bruno. A cota eleitoral de gênero: política pública ou engenharia eleitoral? **Paraná Eleitoral**, Curitiba, v.1, n.2, 2012. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/pe/article/view/42736/25894>. Acesso em: 13 nov. 2019.

BURITY, Joanildo Albuquerque. Discurso, política e sujeito na teoria da hegemonia de Ernesto Laclau. In: MENDONÇA, Daniel; RODRIGUES, Leo Peixoto (org.). **Pós-estruturalismo e teoria do discurso**: em torno de Ernesto Laclau. 2. ed. Porto Alegre: Ed. EdUPUCRS, 2014, p. 35-51.

BURITY, J. A. Discurso, política e sujeito na teoria da hegemonia de Ernesto Laclau.

CARREIRÃO, Yan de Souza. Ideologia e partidos políticos: um estudo sobre coligações em Santa Catarina. **Opinião Pública**, v. 12, p. 136-163, 2006.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso político**. São Paulo: Contexto, 2017.

CODATO, Adriano; BERLATTO, Fábila; BOLOGNESI, Bruno. Tipologia dos políticos de direita no Brasil: uma classificação empírica. **Análise Social**, Lisboa, n.229, p. 870-897, 2018.

FAIRCLOUGH, Norman. **Analysing discourse**: textual analysis for social research. [S.l.]: Taylor & Francis e-Library, 2004.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. A ordem do discurso. 14. ed. São Paulo: edições Loyola, 2006a.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2006b.

FREITAS, Rosilda de. [Pronunciamento de 25 abr. 2016]. **Diário do Senado Federal**: Brasília, DF, ano 71, n. 54, p. 67, 26 abr. 2016a. Nome parlamentar: Rose de Freitas. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/diarios/ver/20378?sequencia=67>. Acesso em: 18 jul. 2020.

GRAZZIOTIN, Vanessa. [Pronunciamento de 03 dez. 2015]. **Diário do Senado Federal**: Brasília, DF, ano 70, n. 196, p. 27, 19 dez. 2015a. Nome parlamentar: Vanessa Grazziotin. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/diarios/ver/19942?sequencia=27>. Acesso em: 20 nov. 2020.

HOFFMANN, Gleisi Helena. [Pronunciamento de 14 dez. 2015]. **Diário do Senado Federal**: Brasília, DF, ano 71, n. 203, p. 107, 15 dez. 2015. Nome parlamentar: Gleisi Hoffmann. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/diarios/ver/19969?sequencia=107>. Acesso em: 18 jul. 2020.

IBGE. **Estatísticas de gênero**: indicadores sociais das mulheres no Brasil. Brasília: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2018. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551_informativo.pdf. Acesso em: 30 abr. 2019.

KRAUSE, Silvana; GODOI, Pedro Paulo Alves. Estratégias coligacionistas dos partidos de esquerda no Brasil: Uma análise das eleições para governadores (1986-2010). **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, v. 12, p. 262-297, 2020.

LEMOS, Ana Amélia. [Pronunciamento de 3 dez. 2015]. **Diário do Senado Federal**: Brasília, DF, ano 70, n. 196, p. 506, 4 dez. 2015a. Nome parlamentar: Ana Amélia. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/diarios/ver/19942?sequencia=506>. Acesso em: 18 jul. 2020.

MATOS, Marlise. Paradoxos da incompletude da cidadania política das mulheres novos horizontes para 2010? *In: Grupo de pesquisa Opinião Pública*. Belo Horizonte: UFMG, [2010].

MIGUEL, Luís Felipe. Capital político e carreira eleitoral: algumas variáveis na eleição para o Congresso Brasileiro. *Revista de Sociologia Política*, Curitiba, 20, p. 115-134, jun. 2003.

MOREIRA, Davi. Com a palavra os nobres deputados: ênfase temática dos discursos dos parlamentares brasileiros. *Dados*, v. 63, 2020.

MOREIRA, Davi Cordeiro. **Com a palavra os nobres deputados: frequência e ênfase temática dos discursos dos parlamentares brasileiros**. 2016. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

MORENO, Jorge Bastos. **Ascensão e queda de Dilma Rousseff**: tuítes sobre os bastidores do governo petista e o diário da crise que levou à sua ruína. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2017.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de discurso*: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 1999.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 2009.

PÊCHEUX M. L'inquiétude du discours. Textes de Michel Pêcheux présentés par Denise Maldidier, Paris: Editions des Cendres, 1990.

PHILLIPS, Anne. De uma política de ideias a uma política de presença? *Revista de Estudos Feministas*, v. 9, n. 1, p. 268-290, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n1/8615.pdf>. Acesso: 14 nov. 2019.

PORTELA, Ângela Maria Gomes. [Pronunciamento de 15 dez. 2015]. **Diário do Senado Federal**: Brasília, DF, ano 70, n. 204, p. 14, 16 dez. 2015a. Nome parlamentar: Ângela Portela. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/diarios/ver/19989?sequencia=14>. Acesso em: 18 jul. 2020.

RICE, John Steadman. Discursive formation, life stories, and the emergence of co-dependency. *The Sociological Quarterly*, v. 33, no. 3, p. 337-364, 1992.

RODRIGUES, L. P. e MENDONÇA, D. (Orgs.). Pós-estruturalismo e teoria do discurso: em torno de Ernesto Laclau. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008. p. 35-51.

SASSIER, Monique. Genre, registre, formation discursive et corpus. *Langage et société*, v. 2, n.124, 2008, p. 39-57.

SILVA, Luiz Rogério Lopes; SAMPAIO, Rafael Cardoso. Impeachment, Facebook e discurso de ódio: a incivildade e o desrespeito nas fanpages das senadoras da república. **Esferas**, Brasília, v. 1, n. 10, p.95-107, 2017.

SOUSA, Maria Regina. [Pronunciamento de 15 abr. 2016]. **Diário do Senado Federal**: Brasília, DF, ano 71, n. 49, p. 27, 16 abr. 2016a. Nome parlamentar: Regina Sousa. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/diarios/ver/20315?sequencia=27>. Acesso em: 18 jul. 2020.

SUPLICY, Marta Teresa. [Pronunciamento de 11 maio 2016]. **Diário do Senado Federal**: Brasília, DF, ano 71, n. 64, 12 maio 2016. Nome parlamentar: Marta Suplicy. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/diarios/ver/20397>. Acesso em: 18 jul. 2020.

TEBET, Simone Nassar. [Pronunciamento de 13 abr. 2016]. **Diário do Senado Federal**: Brasília, DF, ano 71, n. 47, p. 34, 14 abr. 2016a. Nome parlamentar: Simone Tebet. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/diarios/ver/20358?sequencia=34>. Acesso em: 18 jul. 2020.

VAN DIJK, T. A. What is political discourse analysis? **Belgian Journal of Linguistics**, [S.l.], v.11, n. 1, p.11-52, 1997.

YOUNG, Iris Marion. Representação política, identidade e minorias. **Lua Nova**, São Paulo, n.67, p.139-190, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n67/a06n67.pdf/>. Acesso em: 15 nov. 2019.

TRABAJADORES DE SALUD Y PRECARIEDAD LABORAL EN TIEMPOS DE PANDEMIA: LOS CASOS DE BRASIL Y PERÚ

Jhomelin Milagros Flores Bordais¹

DOI: 10.29327/2282886.7.1-5

RESUMEN: El acontecimiento global de la pandemia por Covid-19 obligó a gran parte de la población a adoptar medidas de confinamiento y distanciamiento social con el objetivo de frenar la propagación y avance del virus. Sin embargo, no todos tuvieron el privilegio de paralizar sus actividades; trabajadores como los del sector salud, alimentación y los de actividades esenciales continuaron laborando y prestando servicios en medio de la emergencia sanitaria por el nuevo coronavirus. En ese contexto, la llegada de la pandemia trajo consigo desafíos que contribuyeron al deterioro del sistema sanitario y al agravamiento de las precarias condiciones laborales de los profesionales de la salud. El presente trabajo se trata de un ensayo empírico de naturaleza cualitativa el cuál será abordado por medio de los instrumentos metodológicos de la investigación bibliográfica y documental. El objetivo del ensayo se centra en describir y analizar el contexto de la situación laboral de los trabajadores de salud de Brasil y de Perú en tiempos de pandemia por Covid-19. Para ello, se aborda la situación de la pandemia y se analiza las dimensiones de la precarización del trabajo de los profesionales de la salud en medio de la crisis sanitaria. Se fundamenta que, con la llegada de la pandemia las precarias condiciones laborales de los trabajadores de la salud se agravaron. Ello, específicamente, por la deficiente infraestructura en donde desarrollan sus actividades, por el desabastecimiento de equipos de protección individual (EPIs) y, sobre todo, por la ausencia de medidas que protejan su salud y su integridad. En consecuencia, se puede evidenciar que dichos trabajadores encaran, hoy en día, el abandono del sector sanitario por lo que se sugiere mejora de las políticas laborales que fortalezcan el derecho de los trabajadores sanitarios a un ambiente seguro de trabajo.

Palabras clave: Covid-19; trabajo precario; sector sanitario; Perú; Brasil.

TRABALHADORES DA SAÚDE E TRABALHO PRECÁRIO EM TEMPOS DE PANDEMIA: OS CASOS DO BRASIL E DO PERU

RESUMO: O acontecimento global da pandemia de Covid-19 obrigou uma grande parte da população a adotar medidas de confinamento e de distanciamento social para travar a propagação e o avanço do vírus. No entanto, nem todos tiveram o privilégio de paralisar as suas atividades; os trabalhadores do setor da saúde, da alimentação e das atividades essenciais continuaram a trabalhar e a prestar serviços no meio da emergência sanitária causada pelo novo coronavírus. Neste contexto, a chegada da pandemia trouxe consigo desafios que contribuíram para a deterioração do sistema de saúde e para o agravamento das precárias condições de trabalho dos profissionais de saúde. O presente trabalho é um ensaio empírico de natureza qualitativa que será abordado através dos instrumentos metodológicos da pesquisa bibliográfica e documental. O objetivo do ensaio se concentra em descrever e analisar o contexto da situação de emprego dos profissionais de saúde do Brasil e do Peru em tempos de pandemia por Covid-19. Para o efeito, aborda-se a situação da pandemia e analisam-se as dimensões da precariedade do trabalho dos profissionais de saúde em plena crise sanitária. Argumenta-se que, com a chegada da pandemia, as condições precárias de trabalho dos profissionais de saúde se agravaram. Isso se deve, especificamente, à infraestrutura deficiente em que exercem suas atividades, à falta de equipamentos de proteção individual (EPIs) e, sobretudo, à ausência de medidas de proteção à sua saúde e integridade. Assim, é evidente o abandono a que estes trabalhadores estão atualmente sujeitos por parte do setor da saúde, pelo que se sugere a melhoria das políticas laborais no sentido de reforçar o direito dos trabalhadores da saúde a um ambiente de trabalho seguro.

¹ Doutoranda em Políticas Públicas na Universidade Federal do ABC. Lattes iD: <https://lattes.cnpq.br/3642685342747786>. Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0001-5810-4214>.

Palavras-chave: Covid-19; trabalho precário; setor saúde; Peru; Brasil.

HEALTH WORKERS AND PRECARIOUS WORK IN TIMES OF PANDEMIC: THE CASES OF BRAZIL AND PERU

ABSTRACT: The global event of the COVID-19 pandemic forced a large part of the population to adopt measures of confinement and social distancing in order to stop the spread and advance of the virus. However, not everyone had the privilege of paralyzing their activities; workers in the health, food and essential activities sectors continued to work and provide services in the midst of the health emergency caused by the new coronavirus. In this context, the arrival of the pandemic brought with it challenges that contributed to the deterioration of the health system and the worsening of the precarious working conditions of health professionals. The present work is an empirical essay of qualitative nature which will be approached by means of the methodological instruments of bibliographic and documentary research. The objective of the essay focuses on describing and analyzing the context of the labor situation of health workers in Brazil and Peru in times of COVID-19 pandemic. To this end, the situation of the pandemic is addressed and the dimensions of the precariousness of the work of health professionals in the midst of the health crisis are analyzed. It is argued that, with the arrival of the pandemic, the precarious working conditions of health workers worsened. This, specifically, due to the deficient infrastructure in which they carry out their activities, the shortage of personal protective equipment (PPE) and, above all, the absence of measures to protect their health and integrity. Consequently, it is evident that these workers are currently facing the abandonment of the health sector, so it is suggested to improve labor policies that strengthen the right of health workers to a safe working environment.

Keywords: COVID-19; precarious work; health sector; Peru; Brazil.

Introducción

En las sociedades capitalistas, el trabajo constituye la única forma de garantizar las condiciones de existencia para la mayor parte de la población mundial, constituye el fundamento de integración a las relaciones sociales más generales. Sin embargo, las condiciones en que se lleva a cabo tal actividad vienen sufriendo una degradación constante, principalmente desde la crisis de los años 70'. Antes de dicho periodo, las luchas obreras y la instalación de variantes de los llamados Estados de Bienestar, habían ampliado la seguridad social y regulado los términos en que se ejercía ese trabajo, pues el poder negociación de los trabajadores a partir de sus órganos de clase era mayor. Con la reestructuración productiva y la instauración del neoliberalismo en la mayor parte del mundo, se ha desregulado y flexibilizado las relaciones laborales para incrementar la acumulación global de capital. La constitución de una sociedad de consumo globalizada ha tendido a la mercantilización de las todas las esferas y relaciones sociales, donde aquello que parecía un derecho aparece como un costo para las empresas. La acelerada competencia por mercados y el empuje hacia la productividad impulsa una permanente destrucción de las conquistas laborales y de las condiciones en que se ejerce el trabajo.

La degradación de las condiciones de trabajo, su desregularización y, sobre todo, el incremento de los niveles de explotación ha conducido al uso de la categoría *precariedad* o *precarización* para caracterizar el proceso de destrucción de la fuerza de trabajo humana (ANTUNES, 2000) que no constituye una característica localizada sino, más bien global. Convirtiéndose trabajo precarizado en el eje de la acumulación flexible. La precarización del trabajo incluye las características y las condiciones en que se desarrolla el trabajo, desde las jurídicas como los contratos y el tipo de vinculación que se crea entre empleado y empleador, el ámbito mismo en que se ejerce el trabajo, referente a la salubridad del lugar y los materiales de protección, la falta de protección estatal, las presiones subjetivas a las que se someten los trabajadores, etc.

Las condiciones de precariedad permiten para Braga (2017) la referencia a un *precarizado* como aquella población trabajadora caracterizada por la amenaza permanente entre explotación económica y expropiación de sus derechos. No obstante, como sugiere Castel (2001), la precarización del trabajo es un fenómeno que se profundiza y expande sobre las relaciones sociales generales, lo que implicaría pensarlo como un proceso que constituye

Revista Espirales, Foz do Iguaçu, UNILA, ISSN 2594-9721 (eletrônico), v. 7, n. 1, 2023, p. 94-111

el origen de una *precarización social* más amplia. De hecho, la tendencia de degradación social general cuyo origen está el incremento de la explotación capitalista, fueron fijadas jurídicamente por las constituciones neoliberales en todo el mundo, garantizando la protección legal del capital ante crisis inmanentes por medio del ataque y rebajamiento de las condiciones en que se lleva a cabo la actividad laboral. La embestida contra las conquistas laborales y la seguridad social se hizo más patente y constante en la década de los años noventa, convirtiéndose en el principal sostén de las crisis estructurales y las políticas de austeridad en las empresas y el Estado. También, la privatización general de empresas y servicios básicos, como sugiere Demaziere (2009), la precarización se fue institucionalizando y generando rupturas en la estabilidad y seguridad del trabajo; se desplegaron múltiples formas de responsabilizar al trabajador por el proceso mismo de trabajo, así como de desligar a los empleadores sobre las consecuencias de tales actividades a través de tercerizaciones y falta de contratos.

De acuerdo con Alves (2007), la historia reciente muestra la precarización del trabajo en una dinámica más intensa, como “dimensión de la reestructuración productiva”. A partir de la mitad de 1970, el capitalismo mundial entra en una nueva dinámica como respuesta al colapso de su crisis estructural. Desde el punto de vista económico, hubo una caída en la tasa de intereses, evidenciando así los mecanismos obsoletos de la articulación taylorismo/fordismo/keynesianismo asumidos para el control de la tendencia decreciente. Desde el punto de vista político, como reflejo de la tasa de intereses, se extingue el modelo de Bienestar y el Estado se dedica de forma exclusiva a su función económica, revalidando su condición de garante para el gran capital (MÉSZÁROS, 2009).

Los efectos de esa dinámica son representativos en lo que concierne a la flexibilización del proceso de acumulación capitalista, en donde se desarrolla la idea del trabajador calificado y dependiente de las necesidades del mercado. La promesa de ascenso económico, por parte del emprendedurismo, se enfrenta a la falacia de la modernidad que incita la subjetividad del trabajador, quien tendrá que trabajar más, sin derechos laborales, sin condiciones salariales mínimas y sin protección social (SOUZA, 2021). Tales dimensiones se consiguen corroborar con lo ocurrido durante el primer año de la pandemia por SARS-CoV-2, lo que representó el momento más intenso de la pandemia resultando en el colapso de diversos sistemas sanitarios.

Para Chadarevian y Bueno (2021), no es la primera vez que una pandemia impacta de forma desproporcional a las poblaciones vulnerables del continente. En la historia ya han sucedido diversos brotes como el de la meningitis, el cólera, el dengue, entre otros. Sin embargo:

A particularidade da praga atual, ao se tornar pandêmica, e pressionar de forma nunca imaginada a rentabilidade do capital, é a sua capacidade de desnudar as relações sociais contraditórias, ocultadas em tempos normais pelas benesses que o sistema econômico consumava propiciar e propagandear. Dentre estas poderíamos lembrar: a desigualdade no isolamento social (elites a beneficiar-se de ‘home office’ em confortáveis condomínios, em contraste com a realidade difícil dos lares densamente ocupados, e escassamente equipados, das famílias pobres), o sexismo agudizado (ao sobrecarregar mulheres, levando muitas a abandonar o trabalho para cuidar de seus filhos), o recrudescimento do contraste centro-periferia (países ricos, donos da tecnologia das vacinas, privilegiam a sua população em detrimento dos demais), o fosso que separa o acesso à saúde de qualidade... (CHADAVERIAN y BUENO, 2021, p. 6).

A partir del 2020, año de notificación oficial de la enfermedad causada por el nuevo coronavirus, la pandemia marcó una etapa histórica en el mundo laboral. La precarización del trabajo, que venía configurándose desde hace tiempo, determinó una serie de dificultades para el combate a la pandemia y la pandemia, a su vez, acrecentó la precarización. Fue el caso de los trabajadores de salud, quienes vieron un agravio en sus condiciones laborales que los colocó en alto riesgo de contagio del nuevo coronavirus que, en ocasiones tuvieron consecuencias fatales.

El presente trabajo pretende realizar un análisis general de las condiciones laborales de los trabajadores de salud y de las principales características que enmarcan la precariedad del trabajo, haciendo una revisión de algunas experiencias sucedidas en el sector sanitario brasileño y peruano. Así, comenzaremos abordando el contexto de la pandemia por Covid-19 para entender el impacto de la enfermedad en números; enseguida, analizaremos la precarización del trabajo en tiempos de pandemia para posteriormente describir la situación de los trabajadores de salud en medio de la crisis sanitaria; y, finalmente, presentaremos nuestras principales conclusiones.

1. Contexto de la pandemia por COVID-19

A finales del 2019, la OMS recibió la alerta sanitaria de un extraño aumento de casos de neumonía en la ciudad de Wuhan, China. Se trataba de una cepa desconocida, nunca antes

reportada en seres humanos. Tiempo después, se reportó el hallazgo de un nuevo tipo de coronavirus que se había empezado a diseminar. Para intentar frenar el avance de la nueva cepa del virus, el 30 de enero del 2020 se declaró el brote de la enfermedad como una Emergencia de Salud Pública de Importancia Internacional (ESPII), estableciendo así el nivel más alto de alerta de la OMS, Dicha decisión buscó priorizar la coordinación, cooperación y la solidaridad global para interrumpir la propagación del virus (OMS, 2020). La Organización Panamericana de la Salud (OPAS), considera a la ESPII como “un evento extraordinario que puede constituir un riesgo de salud pública para otros países debido a la diseminación internacional de enfermedades; y potencialmente requiere una respuesta internacional coordinada e inmediata” (OPAS, 2020).

Posteriormente, el 11 de marzo del 2020, el Director General de la OMS, Dr, Tedros Adhanom Ghebreyesus, declaró al Covid-19 como una enfermedad causada por el nuevo coronavirus SARS-CoV-2. En su intervención, el Dr. Tedros indicó que el número de casos de Covid-19 fuera de China se había multiplicado por 13 y que el número de países afectados se había triplicado. Por ello, la OMS declaró al Covid-19 como una pandemia con el objetivo de mitigar el impacto del nuevo coronavirus (OMS,2020). Al momento de la declaración se habían notificado 118.000 casos en 114 países y 4291 personas habían perdido la vida.

Durante el 2020, según datos de la OPAS, fueron confirmados 38.394.169 casos de Covid-19 en el mundo y 1.089.047 defunciones. En ese mismo periodo, en la Región de las Américas fueron confirmados 11.935.143 casos de personas infectadas por el nuevo coronavirus (OPAS, 2020). Según datos de la *Johns Hopkins University* (2020), durante el primer año de la pandemia, Brasil presentó 5.169.386 casos de COVID-19 y 152.460 defunciones, siendo el país con más casos en América Latina y a nivel global solo fue superado por la India y por los Estados Unidos. En el mismo año, Perú se consolidaba como el segundo país con más casos en América Latina, contabilizando 859.740 casos y 33.577 fallecidos.

La rápida diseminación del COVID-19 entre países y comunidades fue consecuencia de la alta capacidad de transmisión viral y de la inexistencia de medidas preventivas (vacunas) y tratamientos frente a la nueva enfermedad. Como toda enfermedad infecciosa, el grado de transmisión y contagio del COVID-19 puede ser potencializado por los determinantes sociales

de la salud como el hacinamiento, aglomeración, pobreza, desigualdad social, desigualdad socioeconómica, precarización laboral, entre otros.

2. Precarización del trabajo en tiempos de pandemia

Una de las principales repercusiones de la pandemia en el mundo del trabajo tiene que ver con la cuestión de las condiciones laborales. Tras la implementación de medidas iniciales para enfrentar el avance del virus, como el confinamiento y la distancia social, diversos países establecieron el cierre de varios de sus sectores económicos con el objetivo de mantener a las personas, preventivamente, aisladas en sus casas. Frente a la necesidad de que algunos sectores debían seguir trabajando fue inevitable la implementación del teletrabajo, trabajo remoto o también llamado *home office*, generalmente, realizado desde la casa del trabajador. Esta modalidad de trabajo se desarrolló inicialmente en los Estados Unidos, país en donde su práctica creció exponencialmente, creándose la necesidad de establecer normas y protocolos especiales para regular el trabajo a distancia.

Durante el primer año de la pandemia, el Pleno del Congreso peruano, aprobó una ley que regulaba el teletrabajo, Proyecto de Ley 5408/2020-CR, a fin de impulsar el uso de esta modalidad laboral en el contexto de la pandemia por Covid-19. Dicha Ley buscó promover políticas que garanticen la implementación progresiva del teletrabajo tanto en el sector público como privado. Además, versaba que las instituciones privadas debían asumir los costos del servicio de sus teletrabajadores. La norma dispone que el teletrabajo debe ejecutarse de acuerdo a diversas modalidades que pueden ser de forma temporal o permanente, de manera total o parcial, dentro del territorio nacional o fuera de este. Así también, indica que el trabajador tiene los mismos derechos y obligaciones que los establecidos para los trabajadores que laboran bajo la modalidad convencional. (PERÚ, 2021).

En el caso brasileño, antes de la pandemia ya existía una ley que regulaba el teletrabajo, se trata de la Ley nº 13.467/2017 que fue creada bajo el discurso de modernización del trabajo o mejor conocida como “*Reforma Trabalhista*”. En tal ley, el art. 75-B define al teletrabajo como “*a prestação de serviços preponderantemente fora das dependências do empregador, com a utilização de tecnologias de informação e de*

comunicação que, por sua natureza, não se constituam como trabalho externo” (BRASIL, 2017). Respecto a la adquisición de equipos y la adecuación de la infraestructura necesaria para el trabajo, el caput del art. 75-D de la CLT (*Consolidação das Leis do Trabalho*) dispone que los gastos de adquisición o mantenimiento de los equipos tecnológicos y de la infraestructura necesaria para el trabajo serán de responsabilidad del empleador (BRASIL, 2017). Así, durante la pandemia, amparados en la presente ley y con el fin de controlar el avance del virus, se dio un aumento significativo de alteraciones de contratos de trabajo, que produjo migración del trabajo presencial hacia el trabajo remoto.

Sin embargo, la adopción de la estrategia de trabajo remoto en el contexto pandémico no mostró muchos resultados alentadores, por el contrario, evidenció diversas dificultades en medio de un frágil contexto psicoemocional pandémico, con individuos trabajando desde casa sin la adecuada estructura laboral y con horarios de trabajo extendidos, lo que configuró la precarización del trabajo en tiempos de pandemia con visibles efectos negativos:

Uma delas, a falta do convívio entre os colegas, o que proporciona a troca de ideias e experiências e acaba contribuindo no trabalho, agregando no todo as ideias de cada um. Um dos aspectos mais complexos do autoisolamento ou do trabalho remoto é administrar a solidão, que já é um problema cada vez maior entre os trabalhadores. A solidão é ruim para a mente e para o corpo, aumentando o risco de pressão alta, obesidade e alterações emocionais, como ansiedade ou depressão [...]. Há, ainda, a deficiência nos equipamentos e na capacidade da internet, que dificilmente é igual à estrutura oferecida nas empresas [...] Outra desvantagem é a sobrecarga nos ombros das mulheres. Com os filhos em casa, sem aulas, e sem a possibilidade de pedir ajuda aos avós – crianças [podem ser] assintomáticas e podem transmitir o vírus para adultos e os mais velhos –, sobra para as mães a maior parte das tarefas (ASSIS, 2020, p. 212-213).

Así como con el trabajo remoto, la pandemia impactó en los diversos sectores laborales, generando problemas que extrapolaban las fronteras del proceso salud-enfermedad y dejó en evidencia elementos propios de la precarización del trabajo:

Em sua lógica destrutiva, o capital não reconhece nenhuma barreira para a precarização do trabalho. A exploração sem limites da força de trabalho é em si expressão das contradições estruturais de dada forma de sociabilidade que, ao mesmo tempo em que não pode prescindir do trabalho vivo para sua reprodução, necessita explorá-lo ao extremo, impondo-lhe o sentido mais profundo de sua mercantilização: a abreviação de seu tempo de uso como resultado do aprofundamento, pelo adoecimento, de sua característica de mercadoria de alta descartabilidade (ANTUNES; PRAUN, 2015, p. 423).

En la misma relación, Antunes (2019), señala que el capitalismo traspasa al trabajador los costos de mantenimiento de los medios de trabajo y de la protección de su salud, como la compra individual de los EPIs, para prevenir el contagio durante la pandemia. En ese sentido, la precarización del trabajo se presenta, por un lado, como una dimensión de reestructuración productiva, y por otro, como poseedora de sus propias dimensiones. Para Franco, Druck e Seligmann-Silva (2010), esas dimensiones son: vínculos de trabajo y relaciones contractuales; organización y condiciones de trabajo; precarización de la salud de los trabajadores; fragilización del reconocimiento social, de la valorización simbólica y del proceso de construcciones de las identidades individual y colectiva; y representación y organización colectiva.

3. Trabajadores de salud y COVID-19

El impacto de la pandemia en el mundo del trabajo, llevó a la Organización Internacional del Trabajo (OIT, 2020a) a establecer una clasificación del empleo que fue dividido en cinco categorías de riesgo sectorial: alto, medio-alto, medio-bajo, bajo-medio y bajo. De acuerdo con tal clasificación, el primer grupo lo conforman los sectores gravemente afectados y que han visto significantes caídas en sus niveles de producción; algunos que lo conforman son los servicios de alojamiento y de comida, los comerciantes con abastecimiento al por mayor y menor, etc. El otro extremo del grupo es la categoría de bajo riesgo, que según la OIT es la categoría que ha mantenido e incrementado sus niveles de actividad; aquí se encuentra la administración pública y los servicios de educación y salud. De forma particular y especial, el sector salud vio el aumento significativo de sus niveles de actividad por representar la línea de frente de combate a la pandemia. Tal es así que “han estado enfrentando no solo demandas por jornadas laborales más extensas y extraordinarias, sino también importantes riesgos de contraer la enfermedad de la Covid-19 en su lugar de trabajo (OIT, 2020b, p. 14)”.

En el mundo, los diversos sistemas sanitarios se han visto colapsados por el masivo aumento de casos, por las altas demandas de camas de Unidad de Cuidado Intensivo (UCI), por el desabastecimiento de EPIs y diversos insumos hospitalarios. Formándose, así, un contexto de enorme dificultad para los trabajadores, especialmente en los hospitales

acondicionados y dedicados a la atención especial de los diversos casos de COVID-19. El cuadro 1, muestra que los profesionales de salud poseen mayor riesgo de enfermarse y morir por COVID-19, paradójicamente, aquellos que son responsables por estar en la primera línea de combate al virus, cuidando de las personas infectadas.

Cuadro 1 – Profesionales con alta exposición al contagio de coronavirus en América Latina

Profissão/ Categoria ocupacional	Óbitos na AL	% do Total Global	Fonte/Data
Enfermeiras	1.131	40%	International Council of Nurses (dez-2020)
Profissionais da saúde em geral	2.849	41%	Anistia Internacional (ago-2020)
Jornalistas	303	50%	Press Emblem Campaign (fev-2020)
TOTAL GERAL	659.486	26%	Organização Mundial da Saúde (fev-2021)

Fuente: Chadaverian y Bueno, 2022, p.60.

En América Latina, Brasil fue el país que presentó el mayor número de enfermeros muertos por Covid-19 durante el primer año de la pandemia. Según el *Conselho Federal de Enfermagem* (COFEN, 2020), 776 enfermeros perdieron la vida frente al coronavirus. Por cuenta de eso, diversos órganos oficiales brasileños lanzaron recomendaciones necesarias a ser adoptadas durante la pandemia. En una nota técnica el *Conselho Nacional de Saúde* (CNS) de Brasil, recomienda algunas medidas:

[...] acesso aos documentos e ao treinamento adequado nas normas vigentes de manejo e tratamento dos casos de contágio pelo SARS-CoV-2 e adoecimento pela Covid-19; [...] ter assegurados os seus direitos, papéis e responsabilidades no manejo das situações derivadas da pandemia, incluindo as medidas de segurança e saúde no trabalho; [...] medidas de prevenção e controle que devem ser adotadas durante a assistência aos casos suspeitos ou confirmados de infecção pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2) [...] com práticas que são eficazes e reduzem a propagação de vírus respiratórios, como: a lavagem frequente das mãos [...]; o isolamento em enfermarias hospitalares ou em casa, que pode ser implementada [sic]; o uso de máscaras, luvas e jalecos, que também podem ser implementadas [sic] rapidamente; [...] assegurar Equipamentos de Proteção Individual (EPI) adequados ao risco em cada modalidade de serviço de saúde e reprogramar ações e o ambiente físico; [...] garantir triagem, reconhecimento precoce e isolamento de pacientes com suspeita de infecção por SARS-CoV-2; [...] implementar controles administrativos para a

previsão de suprimento adequado de insumos, distribuição suficiente de espaços e higienização de superfícies e equipamentos e treinamento adequado dos trabalhadores; implementar medidas de controles ambientais e de engenharia, para garantir a ventilação adequada em todas as áreas do estabelecimento de saúde, bem como a limpeza ambiental adequada (BRASIL, 2020).

Como se puede observar, dichas medidas destacan la protección individual y organizacional para evitar el contacto con el virus. En varias partes de la citación se destaca el derecho a un ambiente laboral seguro para evitar el contagio, derecho que durante la pandemia estuvo fragilizado por la deficiente infraestructura de los espacios sanitarios que se vieron colapsados producto de la excesiva cantidad de casos. Por ello, es necesario señalar que la pandemia no solo ocasionó víctimas mortales sino también generó serios problemas que afectaron la salud mental del trabajador hospitalario quienes tenían el constante miedo a infectarse, el miedo de trasladar el virus a familiares y el miedo a morir por causa de la enfermedad. Por ello, el CNS brasileño publicó diversas recomendaciones con el objetivo de mejorar el bienestar psicoemocional de los trabajadores y que debían ser abordados teniendo en cuenta el impacto de la pandemia:

[...] a) em termos de volume de trabalho; b) em termos do estigma e da segregação que a doença produz nas pessoas adoecidas e em quem presta cuidados; c) em relação aos imaginários que são mobilizados por notícias sobre o avanço da pandemia e por notícias falsas disseminadas por diferentes fontes; d) em relação à interferência que a pandemia produz na vida familiar e social dos trabalhadores; e) em relação às consequências do distanciamento social e isolamento dos trabalhadores, bem como com as perdas de pessoas próximas e familiares que também acontecerão com os trabalhadores da saúde; f) em relação às incertezas que o momento atual produz em quem lida com decisões clínicas mediadas por conhecimentos que mudam muito rapidamente e por *fake news* que espalham boatos e geram insegurança e violência interpessoal; entre outros aspectos (BRASIL, 2020).

En el caso de Perú, respecto a los profesionales de primera línea, las víctimas por el nuevo coronavirus superaron el centenar de muertes. Según el Colegio Médico del Perú (CMP, 2021), después de Brasil, Perú es el país con más médicos fallecidos en América Latina. A nivel nacional, el reporte del CMP indica que, durante el primer año de la pandemia, 400 médicos perdieron la vida batallando contra el Covid-19. Hasta finales del 2021, Perú registró 13.073 médicos contagiados, de los cuales 60 de ellos se encontraban luchando por su vida en UCI (Figura 1).

Figura 1 – Cantidad de profesionales médicos contagiados



Fuente: Colegio Médico del Perú, 2021.

Por su parte, el Colegio de Enfermeras del Perú (CEP) indica que, desde el inicio de la pandemia hasta finales del 2020, se han reportado 7.780 enfermeras contagiadas con Covid-19 y 140 han fallecido. Ya para el 2021, el acumulado de víctimas mortales por coronavirus fue de 193 y en ese mismo tiempo 40 enfermeras permanecían internadas en las áreas de UCI en diversos hospitales del país (GESTIÓN, 2021).

Respecto a las condiciones laborales, el CNS brasileño indicó que diversas pesquisas mostraron las condiciones precarias en que los trabajadores de la salud actúan frente a la pandemia, siendo este panorama similar en la mayoría de sistemas sanitarios de América Latina. Los datos muestran que la situación caótica de Brasil, en medio a las negligencias gubernamentales agravadas por la pandemia, están trayendo muchos problemas a los profesionales de la línea de frente contra el Covid-19. “Las evidencias muestran que los trabajadores de la salud presentan desgaste físico y emocional, insomnio, deseo de suicidio, entre otras características fruto de la precarización del trabajo de esos profesionales en medio de la pandemia” (BRASIL, 2021).

Una pesquisa de la Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), titulada “*Condições de Trabalho dos trabalhadores da Saúde no contexto da Pandemia da Covid-19*” mostró que la media de muerte de trabajadores de salud por COVID-19, desde el comienzo de la pandemia fue de un profesional por día. Así también, la pesquisa muestra que hubo un aumento de contratos informales; sobrecarga de horas de trabajo que llega a 12 horas por día, siendo que

Revista Espirales, Foz do Iguaçu, UNILA, ISSN 2594-9721 (eletrônico), v. 7, n. 1, 2023, p. 94-111

la OMS recomienda una jornada máxima de 30 horas semanales para evitar errores y desgaste físico-metal; y, pérdida del derecho a vacaciones (BRASIL, 2021).

Un reportaje elaborado por *A Cidade ON*, muestra una entrevista realizada a la médica intensivista, Maria Martins, jefa de la UCI COVID del Hospital das Clínicas de Ribeirão, mayor centro de tratamiento de la región. En la entrevista la médica cuenta detalles de como viene siendo la rutina de los profesionales de salud en la atención de pacientes con Covid-19. Martins, indicó que el contexto que atravesaban los profesionales de salud, sobretudo al inicio de la pandemia, fue un contexto de “guerra” contra la pandemia, con personal de salud limitado para la alta demanda de atención a pacientes, principalmente pacientes en estado grave:

O paciente com Covid é de uma gravidade fora dos parâmetros vistos até hoje por nós intensivistas. É humanamente impossível dividir os profissionais em mais leitos. A gente já está sobrecarregado. O que a gente tem feito atualmente é adequar com profissionais que não são especialistas. A grande parte dos nossos leitos no CTI, talvez até mais da metade, é cuidado por profissionais não especialistas. [...] Não adianta mais leitos se não tem profissionais qualificados, se tenho equipes sem férias há mais de 1 ano, esgotados (MARTINS, 2021).

Al igual que el caso brasileño, el personal sanitario peruano enfrentó condiciones extremas de trabajo. El CMP indica que en el Perú hay casi 14 médicos por cada 10 mil habitantes, lo que impide una atención de calidad al paciente y lo que genera agotamiento en el personal médico. El MINSA peruano reportó el panorama preocupante de la falta de profesionales especialistas para cubrir la demanda del contexto pandémico. Al respecto, el decano del CMP, Juan Astuvilca, señaló que aparte del déficit de personal especializado para las atenciones, también se evidenció infraestructuras inadecuadas y pobres condiciones laborales que tienen como consecuencias: bajo rendimiento, cansancio y depresión en los profesionales de salud (CMP, 2021).

Además de las condiciones ya descritas, durante la crisis sanitaria fueron notificados diversos despidos arbitrarios de profesionales de la primera línea. Es el caso de las enfermeras, según la década del CEP, Liliana La Rosa, hasta el final del primer año de la pandemia despidieron a más de 5 mil enfermeras especializadas por el cierre abrupto de hospitales de campaña del MINSA, por el cese de contratos en ESSALUD y en los diversos gobiernos regionales. Así también, refirió que muchas enfermeras sufrieron la disminución de sus salarios de hasta un 50%. Dichas acciones fueron calificadas como medidas negligentes

por suceder en un contexto de pandemia y cuando la demanda aún es grande para enfrentar la crisis sanitaria. Por ello, La Rosa, indicó:

Hemos planteado la prioridad del primer nivel de atención, la reforma laboral para enfermería, y para el conjunto del sistema sanitario, porque no se puede enfrentar el virus sin seguro de salud. No se puede enfrentar el virus y poner en riesgo la vida de nuestras colegas sin atender las urgencias históricas que han sido desatendidas en el sistema sanitario (LA ROSA, 2021).

Las condiciones descritas hasta aquí se enmarcan en las dimensiones del trabajo precario que se agravaron más con la situación de la pandemia por COVID-19 y que dejaron al descubierto la fragilidad del sistema laboral en el ámbito sanitario. En el caso específico peruano, la salud fue resaltado por el gobierno como un eje pendiente y urgente a ser resuelto como pauta de celebración del Bicentenario de su independencia.

Conclusiones

Creemos que la precarización del trabajo encontró en la pandemia un caldo de cultivo en donde logró desarrollarse agravando las condiciones laborales de los trabajadores, en todas sus dimensiones. Para mencionar, los vínculos de trabajo y las relaciones contractuales se han visto deteriorados por la ausencia de medidas gubernamentales; la organización y condiciones de trabajo han empeorado por falta de infraestructura adecuada; y, la precarización de la salud física y mental de los trabajadores se ha hecho evidente ante la falta de medidas de protección sanitaria que prevengan la exposición al virus y la letalidad de los casos.

Observado el caso de los trabajadores de la salud, específicamente de aquellos que conformaron la primera línea de combate a la crisis sanitaria por Covid-19, se hace urgente y necesaria el fortalecimiento de los derechos laborales que garanticen condiciones decentes de trabajo como parte de las medidas protectoras para disminuir los contagios y la transmisión de enfermedades por vectores. Por ello, el verdadero cambio, con miras a mejorar las condiciones laborales dentro del sistema sanitario, debe orientarse a la implementación de políticas adecuadas que velen por la salud y seguridad de los trabajadores; que permitan la capacitación y especialización de los profesionales de salud; que garanticen una infraestructura adecuada y el abastecimiento de insumos y EPIs para el ejercicio de sus

labores; que establezcan justas jornadas laborales con adecuados periodos de descanso; que aseguren salarios proporcionales por exposición al peligro; y, finalmente, que reivindiquen los derechos del trabajo digno en todas sus dimensiones.

Referencias

ALVES, Giovanni. Dimensões da reestruturação produtiva: ensaios de sociologia do trabalho. 2. ed. Londrina: Praxis; Bauru: Canal 6, 2007.

ANTUNES, Ricardo. Proletariado digital, serviços e valor. In: ANTUNES, Ricardo (org.). Riqueza e miséria do trabalho no Brasil IV: trabalho digital, autogestão e expropriação da vida: o mosaico da exploração. São Paulo: Boitempo, 2019, p. 15-23.

ANTUNES, Ricardo. Trabalho e precarização numa ordem neoliberal. In: GENTILI, Pablo; FRIGOTTO, Gaudencio. (Org.). La Ciudadania Negada. Políticas de Exclusión en la Educación y el Trabajo. Buenos Aire: CLACSO. p. 35-48.

ANTUNES, Ricardo; PRAUN, Luci. A sociedade dos adoecimentos no trabalho. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 123, p. 407-427, 2015.

ASSIS, Denise. Home Office promete ser um dos principais legados da pandemia do coronavírus. In: AUGUSTO, Cristiane B.; SANTOS, Rogério D. Pandemia e pandemônio no Brasil. São Paulo: Tirant Lo Blanch, 2020, p. 206-218. Disponível em: <http://www.unicap.br/catedradomhelder/wp-content/uploads/2020/05/Pandemias-e-pandemio%CC%82nio-no-Brasil.pdf>. Acesso em: 22 may. 2021.

BRAGA, Ruy. A rebeldia do precariado. São Paulo: Boitempo, 2007.

BRASIL. Lei nº 13.467, de 13 De Julho de 2017. Altera a Consolidação Das Leis Do Trabalho (CLT), a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. Diário Oficial da União, Brasília, DF. Capítulo II-A do Teletrabalho.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Recomendação n. 020, de 07 de abril de 2020. Brasília: CNS, 2020. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/recomendacoes-cns/1103->

recomendac-a-o-no-020-de-07-de-abril-de-2020. Acesso em: 23 may. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Trabalhadores da Saúde atuam em condições precárias diante da pandemia, concluem pesquisas apresentadas em debate do CNS. Brasília: CNS, 2021. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/ultimas-noticias-cns/1674-trabalhadores-da-saude-atuam-em-condicoes-precarias-diante-da-pandemia-concluem-pesquisas-apresentadas-em-debate-do-cns>. Acesso em: 26 may. 2021.

CASTEL, Robert. As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 2001.

CHADAVERIAN, Pedro; BUENO, Carolina. Trabalhadores precários: vítimas preferenciais do coronavírus na América Latina. In: SUZUKI, Julio; LIMA DE CASTRO, Rita; GALDINO, Gabriel (Org.). A precarização do trabalho e as crises dos modelos produtivos na América Latina no Século XXI. São Paulo: PROLAM-USP, 2022.

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM (COFEN). Brasil é o país com mais mortes de enfermeiros por Covid-19 no mundo. 28 maio 2020. Disponível em: http://www.cofen.gov.br/brasil-e-o-pais-com-maismortes-de-enfermeiros-por-Covid-19-no-mundo-dizem-entidades_80181.html. Acesso em: 22 may. 2021.

DEMAZIÈRE, Didier. Diversificação das formas de emprego e fragmentação das normas de emprego: o caso francês. In: GUIMARÃES, Nadya Araujo; HIRATA, Helena Sumiko; SUGITA, Kurumi. (Org.). Trabalho flexível, empregos precários? São Paulo: Edusp, 2009. p. 101-122.

FRANCO, Tânia; DRUCK, Graça; SELIGMANN-SILVA, Edith. As novas relações de trabalho, o desgaste mental do trabalhador e os transtornos mentais no trabalho precarizado. Revista Brasileira de Saúde Ocupacional, São Paulo, v. 35, n. 122, p. 229-248, 2010.

DIARIO GESTIÓN. COVID-19 causó la muerte a 53 enfermeras y otras 40 permanecen en UCI en lo que va del 2021. Disponible en: <https://gestion.pe/peru/Covid-19-causo-la-muerte-a-53-enfermeras-y-otras-40-permanecen-en-uci-en-lo-que-va-del-2021-coronavirus-segunda-ola-nndc-noticia/?ref=gesr>. Acesso en: 23/05/2021.

LA ROSA, Liliana. Decana del Colegio de Enfermeros del Perú: "Han despedido más de 5 mil enfermeras". RPP, Lima, 20 ene 2021. Entrevista concedida a RPP. Disponible en: <<https://rpp.pe/peru/actualidad/coronavirus-en-peru-decana-del-colegio-de-enfermeros-del-peru-han-despedido-mas-de-5-mil-enfermeras-noticia-1316198?ref=rpp>>. Acceso en: 26/05/2021.

LIU, Y. et al. Aerodynamic analysis of SARS-CoV-2 into two Wunan hospitals. Nature, 2020.

MARTINS, Maria. Covid: O que acontece quando um hospital entra em colapso. A Cidade On, Ribeirão Preto, 14. May 2021. Entrevista concedida a A cidade On. Disponible en: <<https://www.acidadeon.com/ribeiraopreto/cotidiano/coronavirus/NOT,0,0,1614224,Covid-o-que-acontece-quando-um-hospital-entra-em-colapso.aspx>>. Acceso en: 26 may. 2021.

MÉSZÁROS, István. A crise estrutural do capital. São Paulo: Boitempo, 2009.

OIT (2020a) The ILO Monitor: 5th edition, Ginebra.

OIT 2020b Panorama Laboral en tiempo de las COVID-19. Impactos en el mercado de trabajo y los ingresos en América Latina y el Caribe. 2020 Ginebra.

ORGANIZACIÓN Mundial de la Salud – OMS. Alocución de apertura del Director General de la OMS en la rueda de prensa sobre la COVID-19 celebrada el 11 de marzo de 2020. 2020. Disponible en: <https://www.who.int/docs/default-source/coronaviruse/200223-early-investigations-one-pager-v2-spanish.pdf?sfvrsn=8aa0856_14>. Acceso en: 15 may. 2021.

ORGANIZACIÓN Mundial de la Salud – OMS. Investigaciones epidemiológicas y clínicas precoces sobre el COVID-19 para una respuesta de salud pública. 2020. Disponible en: <<http://www.who.int/features/factfiles/tuberculosis/es/>>. Acceso en: 15 may. 2021.

ORGANIZACIÓN Mundial de la Salud – OMS. Consideraciones para las medidas de salud pública relativas a las escuelas en el contexto de la COVID-19. 2020. Disponible en: <https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/335825/WHO-2019-nCoV-Adjusting_PH_measures-Schools-2020.2.spa.pdf>. Acceso en: 15 may. 2021.

ORGANIZAÇÃO Pan-Americana da Saúde – OPAS. Doença causada pelo novo coronavírus (COVID-19). 2020. Disponible en: <

<https://www.paho.org/pt/topicos/coronavirus/doenca-causada-pelo-novo-coronavirus-Covid-19>>. Acesso en: 15 may. 2021.

ORGANIZAÇÃO Pan-Americana da Saúde – OPAS. Principais informações sobre COVID-19. 2020. Disponible en: <<http://www.who.int/features/factfiles/tuberculosis/es/>>. Acesso en: 15 may. 2020.

PERU. Congreso de la República. Comisión de ciencia, innovación y tecnología. Proyecto de Ley 5408/2020-CR. Nueva Ley que regula el teletrabajo. 2021. Disponible en: <https://www.congreso.gob.pe/Docs/comisiones2020/Ciencia/ExpedienteVirtualPI5408.html>. Acesso en: 26 may. 2021.

SOUZA, Diego O. As dimensões da precarização do trabalho em face da pandemia de Covid-19. Trabalho, Educação e Saúde, v. 19, 2021.

UNIVERSITY Johns Hopkins. COVID-19 Dashboard by the Center for Systems Science and Engineering (CSSE) at Johns Hopkins University (JHU). 2021. Disponible en: <<https://coronavirus.jhu.edu/map.htmlfe/>>. Acesso en: 25 may. 2021.

ELOS ENTRE BRASIL E HAITI POR MEIO DO FUTEBOL: UMA ANÁLISE DO FILME “O DIA EM QUE O BRASIL ESTEVE AQUI”

Rodrigo Nascimento Reis¹
DOI: 10.29327/2282886.7.1-8

Resumo: A partir do documentário “O dia em que o Brasil esteve aqui”, o artigo busca encontrar os elos entre Brasil e Haiti que possibilitaram o futebol brasileiro ser utilizado como ferramenta de *soft power* (Nye, 2004). O filme trata da visita da seleção brasileira ao Haiti em agosto de 2004 para o “Jogo da Paz”, um episódio ocorrido em função da Missão de Paz das Nações Unidas no Haiti (MINUSTAH) comandada pelo Brasil. Nesse sentido, como estratégia metodológica, utiliza-se as categorias de Vuving (2009) em que o poder brando se traduz em benignidade, brilho e beleza. Com essas categorias, observamos que os elos históricos entre ambos países permitem caracterizar a seleção brasileira como *bon bagay*, extraordinária e detentora do jogo bonito. Em conjunto, as características mostram a força do futebol brasileiro como ferramenta de poder no cenário internacional e como este foi capaz de pavimentar caminho para uma aproximação dos haitianos à missão de paz da ONU.

Palavras-chave: Haiti; Brasil; Futebol; Minustah; *Soft power*.

VÍNCULOS ENTRE BRASIL Y HAITÍ A TRAVÉS DEL FÚTBOL: UN ANÁLISIS DE LA PELÍCULA “O DIA EM QUE O BRASIL ESTEVE AQUI” (EL DÍA QUE BRASIL ESTUVO AQUÍ)

Resumen: Basado en el documental “El día que Brasil estuvo aquí”, el artículo busca encontrar los vínculos entre Brasil y Haití que permitieron que el fútbol brasileño fuera utilizado como una herramienta de poder blando (Nye, 2004). La película trata sobre la visita de la selección brasileña a Haití en agosto de 2004 para el “Jogo da Paz”, episodio que se desarrolló como parte de la Misión de Paz de las Naciones Unidas en Haití (MINUSTAH) comandada por Brasil. En ese sentido, como estrategia metodológica, se utilizan las categorías de Vuving (2009), en las que el poder blando se traduce en benignidad, brillantez y belleza. Con estas categorías, observamos que los vínculos históricos entre ambos países permiten caracterizar a la selección brasileña como *bon bagay*, extraordinaria y poseedora del bello juego. Juntas, las características muestran la fuerza del fútbol brasileño como herramienta poderosa en el escenario internacional y cómo pudo allanar el camino para que los haitianos se acercaran a la misión de mantenimiento de la paz de la ONU.

Palabras clave: Haití; Brasil; Fútbol; Minustah; *Soft power*.

LINKS BETWEEN BRAZIL AND HAITI THROUGH SOCCER: AN ANALYSIS OF THE FILM “O DIA EM QUE O BRASIL ESTEVE AQUI” (THE DAY BRAZIL WAS HERE)

Abstract: Based on the documentary “The day Brazil was here”, the article seeks to find the links between Brazil and Haiti that allowed Brazilian soccer to be used as a soft power tool (Nye, 2004). The film deals with the visit of the Brazilian team to Haiti in August 2004 for the “Jogo da Paz” (Peace Game), an episode that took place as part of the United Nations Peace Mission in Haiti (MINUSTAH) commanded by Brazil. In this sense, as

¹ Doutor em Comunicação pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Professor convidado da Universidade Federal do Tocantins (UFT) e pesquisador pós-doutorado pelo CNPQ/Fapema

Revista Espirales, Foz do Iguaçu, UNILA, ISSN 2594-9721 (eletrônico), v. 7, n. 1, 2023, p. 112-138

a methodological strategy, the categories of Vuving (2009) are used, in which soft power translates into benignity, brilliance and beauty. With these categories, we observe that the historical links between both countries allow characterizing the Brazilian team as *bon bagay*, extraordinary and holder of the beautiful game. Together, the characteristics show the strength of Brazilian soccer as a power tool on the international stage and how it was able to pave the way for Haitians to approach the UN peacekeeping mission.

Keywords: Haiti; Brazil; Soccer; Minustah; *Soft power*.

Notas introdutórias

A Missão de Paz no Haiti comandada pelo Brasil, em termos diplomáticos, ficou conhecida como a Missão de Paz das Nações Unidas no Haiti (MINUSTAH)² e teve a participação de mais 15 países, sendo o Brasil o principal articulador, presente do início ao fim da operação (2004-2017).

Em suma, a operação começou porque o então presidente do Haiti, Jean-Bertrand Aristide, renunciou ao cargo em 29 de fevereiro de 2004 devido a protestos populares acusando-o de corrupção e violação de direitos humanos. No seu lugar assumiu o presidente da Suprema Corte do Haiti, Bonifácio Alexandre. Mas o país estava um caos, com rebeliões que deixavam o território e sua capital Porto Príncipe à beira de uma guerra civil.

Com esta conjuntura débil, a ONU foi acionada pelo próprio Bonifácio Alexandre para promover uma ação que visasse proteger os direitos humanos e reestabelecer a ordem no país. Por isso, a Missão teve como objetivos centrais pacificar o Haiti, desarmar grupos rebeldes, promover um processo democrático nas próximas eleições presidenciais e fornecer ajuda humanitária aos haitianos por meio da doação de alimentos, roupas e materiais de higiene. Os soldados brasileiros começaram a chegar no Haiti no mês de junho e o Jogo da Paz entre a seleção brasileira e haitiana ocorreu no dia 18 de agosto de 2004.

Antes de prosseguir, é importante ressaltar que Aristide representava, antes de tudo, uma perspectiva de que Haiti se libertasse da ditadura da família Duvalier. Sobre esse episódio ditatorial, o país teve François Duvalier no poder entre 1957 a 1971, seguido do filho Jean-Claude Duvalier governando entre 1971 e 1986. Depois dessa fase, o Haiti teve vários governos provisórios até Aristide ser eleito pela primeira vez em 1990. Todavia, o país caribenho já estava bastante enfraquecido democraticamente. Sobre este período ditatorial,

² Neste artigo vamos abordar o episódio de um jogo de futebol dentro da estratégia da MINUSTAH. Para conhecer amplamente sobre a missão de paz, recomenda-se a leitura de das dissertações de mestrado de Anselmo (2014), Coberllini (2009) e Valler Filho (2007)

Andrade (2015), Nicholls (1996) e Trouillot (1990) descrevem a política de repressão da época, os discursos de “Papa Doc” e “Baby Doc” como eram conhecidos François e Jean-Claude Duvalier, entre outros aspectos importantes para entender precedentes da crise haitiana.

Adiante, como se chegou à ideia de enviar uma seleção de futebol ao país? Quando as primeiras tropas brasileiras chegaram ao Haiti, o primeiro ministro haitiano Gerard Latortue concedeu declarações à imprensa brasileira sobre o que considerava fundamental para o sucesso da Missão de Paz. Em entrevista ao jornalista Fabiano Maisonnave, enviado especial da *Folha de S. Paulo* à 3ª Cúpula América Latina, Caribe e União Europeia, Gerard foi questionado se as tropas de paz da ONU conseguiriam desarmar mais de 15 mil homens. Ele respondeu:

O Brasil tem boa vantagem. Os haitianos amam o Brasil e amam o futebol brasileiro. Se o Brasil enviasse, com as tropas, dois ou três dos melhores jogadores, essas pessoas poderiam fazer uma promoção pública do Exército brasileiro melhor do que qualquer outra iniciativa brasileira.

No caso do desarmamento, é necessário ter a participação da população. Espero que, durante o período, o Brasil organize um ou dois jogos amistosos de futebol. Isso ajudará a aliviar a tensão. Se eles fizerem os jogos, todas as gangues assistirão à partida. Se as armas forem exigidas como ingresso, muitos deles as darão livremente somente para ver Ronaldo, Cafu ou Kaká. (MAISONNAVE, *Folha de S. Paulo*, 2004).

Por causa desse episódio, surgiram pesquisas na área de Relações Internacionais mostrando a Missão de Paz no Haiti como um caso exemplar de *soft power* (Amazarray e Guimarães, 2011; Valença e Carvalho 2014; Grix, Brannagan e Houlihan 2015 e Bry, 2016). Nesse sentido, decidimos mirar nesse episódio a partir de um produto comunicacional. Desse modo, escolhemos o documentário “O dia em que o Brasil esteve aqui”³ para nortear a hipótese de que um conjunto de representações narrativas sobre o futebol brasileiro pode ser acionada efetivamente em uma estratégia de *soft power*, isto é, “com a capacidade de influenciar uma nação via aportes culturais ou ideológicos” (Nye, 2004),

Nessa perspectiva, consideramos a análise filmica do documentário como interpretativa, tendo um percurso desenhado e calcado em aporte teórico definido pelo próprio pesquisador (Mombelli e Tomain, 2014). Sendo assim, despertados às problemáticas metodológicas enfrentadas em estudos envolvendo *soft power* apontados por Novelli (2021),

³ O documentário está disponível em:

<https://pluto.tv/stream-br/movies/o-dia-em-que-o-brasil-esteve-aqui-2021-1-1>. Acesso 18 nov. 2022

Revista Espirales, Foz do Iguaçu, UNILA, ISSN 2594-9721 (eletrônico), v. 7, n. 1, 2023, p. 112-138

justamente por falta de clareza na interpretação de como certos recursos se convertem em influência, escolhemos três categorias trabalhadas por Vuving (2009) para análise em questão, são elas: benignidade, brilho e beleza. Essas três moedas de energia, como chama o professor Alexander Vuving, é um esquema didático para compreensão do poder brando. São tais moedas que permitem identificar elos⁴ entre ambos os países que facilitam a influência brasileira.

Destaca-se ainda, que conforme Verenhitch (2008) a participação do Brasil na Missão de Paz atende a quadro singular da política externa brasileira daquele período, em que havia uma política voltada aos países do Sul, com objetivo de conquistar foros regionais e globais. Após analisar a conjuntura da época, a autora afirma que a decisão da participação brasileira foi uma iniciativa direta do presidente Lula, sem consultar o Congresso Nacional, mas recebendo apoio em seguida e tendo o planejamento do Itamaraty e Exército Brasileiro.

A participação do Brasil na MINUSTAH pode ser explicada por diversas razões, de caráter objetivo ou subjetivo. Há, portanto, aquelas de cunho material – como a possibilidade de obtenção de um assento permanente no CS/ONU, ou a possibilidade de ganhos financeiros a partir do aprofundamento do vínculo comercial – e outras, abstratas ou imateriais – como o alcance de maior prestígio e fortalecimento do país enquanto liderança regional, ou o exercício da diplomacia solidária (Verenhitch, 2008, p.57).

Na perspectiva de Marques (2013) a política externa do governo Lula (2003-2010) é marcada pela quebra de protocolo e a Minustah é uma prova disso, devido ao protagonismo do presidente Lula na tomada de iniciativa em acolher logo a Missão. Tal atitude gerou debates internos até a aprovação do Brasil na Missão, mas prevaleceu a ideia de a ida ao Haiti seria como um possível “passaporte para a candidatura do país ao CS-ONU [Conselho de Segurança - Organização das Nações Unidas]” (MARQUES, 2013, p. 126).

1. A estruturação do documentário

O documentário foi dirigido pelos brasileiros Caíto Ortiz e João Dornelas que também produziram o roteiro junto ao jornalista Fábio Altman. Eles chegaram ao Haiti dez dias antes da partida e ficaram por lá mais cinco dias. “Foram para o Haiti, os dois diretores, o roteirista, o fotógrafo, um responsável pela captação de som, todos com uma câmera mini-DV, contando

⁴ O enfrentamento do racismo e da escravidão podem ser considerados elos históricos entre ambos os países. (Seguy, 2015; Padilha e Marques, 2020). O futebol mobiliza esse elo, por meio de Pelé e de tantos outros jogadores negros, e pobres, que almejavam êxito por meio do mundo da bola. Essa percepção será apresentada no decorrer do artigo por meio dos depoimentos do documentário.

com a ajuda de uma produtora haitiana (...)” (Sobré, 2006). A produtora brasileira responsável pelo projeto foi a *Pródigo Films* em coprodução com a empresa haitiana *Traffic Media & Entertainment*. Esta chegada antecipada da equipe coopera para uma amplitude do contexto do filme, pois embora a cobertura seja sobre um único dia, os primeiros 35 minutos do documentário de 73 minutos são sobre os antecedentes da partida. Boa parte da imprensa internacional chegou apenas para o jogo e foi-se com a seleção no mesmo dia.

O enredo do trabalho documental está dividido em antes, durante e pós-jogo e tem como objetivo central mostrar o impacto da passagem da seleção brasileira por um país em crise e com extrema pobreza. Vários depoimentos entrecruzam o filme para responder o porquê de tanta expectativa da população. A maioria das imagens captadas mostra a felicidade passageira do povo manifestada por alvoroços devido ao jogo e o trabalho dos militares brasileiros na organização do evento. O clímax é o próprio jogo e a vitória da seleção canarinho por 6 a 0 contra os haitianos no Estádio Sylvio Cator, na capital Porto Príncipe. Uma derrota, inclusive, bem recebida e celebrada pelo público local.

A maioria dos depoimentos foi obtida por entrevistas realizadas pela própria produção do documentário e outras são capturas de falas espontâneas de fontes envolvidas na programação do jogo. Conforme o Quadro 1, três jornalistas haitianos emitem opinião no vídeo sobre o evento e um historiador haitiano explica a identificação do povo do Haiti com o Brasil. O Clube Tanga, localizado em Porto Príncipe, é tido como uma base do futebol brasileiro local, por isso o presidente e vice-presidente do clube concedem declarações sobre como se formou a torcida no país.

Quadro 1- As fontes do filme “O dia em que o Brasil esteve aqui”

Fontes	Identificação
Jean Luc Luberrise	Morador do Haiti
Augusto Heleno Ribeiro Pereira	General brasileiro
Menna Barreto	Militar brasileiro
Regine Alexander	Jornalista haitiana
Patrice Dumont	Jornalista esportivo haitiano
Bolivar	Líder comunitário haitiano
Joseph Namphy	Responsável pelo gramado
Andre Paul	Presidente do Clube Tanga
Pierre Edi	Vice-presidente do Clube Tanga
Gerard Pierre Charles	Historiador haitiano
Dr. Yves Jean Bart	Presidente da Federação de Futebol do Haiti
Jean Ronnel	Jornalista haitiano
Peter Germain	Jogador da seleção do Haiti
Fenelon Gabard	Goleiro da seleção do Haiti
Barnabe	Músico haitiano
Carlos Alberto Parreira	Técnico da seleção brasileira
Mário Jorge Lobo Zagallo	Comissão técnica
Luiz Inácio Lula da Silva	Presidente do Brasil
Populares	Sem identificação

Fonte: elaboração do autor

Com foco na preparação e chegada com segurança da comitiva nacional, o general Heleno explica o contexto de insatisfação popular e mortes desde a queda do ex-presidente Aristides. O militar Menna Barreto conta como tem sido o trabalho dos soldados desde 1º de junho e conduz a produção a vários pontos da capital. Os jogadores da seleção haitiana Peter Germain e Fenelon Gabard comentam sobre a expectativa do confronto e Gabard, enquanto goleiro, concede várias declarações adquirindo um papel narrativo interessante para a lógica do filme, como veremos em breve. Também o morador do Haiti, Jean Luc Luberrise, se bem observado, não é uma fonte qualquer, é o único popular identificado no documentário por sua história de vida. Várias vozes de populares entrelaçam todo o filme, mas não são identificadas, mesmo porque são passagens rápidas, outras porque são capturas espontâneas de frases ditas sobre o jogo.

Revista Espirales, Foz do Iguaçu, UNILA, ISSN 2594-9721 (eletrônico), v. 7, n. 1, 2023, p. 112-138

O enredo assenta-se sobre um episódio sem controle da produção, uma cobertura ao vivo de uma seleção de futebol passando por um país que há poucos meses estava em iminência de uma guerra civil, com registro de mortes, saques e total descontrole da segurança da capital. Mas para não ficar refém somente do momento do selecionado nacional em solo haitiano, o roteiro apresentou os preparativos deste dia e, por esse intento, mostrou a realidade social do Haiti. Por isso, por muitos minutos do documentário há imagens da rotina da população, dela atordoada nas ruas, amontoada em casas e dispersa ao ar livre. A pobreza evidencia-se pelas condições insalubres das moradias, do trânsito, do trabalho, de todo um país desgastado por desastres naturais e por corrupção na política, mas a trilha sonora destas cenas e de todo o filme sinaliza esperança e positividade. Uma explicação para isso consta em uma crítica especializada em cinema a respeito do documentário, com informações de bastidores:

Na trilha sonora, a música do Haiti acabou entrando por acaso. O fotógrafo Cristiano Wiggers, na viagem de volta ao Brasil, comprou no aeroporto dois CDs de música haitiana, que comemoravam o bicentenário de Porto Príncipe (que aconteceu no início de 2004). E eram músicas antigas do país, das décadas de 30, 40, mais poéticas do que as atuais. “Seria importante não abordar o povo como vitimizado. E eles são muito interessantes, alegres. O maior ganho com o filme foi retirar o estereótipo do pobrezinho”, diz Ortiz. E conseguiram uma trilha que encaixa bem, entrando no Haiti com uma imagem do exército brasileiro – uma surpresa para os diretores, que se impressionaram com sua conduta. (Sobré, 2006, jornal da USP).

Observa-se que para não ficar refém somente do acontecimento ao vivo, o roteiro procurou acompanhar a rotina de dois personagens: Jean Luc Luberrisse, morador local, e Felon Gabard, goleiro da seleção do Haiti. A produção descobriu que Luberrisse fazia aniversário em 18 de agosto, o dia do jogo. Com esta deixa, buscou apresentar a história deste popular, sua paixão pela seleção brasileira e suas expectativas. Durante a partida, uma câmera focou em imagens dele na torcida, suas reações e declarações. Ao fim, foi até a casa dele para colher depoimentos sobre a representatividade daquele dia.

O mesmo aconteceu com o goleiro Gabard, que foi indagado sobre a responsabilidade de conter gols de craques renomados. A produção sabia da possibilidade de uma goleada e sobre este personagem inclinava-se boa parte do clímax da narrativa. Ele seria herói ou vilão? Prestes a entrar em campo, sequências de imagens dele em concentração e oração. Mas veio a goleada de 6 a 0. No dia posterior, a produção encontrou-se com o goleiro e mostrou a capa de um jornal que o apresentava defendendo uma bola dos pés de Ronaldo Fenômeno, que

Revista Espirales, Foz do Iguaçu, UNILA, ISSN 2594-9721 (eletrônico), v. 7, n. 1, 2023, p. 112-138

inclusive não fez nenhum gol. Gabard emociona-se e o eixo da entrevista não são os seis gols marcados, mas como ele conseguiu evitar gols de Ronaldo. Estes dois personagens dão uma carga dramática ao enredo e ajudam a documentar uma visão externa (torcedor) e uma interna (jogador) do mesmo jogo.

Imagem 1 - Passagem da seleção brasileira pela capital Porto Príncipe



Fonte: *Prints* do documentário “O dia em que o Brasil esteve aqui”

Nesta missão, os jogadores convocados foram os goleiros Júlio César e Dida; os zagueiros Cafu, Belletti, Roberto Carlos, Lucio, Juan, Roque Junior e Edmilson; no meio campo Renato, Kaká, Zé Roberto, Juninho Paulista e Gilberto Silva; e os atacantes Ronaldinho Gaúcho, Ronaldo e Adriano⁵. No entanto, não houve qualquer declaração deles inserida no documentário, muito embora em reportagens de TV⁶ seja possível encontrar falas dos jogadores. Todavia, a produção esteve próxima aos atletas, pois é visível o enquadramento em Ronaldo e Ronaldinho, por exemplo, durante o trajeto nos carros de

⁵ São informações do site da CBF, disponível em: <https://www.cbf.com.br/selecao-brasileira/noticias/selecao-masculina/em-2004-brasil-levou-alegria-e-gols-ao-haiti>. Pelo documentário não é possível averiguar se todos os jogadores compareceram mesmo à partida.

⁶ No canal do YouTube Futebol Raiz, por exemplo, encontramos uma reportagem com depoimentos dos jogadores. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=pAjUPEpLqMs>.

guerra, ou seja, a câmera captou as imagens vistas pelos jogadores também de cima dos urutus brancos. Desse ponto de vista, é possível perceber as imagens e sons da euforia, do deslumbramento, da felicidade traduzida por meio de um autógrafa num panfleto, numa camisa, num aperto de mão ou em um toque em qualquer parte dos atletas (Imagem 1).

Uma breve polêmica é exposta no documentário logo após a saída da delegação brasileira. O jornalista Patrice Dumont disse que a seleção não dormiu sequer uma noite no Haiti, não houve uma festa e que mesmo com a amizade entre ambos os países, pareceu haver algum tipo de vergonha de permanecer por mais tempo. Por outro lado, o general Heleno justificou que devido ao fanatismo do povo local, não era seguro abrigar a comitiva por uma noite em função dos possíveis tumultos ao redor do hotel, cenas já vistas na venda dos ingressos, por isso a estratégia foi a articulação de uma viagem breve com a participação dos jogadores desfilando em carros abertos por bairros da capital. Apesar da controvérsia, o encerramento do filme apresenta vários depoimentos de agradecimento dos populares, que tornam o episódio um dia histórico para o país. No tópico seguinte exploraremos as categorias metodológicas propostas de benignidade, brilho e beleza, buscando nomeá-las conforme o contexto do filme.

2. Benignidade: O brasileiro é *bon bagay*⁷

Um carro com militares brasileiros percorre as ruas da capital Porto Príncipe entregando cartões com réplicas das assinaturas dos jogadores da seleção brasileira, também entregam bandeiras e camisetas durante o percurso. Quando sabem da passagem do Exército, os moradores locais correm atrás do carro e gritam fazendo mais pedidos de cartões, bandeiras e camisetas. Um destes, ao receber um brinde, agradeceu: “Brasileiro *bon bagay*, brasileiro *bon bagay*”. Um militar olha para a câmera e traduz, informando ao cinegrafista que *bon bagay* significa gente boa, legal, que o morador estava falando que os brasileiros são gente boa.

⁷ A expressão *bon bagay* é originada do crioulo haitiano.

Imagem 2 - Militares entregam alimentos e brindes da seleção brasileira



Fonte: *Prints* do documentário “O dia em que o Brasil esteve aqui”

Esta cena nos permite adentrar na categoria de “benignidade” proposta por Vuving (2009). Para ele, ser benigno produz atração e conseqüentemente *soft power*, pois o outro se sente mais próximo, com afinidade e gratidão pelos comportamentos altruístas. “Como a benignidade se traduz em poder? A benignidade produz gratidão e simpatia. Isto tranquiliza os outros das intenções pacíficas ou benevolentes do agente, convidando assim cooperação”⁸ (Vuving, 2009, p.9). Os militares brasileiros chegaram à região para conter rebeliões, tiroteios, acalmar ânimos, fazer o uso da força quando preciso, mas cruzam a cidade tranquilamente e são ovacionados por populares.

Afinal, por que isso acontece? O que ocorre é uma identificação, um elo automático do povo haitiano com os militares por meio do futebol e como resultado uma transferência de sentido positivo para o Exército. Também deve-se levar em conta que, nesse momento, os soldados agem propositalmente com esse intento, pois estão distribuindo brindes relacionados ao futebol. Um deles, a bandeira brasileira, acaba espontaneamente reforçando esta associação, pois sempre os haitianos vão se deparar com soldados que carregam na manga do uniforme a imagem da bandeira brasileira.

A bondade vista pelos haitianos não é necessariamente pela presença de um Exército que busca promover a paz na região, mas sim porque eles estão colaborando na organização de um jogo que vai trazer a seleção pentacampeã do mundo à capital. “É, os haitianos gostam dos brasileiros, não é por acaso que são os brasileiros no comando das tropas da ONU. O objetivo é garantir uma boa transição e também maior aceitação do povo haitiano”, disse a jornalista haitiana Regine Alexander. A percepção dela coincide com estudos sobre o legado

⁸ How does benignity translate into power? Benignity produces gratitude and sympathy. It reassures others of the agent’s peaceful or benevolent intentions, thereby inviting cooperation.

da partida, pois “o Jogo da Paz e a Missão da ABC agregaram ação prática e ingrediente psicológico importantes para subsidiarem a receptividade à atuação militar do Batalhão Brasil e a própria marcação de presença brasileira naquele país” (Vasconcellos, 2008, p.279).

Imbuídos de que são *bon bagay*, os soldados aproveitam a receptividade para fazer mais ações benevolentes. Uma delas, acompanhada pelo documentário, é a doação de alimentos ao orfanato “La Providence”. A cena mostra os militares entregando os mesmos cartões simbólicos do futebol às crianças, mas elas não entendem, não sabem ler, em seguida recebem bandeiras e o colorido verde e amarelo arranca sorrisos dos meninos e meninas. O primeiro contato dos pequeninos com o Brasil é propositalmente com referenciais simbólicos ao mundo da bola. Aos adultos, coube receber os alimentos e ensinar as crianças a repetir “Brasil, é Brasil”, o que está nas mãos deles é “Brasil”. Ainda nesta parte, crianças e adultos cantam com aplausos uma música que, pela melodia, deixa os militares emocionados. Ao final, uma mulher informa que se tratou de uma canção de agradecimento. “Muito bom, é um negócio que emociona né cara, o cara sai daqui, sai com outro espírito né cara, o negócio é bacana pra caramba”, disse o militar Menna Barreto.

A benignidade do Brasil se manifesta tal como prescreveu Vuving (2009), pois as atitudes das tropas brasileiras são de proteção, preocupação, de mostrar ser compreensivo para com a população, de respeitar sua cultura, seus direitos e interesses. Este comportamento, mediado pelo futebol, permite às Forças Armadas parecerem inofensivas, incapazes de provocar danos físicos aos populares. As lideranças comunitárias da região sabem que o jogo possui viés mais diplomático que esportivo.

Em primeiro lugar devo dizer que este jogo tem um aspecto muito político e diplomático. Ao contrário de outros jogos, a população logo entendeu que este jogo é pela diplomacia e a política. Apesar de ter um lado esportivo, não é um jogo pelo esporte. É um jogo que os políticos querem fazer, um encontro que para o Brasil tem caráter político. Vocês bem sabem que o Brasil é uma potência em ascensão e que busca se firmar. E o Brasil está usando sua arma mais potente, sua arma cultural que é o futebol. (Bolívar: líder comunitário. O dia em que o Brasil esteve aqui. 2005).

Se levarmos em conta que a ideia de ‘arma’ é a de um artefato para ser usado na guerra, no combate, seja para ataque ou defesa, temos a metáfora de que embora o Exército esteja ali munido literalmente de armas (canhões, fuzis, pistolas, explosivos etc.), a arma que ajuda a estabilizar os ânimos exaltados é o fascínio pelo futebol. Por essa razão, a proposta para o Jogo da Paz era a troca de armamentos por ingressos, iniciando assim uma campanha de desarmamento da população. O documentário que começa com imagens da venda de **Revista Espirales, Foz do Iguaçu, UNILA, ISSN 2594-9721 (eletrônico), v. 7, n. 1, 2023, p. 112-138**

ingressos para o jogo não flagrou nenhuma troca nesse sentido, mas apenas a euforia, ímpeto e tumulto para aquisição das entradas.

A aproximação brasileira com o povo local advém das ações altruístas, como a entrega de alimentos. Vimos a distribuição no orfanato, mas o filme mostra também o compartilhamento de donativos a céu aberto pelos militares quando estes estacionam e as pessoas se aglomeram para receber as doações. O episódio comum visto em várias ações humanitárias poderia encerrar por aí, contudo, ao ver que são brasileiros, os populares pedem emblemas da seleção brasileira. Preparados para isso, os soldados novamente dão panfletos, cartões e bandeiras. As camisas, ao que se percebe, são mais escassas, por isso são jogadas no meio da multidão que se aglomera ainda mais para conseguir pegá-las. Apesar da entrega de alimentos, os pedidos por mais adereços verde e amarelo são cada vez mais intensos. “Vi a cara, eles fazem a festa ao receberem a camiseta do Brasil, querem muito mais a camiseta do que a comida que eles passam fome e não conseguem encontrar”, declarou Menna Barreto perante tantos pedidos. Todas essas ações incorporam espontaneamente as características da ação em benigno, pois:

a benignidade vem em muitas formas. Por exemplo, quando você é legal com os outros; Quando você é generoso com os outros; quando você faz o bem aos outros; quando você os ajuda, apoia-os, protegê-los; quando você se preocupa com os outros; quando você presta atenção ou ouve os outros; quando você respeita os direitos, interesses ou autoestima de outras pessoas; quando você reconhece o valor ou significado de outrem; quando você se comporta de forma não ameaçadora ou sem confronto com os outros.⁹ (Vuving, 2009, p.9).

A incorporação destas formas transparece de modo evidente no acompanhamento da saga do morador Jean Luc Luberrise para assistir ao jogo. A história dele possui um aspecto curioso: a partida vai ocorrer justamente no dia do seu aniversário, 18 de agosto. Por esse gancho, a produção o acompanhou desde a compra dos ingressos, onde ele disse “isso representa o mais belo presente que Deus me ofereceu na vida com a vinda da seleção brasileira. É um grande presente para mim”, finalizou sorrindo e mostrando o bilhete na mão. Ele sintetiza bem o sentimento dos haitianos: gratidão e autoestima elevada porque vão ver de perto a equipe tão admirada. A seleção e os jogadores tornam-se bons porque fazem um deslocamento longo para um país extremamente pobre, em que seriam quase inexistentes as

⁹ Benignity comes in many forms. For example, when you are nice to others; when you are generous to others; when you do good to others; when you help them, support them, protect them; when you care about others; when you pay attention or listen to others; when you respect the rights, interests, or self-esteem of others; when you recognize the value or signification of others; when you behave in non-threatening or non-confrontational ways to others.

possibilidades da maioria do povo de um dia assistir ao vivo a um jogo. Isto é exercício de *soft power*, ter consciência da própria carga de influência e utilizá-la quando necessário.

No dia do confronto, Jean Luc Luberrise está na arquibancada, usando a camisa do Brasil, com uma mini bandeira nacional pendurada no cabelo, visivelmente emocionado. A câmera foca nele. Ele torce, grita, vibra, faz todos os gestuais de um fã admirado. Em outro dia, a produção o procurou para colher depoimento sobre a percepção daquele dia, daquele seu aniversário. Com mais intimidade, Jean acolheu a produção na sua casa, abriu as portas do seu lar com seus familiares, mostrou adereços de um fiel torcedor da seleção canarinho e desabafou: “É um mistério pra mim, e foi no dia do meu aniversário. Eu sempre orava e pedia para que antes da minha morte, Deus me desse a chance de ir a um jogo do Brasil. Então, para o meu aniversário Deus concretizou meu sonho”.

Imagem 3 - Torcedor aniversariante do dia, Jean Luc Luberrise



Fonte: *Prints* do documentário “O dia em que o Brasil esteve aqui”

É de praxe no jornalismo, principalmente em reportagens, escolher um personagem, focar no seu relato e depois explicar que o caso relatado se insere em um contexto que afeta milhares de pessoas. Assim vê-se nas matérias em que senhoras vão ao supermercado e reclamam dos preços e depois explica-se o cenário da inflação. Uma das verossimilhanças do documentário com o jornalismo é este aspecto. Nem todos haitianos fazem aniversário no dia 18 de agosto, mas possuem afinidade, relação e paixão pela seleção brasileira. Nem todos podem ser ouvidos, mas foram representados por Jean.

A fama do brasileiro *bon bagay* permaneceu durante toda a Missão do Haiti. Parte dessa constatação é tema de um outro documentário, lançado pelo Ministério da Defesa em 2018, intitulado “*Bon bagay*: 13 anos do Brasil no Haiti”. É uma visão detalhada da

Revista Espirales, Foz do Iguaçu, UNILA, ISSN 2594-9721 (eletrônico), v. 7, n. 1, 2023, p. 112-138

conjuntura operacional da MINUSTAH que também teve que enfrentar desastres naturais no decorrer da missão. Os depoimentos de moradores locais, militares, representantes da ONU, dos Ministérios das Relações Exteriores e da Defesa sustentam a cooperação entre os países. O Jogo da Paz é um tópico abordado que coaduna como uma estratégia plausível para o momento de inserção do Brasil no país caribenho, num momento em que a estrutura de base da ONU ainda não estava totalmente disponível, pois a resolução que legitimou a intervenção ocorreu apenas em 10 de setembro de 2004.

Embora o Brasil tenha ficado 13 anos no Haiti, retirando as tropas gradualmente em 2017, o título do documentário em análise é “O dia em que o Brasil esteve aqui”. Isso estabelece rapidamente o Brasil como sinônimo de futebol, afinal, o conteúdo do filme é a cobertura da passagem da seleção brasileira. Desse modo, supõe-se que um dos rastros desse dia foi a continuidade de uma associação positiva com o militar brasileiro¹⁰, que continuou mantendo o status de “benigno” pelas formas altruístas de intervenção na realidade local: doação de mantimentos, atendimento médico, amparo perante terremotos, furacões etc. Segundo o Ministério da Defesa, 37 mil militares do Exército, Marinha e Aeronáutica foram enviados durante os 13 anos. Conforme dados do Relatório do Instituto Igarapé¹¹, nenhum soldado brasileiro foi morto em confronto com haitianos no período da missão. Do registro de 24 mortes de militares, 18 foram ocasionadas pelo terremoto que assolou o país em 2010, dois foram suicídios e as outras quatro decorrentes de acidentes de trabalho.

3. Brilho: “São deuses na terra, são extraterrestres”

A produção do documentário chega no centro de treinamento da seleção haitiana e mostra tomadas da preparação de um time que há anos (desde 1974) não vai para uma Copa do Mundo e está treinando para um amistoso contra a seleção mais famosa do mundo, à época recentemente campeã da Copa do Mundo de 2002 e da Copa América de 2004. Cortando estas imagens, surge um dos jogadores convocados para o amistoso, é Peter Germain, que atuava na posição de meio-campo. Provavelmente questionado sobre a expectativa da partida,

¹⁰ Ponderamos que o termo “altruísta” surge neste artigo em função do aparato metodológico de Vuving (2009) em que para ser benigno, ações altruístas são necessárias, e que por meio dela, é possível influenciar para obter êxito. No filme em análise, várias cenas mostram momentos de solidariedade dos militares com o povo haitiano. Todavia pesquisadores como Fontoura (2009) e Toledo e Braga (2020) apresentam relatos de abusos e exploração sexual realizadas por militares em operações de Paz da ONU, dentre elas a MINUSTAH.

¹¹ Disponível em: <https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2018/03/2018-03-06-AE-MINUSTAH-PT.pdf>
Revista Espirales, Foz do Iguaçu, UNILA, ISSN 2594-9721 (eletrônico), v. 7, n. 1, 2023, p. 112-138

respondeu: “Não vamos impedir a seleção brasileira de jogar, como todo o povo diz aqui, são deuses na terra, são extraterrestres”.

A fala de Germain não parece de um adversário, mas de um admirador. É uma evidência do respeito pela seleção brasileira, do reconhecimento do seu “brilho”. Nesse “b” do *soft power*, a tendência de aprendizado com o sucesso dos outros gera influência por meio da produção de admiração.

De forma mais geral, o brilho, neste contexto, é propriedade de alguém ou algo que é capaz ou bem-sucedido. O sucesso é a forte prova de capacidade. Pessoas de sucesso atraem porque resolvem problemas tão bem, porque têm superado desafios, porque são capazes. Aqui está a promessa de brilho. Como você é mais capaz do que eu ou se você for mais capaz do que a maioria das pessoas, é mais seguro não resistir a você. Como você tem sucesso em fazer algo, aprender com você é uma forma eficaz e segura para aqueles que estão fazendo um trabalho semelhante.¹² (Vuving, 2009, p.10).

Esta é a característica que mais ressoa no documentário. A abertura do filme é uma imagem de um jornal – não identificado – com a chamada de título: “Premiê quer que Ronaldo jogue pela paz no Haiti”. Ronaldo Fenômeno é o atleta mais estimado, mais “endeusado” e querido pelos haitianos, recebendo inclusive um título próprio na língua local: don dodô. Naquele momento, o craque gozava das benesses de ter sido o protagonista da Copa de 2002 e, como vimos no capítulo anterior, todas as narrativas desse Mundial colocavam o jogador como herói, como vencedor das adversidades físicas e psicológicas que o impediam de jogar profissionalmente outra vez.

Por isso, sua vinda, além de um pedido de um ministro de Estado, é a maior expectativa dos torcedores locais. A cobertura da venda dos ingressos mostra a multidão gritando “Ronaldo, Ronaldo, Ronaldo”, e entre as vozes se destaca uma que berra para as câmeras: “Ronaldo, eu te amo, eu morreria por você, eu morreria por você”. Diante da demora para liberação dos ingressos, a mesma aglomeração improvisa um canto: “Queiram ou não queiram nós vamos ver Ronaldo”. O atleta brasileiro representa um ídolo-herói para os haitianos, porque surge como provido de carisma e talento, com capacidade de resolver os

¹² More generally, brilliance, in this context, is the property of someone or something that is capable or successful. Success is the strong proof of capability. Successful people attract because they solve problems so well, because they have overcome challenges, because they are capable. Here lies the promise of brilliance. As you are more capable than me or if you are more capable than most people, it is safer not to resist you. As you are successful in doing something, learning from you is a way both effective and safe for those who are doing a similar job.

anseios de um povo, mesmo que este seja simplesmente ver um bom jogo ou conquistar um campeonato.

Mais do que isso, o historiador Gerard Charles, um dos principais intelectuais do país, explica que “no futebol, os haitianos sabem que o Brasil é projeção do seu sucesso e com esse seu jeito particular, se torna a projeção do que os haitianos querem ser”. Fica patente a admiração dos populares como uma expressão da busca de êxito na vida: se Ronaldo venceu, eles também podem vencer as tribulações do cotidiano; se o Brasil é o campeão do mundo, quem sabe o Haiti também possa. Como destacou Gerard Charles, é uma projeção manifestada no filme pelo comportamento de fanatismo e idolatria aos atletas brasileiros.

Em uma visita ao Clube Tanga, um bar “fã clube” ponto de encontro para os amantes do futebol brasileiro em Porto Príncipe, o presidente e vice-presidente do Club, Andre Paul e Pierre Edi, são indagados simultaneamente sobre o primeiro jogador brasileiro de que se lembram. A resposta uníssona é: “Edson Arantes do Nascimento, Pelé, Pelé, o rei do futebol, Pelé”. Nesta resposta percebe-se a inclusão de um imaginário positivo de resistência e afinidade racial. O brilho da atuação de Pelé, principalmente na década de 1970, reluz como principal referencial do Brasil no Haiti. Contudo, a adesão a novos craques nacionais continuou com novas seleções, com novos nomes de jogadores, inclusive memorizados pelos torcedores:

Amanhã de manhã estaremos todos no aeroporto bem cedo. Vamos buscar os jogadores no aeroporto. Sim, vamos ao aeroporto. Vamos fazer uma delegação para ir ao aeroporto. Somente para podermos ver nossas estrelas brasileiras. A partir das nove horas da manhã estaremos no aeroporto, a pé, de carro, de qualquer jeito estaremos lá, todos são fãs do Brasil. Vamos acolher nossas estrelas, nossas estrelas. Atenção, reitero: Nós vamos acolher nossas estrelas: Ronaldo, Ronaldinho, Roberto Carlos, Cafu, Dida, Kaká, nossas estrelas. (Populares. O dia em que o Brasil esteve aqui. 2004).

O trecho acima entrecortado das falas de torcedores mostra a ansiedade pelo encontro. O que se vê no dia em que a seleção brasileira esteve no Haiti é uma manifestação coletiva de admiração, reverência e idolatria. A população toda não caberia no estádio Sylvio Cator, por isso os jogadores percorreram vários pontos da capital nos urutus do Exército. As imagens são de euforia total; seriam “os deuses na terra”, como disse Germain? Todos queriam avistar, tocar, gritar o nome de um jogador, receber um autógrafo, um aceno. Manifestações como essa já ocorreram na recepção de seleções vencedoras em Copas do Mundo no Brasil, feitas pelos conterrâneos. Em outro lugar, outro país, aliás, e sem o motivo da conquista, a

Revista Espirales, Foz do Iguaçu, UNILA, ISSN 2594-9721 (eletrônico), v. 7, n. 1, 2023, p. 112-138

demonstração pública de afeto dos haitianos é uma evidência do alcance e brilho adquirido pelo futebol brasileiro ao longo do tempo, uma surpresa para a própria delegação brasileira.

Com certeza, quando me perguntarem daqui para frente os momentos importantes que eu vivi na minha vida de futebol, esse foi um deles. Essa alegria, o olhar, o sorriso, o coração, eu só vi nos momentos em que a seleção foi campeã do mundo. Eu acho que vocês nunca mais vão experimentar outro momento igual a esse, então nós somos privilegiados de participar disso, é um orgulho para todos nós. (Técnico Parreira. O dia em que o Brasil esteve aqui. 2005).

Um outro jogador da seleção haitiana contribui para pensar como a reputação exitosa do selecionado impõe um certo sentimento de derrota antecipada. Trata-se do goleiro Fenelon Gabard, que no documentário destaca que o jogo é um momento importante para sua carreira, pois estará enfrentando Ronaldo Fenômeno, o melhor jogador do mundo, motivo que o faz pensar que certamente levará alguns gols no confronto. “Para minha carreira significa muito esse jogo contra Ronaldo como goleiro titular. Eu posso dizer, vou fazer tudo o possível, tornar possível o impossível para segurar os chutes do Roberto Carlos e particularmente os do Ronaldo”.

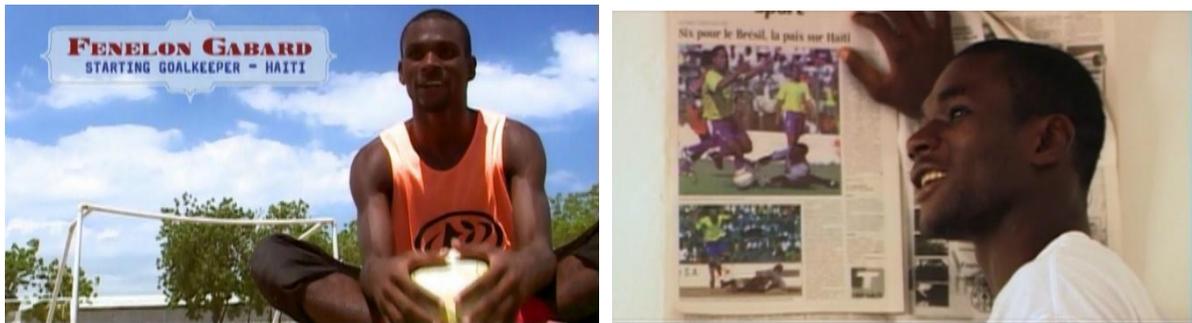
Por que o goleiro julga impossível segurar os chutes de jogadores brasileiros? Dialogando com Vuving (2009), porque o atributo do brilho se traduz em mitos de invencibilidade. Tanto brilho que parece inevitável vencer o outro, restando apenas admirá-lo e imitá-lo. Se nas relações o outro o considera como mito, o trânsito para influência encontra fácil acesso. Aqui está uma chave para tanta influência do futebol brasileiro pelo mundo: as narrativas míticas – país do futebol, melhores jogadores, futebol-arte, terra do rei do futebol, entre outras características já resgatadas no primeiro capítulo – que impõem respeito, geram influência, possibilitam uma estratégia de *soft power*. “De qualquer forma, não vamos nos iludir, é completamente impossível. A seleção nacional não vai vencer o Brasil. Não! É completamente impossível, impossível. Ainda que sejamos todos haitianos, você me entende, nós vamos torcer para o Haiti e para o Brasil”, é o depoimento do presidente do Clube Tanga, Andre Paul, que também corrobora para a crença da invencibilidade brasileira.

Prosseguindo, Fenelon Gabard sofreu seis gols. Mas nenhum deles foi de Ronaldo Fenômeno. Foi esse o gancho de uma matéria de um jornal local: “Fenelon Gabard, goleiro do Haiti, recupera magistralmente a bola dos pés de Ronaldo”. Essa matéria com uma foto da defesa foi apresentada a Gabard, surpreso pelo enfoque, disse: “É extraordinário. Essa foto, não sei quando ela vai se apagar da minha memória. No meu último minuto de vida na terra,

Revista Espirales, Foz do Iguaçu, UNILA, ISSN 2594-9721 (eletrônico), v. 7, n. 1, 2023, p. 112-138

vou lembrar dessa foto. Não só dessa foto, mas do jogo todo contra a seleção brasileira”. Mesmo perdendo, considera o momento inesquecível, porque diante os “invencíveis”, conseguiu ao menos segurar o gol do principal atacante.

Imagem 4 - Fenelon Gabard, goleiro haitiano



Fonte: *Prints* do documentário “O dia em que o Brasil esteve aqui”

O brilho não está reduzido à performance de determinados jogadores, mas também de toda a equipe. Esta percepção foi constatada pelo presidente Lula em suas viagens diplomáticas pelo mundo. Articulador do Jogo da Paz, comentou no documentário as motivações para o convite à seleção brasileira:

Eu acho que não apenas aqui, mas em vários lugares do mundo em que eu viajo, ou seja, o futebol brasileiro é como se fosse uma água benta, uma paixão que está acima das coisas. Quando eu conversei com Ricardo Teixeira, que ele imediatamente se dispôs a fazer esse jogo, e depois os jogadores, todos, sem exceção concordaram. Acho que a CBF e os jogadores deram uma demonstração de que o futebol pode muito mais do que ser apenas um espetáculo, ele pode mexer com o coração, com as emoções, sensibilizar as pessoas, e o Haiti precisa muito disso. (Presidente Lula. O dia em que o Brasil esteve aqui. 2005).

É por isso que argumentamos o uso do futebol brasileiro como *soft power* no período do governo Lula, pois tratou-se do primeiro presidente a propor uma intervenção internacional por meio da seleção brasileira e que seguidamente incentivou megaeventos esportivos no Brasil para atrair a atenção do mundo para o país. Lembramos que na década de 1950, após acompanhar excursões do Flamengo na Europa, o cronista José Lins do Rego expunha que o país deveria levar o futebol brasileiro para mais apresentações no exterior, pois via o potencial de exportação e influência nacional. Não foi compreendido. No governo do presidente Getúlio Vargas, o futebol foi acoplado à propaganda política e projeto de nação (Pardini, 2009; Souza,

Revista Espirales, Foz do Iguaçu, UNILA, ISSN 2594-9721 (eletrônico), v. 7, n. 1, 2023, p. 112-138

2009; Fernandes, 2021) e na Ditadura à promoção do regime militar (Chaim, 2014; Moreira, 2017). Embora tenha sido utilizado internamente como instrumento de visibilidade do regime ditatorial, para a audiência estrangeira ressoou o sucesso esportivo daquela geração, servindo, portanto, como um elemento de admiração do Brasil. Contudo, como vetor da identidade nacional para o mundo com interesse de influenciar as relações internacionais localizamos somente no governo Lula.

4. Beleza: “A coisa mais bela do Brasil é o futebol”

Há um estabelecimento na capital Porto Príncipe para os fãs do futebol brasileiro, o nome desse lugar é Clube Tanga. A associação reúne admiradores locais da seleção canarinho e possui presidente e vice-presidente, Andre Paul e Pierre Edi, respectivamente. Ambos concedem entrevista sobre suas percepções a respeito do Jogo da Paz e da relação com o Brasil. É o vice-presidente quem admite logo de início: “Aqui é a base principal do Brasil, porque nós amamos o Brasil desde a infância. A coisa mais bela do Brasil é o futebol”.

Imagem 5 - Clube Tanga, o fã clube de futebol no centro de Porto Príncipe



Fonte: *Prints* do documentário “O dia em que o Brasil esteve aqui”

Por essa declaração adentramos na categoria da “beleza” como moeda de poder. Trata-se, como detalhou Vuving (2009), de possuir valores, causas e ideais que despertem no outro o desejo de possuir a mesma experiência estética manifestada nessas características. Quando o entrevistado, um senhor de quase 50 anos, relata que ama o Brasil desde a infância, isso nos remonta a períodos célebres do futebol nacional. Uma apreensão que se confirma naturalmente durante o documentário quando o jornalista haitiano Jean Ronnel explica a fonte de tanta paixão:

Revista Espirales, Foz do Iguaçu, UNILA, ISSN 2594-9721 (eletrônico), v. 7, n. 1, 2023, p. 112-138

Em 1958, quando Brasil ganhou a Copa do Mundo, o Brasil venceu com Pelé. Todo mundo soube que o Brasil ganhou. E o filme da Copa veio para o Haiti em 1960, dois anos depois. Então, os haitianos assistiram a Copa dois anos depois e o primeiro contato com o futebol internacional foi nessa Copa, vendo o Brasil conquistar o título mundial. Em 1962, dois anos mais tarde, o Brasil ganhou novamente, mas dessa vez foi ao vivo. Desta vez os haitianos puderam ver aquele time de dois anos antes ao vivo. E esse time estava ganhando a Copa novamente. E isso tudo criou essa paixão, esse amor pelo futebol brasileiro. E desde então, todo haitiano é quase naturalmente fã do Brasil. (Ronnell, Jean. O dia em que o Brasil esteve aqui. 2005).

Isso significa que o haitiano viu o futebol de Pelé e Garrincha, viu a conquista do primeiro Mundial pelo Brasil, viu também a segunda conquista consecutiva, viu os passes, os desarmamentos, os dribles, o entrosamento de uma equipe que aos poucos se tornava referencial de estética de jogo: o futebol-arte. Somente essas duas Copas são provas da constituição de um maravilhamento pelo jogo brasileiro, e que conseqüentemente foram se aprofundando com o passar dos tempos, tendo como ápice 1970. “Para nós, todo mundo sabe, o Brasil permanece a mais bela equipe do mundo”, reforça o vice-presidente do Clube Tanga. Ou seja, a beleza se perpetua como uma herança que passa de equipe para equipe a cada quatro anos, reacendendo-se a partir de lances que façam jus ao passado glorioso.

No próprio Jogo da Paz o Brasil marcou seis gols. Desta goleada, apenas um gol é enfatizado pelos comentaristas locais e ganha replay no documentário. É um dos gols de Ronaldinho Gaúcho. O que ele fez? Driblou quatro marcadores, girando de um lado para o outro, deixando-os confusos, e perto do gol driblou ainda o goleiro, dando um toque sutil para as redes. Depois correu para a beira do campo e deu uma sambadinha. É esta criatividade que sustenta o futebol-arte acoplada da comemoração em formato de samba. “Um talento imenso, ele criou o gol”, bradou o comentarista do jogo. E os outros cinco gols: dois deles foram do próprio Ronaldinho Gaúcho para formar seu *hat-trick* na partida, um foi de falta com falha visível do goleiro na defesa e o outro foi um chute certo após lance de escanteio. Os outros três gols da partida, dois de Roger e um de Nilmar, também fizeram a alegria da torcida, demonstraram certa performance, mas não foram feitos com base em jogadas ousadas.

Imagem 6 - Ronaldinho Gaúcho, destaque da partida



Fonte: *Prints* do documentário “O dia em que o Brasil esteve aqui”

Quando se fala da beleza do futebol brasileiro, percebemos a recorrência de um samba nos pés como dado de realidade, Freyre o fez como metáfora. Narrativamente é plausível, mas inviável em campo, o único samba em campo mesmo é o da comemoração. A beleza consta na performance criativa, revelada a partir dos dribles inconstantes. Também, talvez, parte dessa beleza do futebol esteja justamente no modo festivo dos jogadores do selecionado em manifestar a alegria: nem sempre sambando, mas sempre com algum tipo de dança. Enquanto escrevo esse trecho, a seleção brasileira goleia o Chile por 4 a 0 pelas eliminatórias da Copa do Mundo de 2022. Após um dos gols, Vinícius Júnior, Lucas Paquetá e Neymar vão à beira do campo e simultaneamente dançam um hit viral da plataforma *TikTok*: “desenrola, bate e joga de ladinho”. Não é samba, mas é um jeito inventivo dos jogadores de manter uma característica fundamental designada aos brasileiros: a alegria. Juntando os pontos, em que pese o confronto típico de um jogo, o bom humor coroa a estética do jogo e é um aspecto desejado pelos torcedores.

Nessa categoria de beleza, certamente, como estamos argumentando, enquadra-se o futebol-arte, que já dedicamos um tópico no primeiro capítulo para exprimi-lo. Aqui, refletimos que o futebol-arte se firma como contorno, modelo, molde: como é que dribla bonito? Como é que encanta? Como é que chama atenção? Como é que deixa o torcedor apaixonado? É pelo improviso, pela ginga, pela espontaneidade. Como adquirir isso? Ah, tem que ser brasileiro ou tentar ser como eles, treinar na várzea, com os pés no chão, nas intempéries, e desde criancinha aprender a trombar, a ser valente, a ter garra. São metáforas batidas, porém potentes, porque é muito difícil começar de outro lugar quando a história registra que no Brasil – independente dos floreios narrativos – há dados da realidade de

muitas conquistas em competições internacionais e muitos craques no exterior. “Essa paixão vem do fato que a gente descobriu no Haiti o futebol internacional através do futebol brasileiro”, disse Yves Jean Bart, presidente da Federação do Futebol Haitiano. Ao se fazer conhecer o mundo da bola pelo Brasil, o fez mediado por vitórias, grandes seleções e atletas capazes de eternizar boas memórias afetivas nos torcedores.

Exemplificando mais, Vuving (2009) mostra que os atributos da beleza se tornam uma personificação do ideal, na qual os outros buscam adesão e orientação. Nas palavras dele:

A beleza pode vir de um país que atua como agente de um valor, um país que é percebido como o avatar de um ideal, um país que defende uma causa, ou um país que articula uma visão de forma convincente. Quando se apega a uma causa, defende um valor, dedica-se a um ideal, articula de forma convincente uma visão, ganha credibilidade como representante, tocha ou firme defensor e guardião da causa, o valor, o ideal ou a visão. Daí vem credibilidade, legitimidade e até mesmo moral autoridade.¹³ (Vuving, 2009, p.11).

Por essa perspectiva, é como se o Brasil fosse o guardião de um modo de jogar ideal: o jogo bonito. O jornalismo esportivo brasileiro, por muitas vezes, cumpre mais esse papel de guardião, pois cobra, critica, insiste, aponta erros e lembra aos jogadores um passado de conquistas e performances desejáveis. Ao estudar o futebol-arte na imprensa nacional em momentos de derrotas e vitórias, Mostaro (2014) constatou, por exemplo, que em 1994, os jornais se regozijaram com a conquista, mas buscaram identificar um futebol-força praticado por Dunga, Parreira e Zagalo, enquanto Romário é eleito o emblema da arte, do talento, do improviso.

No documentário também se verifica na imprensa haitiana uma busca pela arte no futebol brasileiro. O comentarista da partida narrou: “Ronaldinho é o último artista que nos resta, porque ele tem 24 anos e Okacha tem 32 ou 33 anos, Zidane tem 32 anos. Verdadeiramente é o artista que nos resta. Devemos protegê-lo o máximo possível e esperar que nada de mal o aconteça, nunca”. Ele está falando de Ronaldinho Gaúcho ao lado do nigeriano Jay-jay Okacha e do francês Zinedine Zidane. A vantagem está na idade; naquele ano de 2004, Ronaldinho ganharia o prêmio de melhor jogador do mundo FIFA, feito repetido em 2005, e ficaria conhecido como “bruxo” pelas atuações narradas de modo mágico em

¹³ Beauty can come from a country that acts as the agent of a value, a country that is perceived as the avatar of an ideal, a country that champions a cause, or a country that articulates a vision compellingly. When it holds fast on a cause, champions a value, devotes itself to an ideal, compellingly articulates a vision, it gains credibility as a representative, a torch, or a firm supporter and guardian of the cause, the value, the ideal, or the vision. From here comes credibility, legitimacy, and even moral authority.

campo, como chapéu triplo, drible elástico, gols decisivos, faltas assertivas e descontração em campo. “O cara é impossível, uma elegância, uma velocidade, é fatal”, disse um torcedor ao ver um dos gols dele no Jogo da Paz.

Considerações

Todos esses atributos de benignidade, brilho e beleza, ao encontrar ressonância no futebol brasileiro, como fica evidente em todo o documentário “O dia em que o Brasil esteve aqui”, nos autorizam dizer que a ação de levar a seleção brasileira para um amistoso em nome da paz se configura na prática como uma estratégia de *soft power* (Nye, 2004). Um dos entrevistados, o jornalista esportivo Patrice Dumont, teve a mesma impressão naquele momento:

Existe o *hard power* e o *soft power*. O Brasil simboliza o *soft power*. O Brasil é a potência mais perigosa no mundo, porque ela é capaz justamente de aprisionar um país através do *soft power*. Quando um exército vem brutalmente e se impõe, ele acaba sendo odiado. O Brasil é amado, o Brasil fascina, as praias brasileiras, as mulheres brasileiras, a música brasileira, a Bossa Nova, o samba, o carnaval brasileiro. Mesmo o candomblé brasileiro fascina. (Dumont, Patrice. O dia em que o Brasil esteve aqui. 2005).

Por fim, observa-se como o documentário funciona como um fio condutor que nos permite visualizar o acontecimento elos entre Brasil e Haiti evidenciados pelos depoimentos dos entrevistados que relatam uma proximidade desde a década de 1960 com a descoberta e identificação com jogadores negros como Garrincha e Pelé. Em que pese a edição, os cortes, a seleção de entrevistados, fica evidente a existência de um povo influenciado pelo futebol brasileiro. A maior crítica que os estudos sobre *soft power* recebe é de que pouco se aponta quem influencia, quem é o influenciador e como isso acontece. Com esta análise, conseguimos dar conta de tais características pelos atributos da benignidade, brilho e beleza.

Embora o Brasil tenha ficado 13 anos no Haiti, retirando as tropas gradualmente em 2017, o título do documentário em análise é “O dia em que o Brasil esteve aqui”. Isso estabelece rapidamente o Brasil como sinônimo de futebol, afinal, o conteúdo do filme é a cobertura da passagem da seleção brasileira. Pela ótica do filme, um dos rastros desse dia foi a continuidade de uma associação esperançosa com o militar brasileiro, que continuaria mantendo o status de “benigno” pelas formas de solidariedade de intervenção na realidade local: doação de mantimentos, atendimento médico, amparo perante terremotos, furacões etc.

Revista Espirales, Foz do Iguaçu, UNILA, ISSN 2594-9721 (eletrônico), v. 7, n. 1, 2023, p. 112-138

Os documentos oficiais do Ministério da Defesa, sustentam que 37 mil militares do Exército, Marinha e Aeronáutica foram enviados durante os 13 anos e que, nenhum soldado brasileiro foi morto em confronto com haitianos no período da missão, conforme dados do Relatório do Instituto Igarapé. Todavia, a literatura acadêmica mostra que a associação favorável do povo haitiano com militares brasileira precisa ser analisada a partir dos eixos da segurança, processo político e direitos humanos (Cavalcanti, 2019). Desse modo, o jogo do Brasil é apenas um ponto de inflexão positivo na Minustah que não alcançou êxito em todos os seus objetivos

Por fim, uma constatação da pesquisa foi perceber como os mitos são fundamentais para o exercício do futebol brasileiro como *soft power*. Quando Alexander Vuving considerou a propagação de mitos como responsáveis por repassar uma imagem incorporada pelas características de benignidade, beleza e brilho, assumimos o encargo de verificar isto a partir das relações entre ambos países do filme já mencionado. Os resultados mostram o brasileiro como *bon bagay*, gente boa, e o futebol como belo, brilhante, tudo isto ancorado e possibilitado pelas narrativas de idolatria, futebol-arte, país do futebol, entre outras. Portanto, confirmamos a instrumentalização do futebol brasileiro como *soft power* nesse momento histórico, muito embora tenha sido incipiente, planejado às pressas e possível devido ao empenho quase pessoal do presidente à época.

REFERÊNCIAS

AMAZARRAY Igor; GUIMARÃES, Bruno Gomes. O exercício do soft power: futebol e o caso brasileiro. **Revista InterAção** (UFSM), 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/interacao/article/view/12714/8069>. Acesso em: 18 nov. 2022

ANDRADE, Everaldo de Oliveira. **François Duvalier e o bonapartismo haitiano**. Dimensões - Revista de História da Ufes, n. 35, p. 391-415, 2015. Disponível em: <http://www.periodicos.ufes.br/dimensoes/article/view/12506/8705>. Acesso em: 15 jul. 2023.

Anselmo, André Luiz Ramos Pereira. **10 anos de Minustah: uma avaliação de suas consequências políticas para o Brasil**. Dissertação (mestrado) - Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Centro de Formação Acadêmica e Pesquisa, 84 f. 2014. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/13517?show=full>. Acesso em: 14 jul. 2023.

BRY, Sandra H. **Brazil's Soft-Power Strategy: The Political Aspirations of South–South Development Cooperation.** Foreign Policy Analysis, USA, v.1, n.2, p.297-316, 2016. Disponível em: 1nq.com/gHH8v. Acesso em: 18 nov. 2022

CAVALCANTE, Fernando. “**Sucesso ou Fracasso? Uma avaliação dos resultados da MINUSTAH**”. E-Cadernos CES, 2019. Disponível em: <https://journals.openedition.org/eces/342>. Acesso 13 jul.2023.

CHAIM, Aníbal Renan Martinot. **A Bola e o Chumbo: futebol e política nos anos de chumbo da ditadura militar brasileira.** 2014. 163 f. Dissertação (Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas / Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-02042014-095412/pt-br.php>. Acesso em 18 nov. 2022.

COBERLLINI, Mariana Dalalana. **Haiti: da crise a MINUSTAH 2009.** Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Disponível em: <https://www.funag.gov.br/ipri/btd/index.php/10-dissertacoes/1115-haiti-da-crise-a-minustah>. Acesso em: 14 jul. 2023.

FERNANDES, Hevilla Wanderley. A instrumentalização do futebol na Era Vargas e a centralização política no eixo Rio-São Paulo. **Ludopédio**, São Paulo, v. 147, n. 21, 2021. Disponível em: <https://shre.ink/1Goy>. Acesso 18 nov. 2022

FONTOURA, Natalia Rayol. **Heróis ou Vilões? O abuso e a exploração sexual por militares em missões de paz da ONU.** Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <https://shre.ink/9NRZ>. Acesso em 14 jul.2023.

GRIX, Jonathan, BRANNAGAN, Michael e HOULIHAN. **Interrogating States' Soft Power Strategies: A Case Study of Sports Mega-Events in Brazil and the UK.** Global Society, v.29, n3, p.463-479, 2015. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13600826.2015.1047743>. Acesso em 18 nov. 2022

HELAL, Ronaldo. Mídia e Idolatria: o caso Ronaldinho. 2002, Caxambu. **26º Encontro Anual da ANPOCS. Congresso 2002.** Disponível em: 1nq.com/5BGuA. Acesso 18 nov. 2022

instrumento de solidariedade e de ação diplomática. Brasília: FUNAG, 2007. Disponível em: https://funag.gov.br/loja/download/375-Brasil_e_a_Crise_Hatiana_O.pdf. Acesso em 14. Jul. 2023.

MAISONNAVE, Fabiano. Premiê haitiano pede Ronaldo contra crise. **Folha de S. Paulo.** 31.05.2004. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u73203.shtml>. Acesso em 18 nov.2022

MARQUES, Moisés da Silva. **Quebra de protocolo: a política externa do governo Lula** (2003-2010). São Paulo: Destino, 2013.

MOMBELLI, Neli Fabiane; TOMAIN, Cássio dos Santos. Análise fílmica de documentários: apontamentos metodológicos. **Lumina**, vol. 8, n. 2, dez. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/lumina/article/view/21098>. Acesso em 18 nov. 2022

MOREIRA, Jorge Fernando Albuquerque D'Amaral. **Futebol e Ditadura Militar: A** Elaboração dos Projetos Políticos para o Futebol Brasileiro 1966-1971. 2017. 174 f. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2017. Disponível em: <https://tede.ufrj.br/jspui/handle/jspui/2354>. Acesso 19 nov. 2022.

NICHOLLS, David. **From Dessalines to Duvalier: race, colour, and national independence in Haiti**. New Jersey: Rutgers university press, 1996.

NOVELLI, Douglas H. **A efetividade do soft power: uma análise qualitativa comparada.** (Org.) SANGALLI et al. Desigualdade e Ciência Política: Seminário Discente de Ciência Política da UFPR. 1ed. Curitiba. p. 386-417. 2021. Disponível em: <https://eventos.ufpr.br/SDCP/SDCP2021/paper/viewFile/4595/1109>. Acesso 18 nov. 2022.

NYE Joseph. **Soft Power: The Means to Success in World Politics**. New York, NY: Public Affairs, 2004.

PADILHA, L.; MARQUES, P. M. (Orgs.). **Brasil e Haiti: Racismo, ciência, lutas históricas e dramas atuais**. Porto Alegre: Editora Fi, 2020.

PARDINI, Melina Nóbrega Miranda. **A narrativa da ordem e a voz da multidão: o futebol na imprensa durante o Estado Novo (1937-1945)**. Dissertação de mestrado, PPGHS/USP, São Paulo, 2009. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-04022010-130259/pt-br.php>. Acesso em 18 nov. 2022.

Seguy, F. **Racismo e desumanização no Haiti**. Educere et Educare: Revista de Educação, 10(20), pp. 521-536. 2015. Disponível em: <https://shre.ink/9NR7>. Acesso em 13 jul.2023.

SOBRÉ, Luiza. **O Jogo da Paz**. **Jornal da USP**. Ano XXI, nº.761, 2006. Disponível em: <http://www.usp.br/jorusp/arquivo/2006/jusp761/cinema.htm>. Acesso em 18 nov.2022

SOUZA, Denaldo Alchorne de. **Futebol e resistência cultural no Primeiro Governo Vargas (1930-1945)**. EF Deportes – Revista Digital, Buenos Aires – Año 14 – Nº 131 – Abril de 2009. Disponível em: <https://www.efdeportes.com/efd131/futebol-e-resistencia-cultural-no-primeiro-governo-vargas.htm>. Acesso 18 nov. 2002

TOLEDO, A.; BRAGA, L. M. **Abuso e exploração sexual em operações de paz: o caso da MINUSTAH**. Revista Estudos Feministas, v. 28, n. 3. Florianópolis, 2020. Disponível em: <http://ref.scielo.org/r49j7r>. Acesso em: 12 jul. 2023.

Revista Espirales, Foz do Iguaçu, UNILA, ISSN 2594-9721 (eletrônico), v. 7, n. 1, 2023, p. 112-138

TROUILLOT, Michel-Rolph. **Haiti, state against nation – the origins and legacy of duvalierism**. New York: Monthly review press, 1990.

VALENÇA, Marcelo M. CARVALHO, Gustavo. Soft Power, Hard Aspirations: the Shifting Role of Power in Brazilian Foreign Policy. **Brazilian Political Science Review**, v. 8, n. 3, p.1-29, 2014. Disponível em: <https://brazilianpoliticalsciencereview.org/article/soft-power-hard-aspirations-the-shifting-role-of-power-in-brazilian-foreign-policy/>. Acesso 20 nov. 2022

VALLER FILHO, Wladimir. **O Brasil e a Crise Haitiana: a cooperação técnica como** VASCONCELLOS, Douglas. **Esporte, Poder e Relações Internacionais**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG), 2008. Disponível em: http://funag.gov.br/loja/download/852-Esporte_Poder_e_Relacoes_Internacionais.pdf. Acesso em: 20 nov. 2022.

VERENHITACH, Gabriela Daou. **A MINUSTAH e a Política Externa Brasileira: motivações e consequências**. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Integração Latino-Americana, Área de Concentração em Direito da Integração, da Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/9701>. Acesso 16 nov. 2022.

VUVING, Alexander L. **How Soft Power Works**. Paper presented at American Political Science Association Annual Meeting, Toronto, p. 1-19, 2009. Disponível em: <file:///C:/Users/Dell/Downloads/SSRN-id1466220.pdf>. Acesso 16 nov. 2022.